

**Universidade Federal de Pernambuco - UFPE
Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA
Departamento de Ciências Administrativas - DCA
Programa de Pós-Graduação em Administração - PROPAD**

Lizandra Kelly de Araújo Santana

**RENDA MÍNIMA E PRECARIZAÇÃO DO
TRABALHO: Uma análise sobre as implicações
políticas e socioeconômicas do Programa Bolsa
Família no município de Cabo de Santo
Agostinho/PE**

**Recife
2018**

Lizandra Kelly de Araújo Santana

**RENDA MÍNIMA E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO:
Uma análise sobre as implicações políticas e socioeconômicas
do Programa Bolsa Família no município do Cabo de Santo
Agostinho/PE**

Dissertação de mestrado apresentado como requisito para obtenção do grau de Mestre em Administração, área de concentração em Organização e Sociedade, do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco, PROPAD-UFPE.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Débora Coutinho Paschoal Dourado

**Área de Concentração em
Administração**

**Recife
2018**

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

S232r

Santana, Lizandra Kelly de Araújo

Renda mínima e precarização do trabalho: uma análise sobre as implicações políticas e socioeconômicas do Programa Bolsa Família no município de Cabo de Santo Agostinho/PE / Lizandra Kelly de Araújo Santana. - 2018.

131 folhas: il. 30 cm.

Orientadora: Prof.^a Dra. Débora Coutinho Paschoal Dourado.

Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2018.

Inclui referências e apêndices.

1. Política social. 2. Programa Bolsa Família. 3. Funções políticas e socioeconômicas. I. Dourado, Débora Coutinho Paschoal (Orientadora). II. Título

658 CDD (22. ed.)

UFPE (CSA 2018 – 131)

LIZANDRA KELLY DE ARAÚJO SANTANA

**RENDA MÍNIMA E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: Uma
análise sobre as implicações políticas e socioeconômicas do Programa
Bolsa Família no município do Cabo de Santo Agostinho/PE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Aprovado em: 28/02/2018

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Dr^a. Débora Coutinho Paschoal Dourado (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^o. Dr^a. Jackeline Amantino Andrade (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^o. Dr^a. Juliane Feliz Peruzzo (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

Dedico cada letra deste trabalho aos meus pais e aos meus irmãos, pelo apoio incondicional, pelo amor e por serem presença de Deus em minha vida.

Agradecimentos

- a Deus, pela proteção sentida diariamente, pelo discernimento a mim proporcionado, pelo seu cuidado e amor inenarrável em todas as vezes que senti medo e ansiedade. Por Ser o condutor da minha vida, Ser minha rocha e fortaleza e por ter me apresentado todas essas pessoas as quais eu tenho gratidão:
- aos meus pais, Sandra Araújo e Severino Leôncio (Chicão), por nesses dois últimos anos estarem ainda mais ao meu lado, pelo apoio e admiração demonstrados e por sempre acreditarem em mim;
- as minhas famílias Araújo e Santana, em especial, a minha irmã Larissa Araújo, pelo seu amor, paciência e por depositar em mim sua confiança.
- aos meus amigos, por serem presença de Deus em minha vida, pelo amor e pelo cuidado. Em especial, agradeço a César Lacerda, Nathália Etyenne e Laércio Barros, pelo amor, pelo ensinamento, por saber que ao trilharmos o mesmo caminho, terei sempre o apoio de vocês. Aos presentes que ganhei em 2016, “Cafouçoult”, por todo suporte, pelas risadas e por tornarem essa jornada mais leve. Vitor, Cordeiro e Marina, gratidão a vocês por todos os ensinamentos.
- a César Lacerda, Thales Coutinho e Lorena Santos, por dividirmos o mesmo teto, os mesmos sonhos e angústias e, principalmente, por dividirem comigo suas conquistas;
- a Josley Wenderson, pelo seu amor, carinho e por nesses últimos meses ter me mostrado que vale a pena viver intensamente e aproveitar de forma positiva cada momento tortuoso da vida. A cada pausa dada pelo cérebro durante a construção dessa pesquisa, foram válidas e essenciais as idas às praias, os filmes assistidos, as descobertas e simplesmente, a sua companhia.
- a minha orientadora, Débora Dourado, pela disponibilidade, pelos ensinamentos e por apoiar minha pesquisa;
- a minha admirável banca examinadora, professoras Jackeline Amantino e Juliane Peruzzo, por todas as contribuições fornecidas para a melhoria deste trabalho;
- ao CRAS de Ponte dos Carvalhos, em destaque a Elisângela, pela sua receptividade, por desde o início acreditar, apoiar e permitir o acesso aos principais sujeitos desta investigação, as beneficiárias do Programa Bolsa Família. Em especial, agradeço a todas as beneficiárias que confiaram em mim, vocês me ensinaram e mostraram que por mais dolorosa e tortuosa que seja a vida, a humildade e a honestidade devem sempre prevalecer.
- ao CNPq por ter possibilitado a realização desta pesquisa.

“ Antes de tudo, fé, depois de tudo, gratidão ” (Autor Desconhecido)

RESUMO

No cenário atual, em meio à crise mundial do capitalismo, vêm ocorrendo grandes debates no Brasil e na América Latina sobre o tema *desenvolvimento*. É uma exigência e, ao mesmo tempo, um desafio analisar as condições socioeconômicas da última década, principalmente por se tratar de um período que acarretou transformações categóricas na área social, econômica, política e cultural. No Brasil, as políticas sociais têm sua origem estreitamente ligada ao urbano industrial, no qual o Estado redefiniu suas funções e passou a utilizar mecanismos institucionais de controle, até então fora de sua esfera de intervenção. Na década de 80, a transição e a democratização constituíram a via de entrada dos sistemas de proteção social na agenda de reforma do Estado, com isso o debate sobre Programas de Transferência de Renda, vivencia uma abrangência e ampliação. Mas foi só a partir de 1991 que iniciou no Brasil os primeiros programas de garantia a renda mínima. Como tal, este estudo teve a seguinte pergunta como norteadora: Qual tem sido o alcance das funções exercidas pelo Programa Bolsa Família no município do Cabo de Santo Agostinho/PE. Para responder a esta pergunta realizou uma pesquisa qualitativa, tendo como principal fonte de dados entrevistas com beneficiários e direção do CRAS e como técnica de análise, foi utilizada a análise pragmática da linguagem. Conclui-se que o programa ao permitir uma renda regular a estas famílias beneficiárias, contribui para que algumas necessidades sejam sanadas, no entanto, percebeu-se que ao agir sozinho, o PBF não é capaz de alterar o quadro de pobreza no Brasil.

Palavras-chave: Política Social. Programa Bolsa Família. Funções Políticas e Socioeconômicas

ABSTRACT

In current scenario, in the midst of the global crisis of capitalism, are experiencing great debates in Brazil and in Latin America on the theme development. It is a requirement and, at the same time, a challenge to analyze the socioeconomic conditions of the last decade, mainly because this is a period that resulted in changes in the area of categorical social, economic, political and cultural life. In Brazil, the social policies have their origin is closely linked to urban industrial, in which the State has redefined their roles and began to use institutional mechanisms of control, until then outside of its sphere of intervention. In the decade of 80, the transition and democratisation were the route of entry of social protection systems in the State reform agenda, with the debate on Income Transfer Programs, experiences a breadth and magnification. But it was only from 1991 that started in Brazil, the first programs to guarantee a minimum income. As such, this study had the following guiding questions such as: What has been the scope of the functions exercised by the Bolsa Família Program in the municipality of Cabo de Santo Agostinho/PE. To answer the question is conducted a qualitative research, having as main source of data interviews with beneficiaries and direction and as technical analysis, was used in the pragmatic analysis of language. It is concluded that the program to allow a regular income to the beneficiary families, contributes to some needs to be remedied, however, it became apparent that the act alone, the pbf is not able to change the framework of poverty in Brazil.

Keywords: Social Policy. Bolsa Familia Program. Political and socioeconomic Functions

Lista de Figuras

Figura 1- Desenho da pesquisa	29
Figura 2- Indicadores de educação, renda, trabalho e vulnerabilidade social extraídos dos Censos Demográficos de 2000 e 2010.	52
Figura 3- Agrupamento das palavras mais citadas pelos entrevistados	79
Figura 4- Mapa da UDH Ponte dos Carvalhos	80
Figura 5- Escolaridade da população de 18 anos ou mais	82
Figura 6- Composição da população de 18 anos ou mais	84
Figura 7- Composição da população de 18 anos ou mais	85
Figura 8- Trabalho – setor	85
Figura 9 % de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	87

Lista de Quadros

Quadro 1- Histórico da Política Social no Brasil	32
Quadro 2- Histórico dos Programas de Transferência de Renda no Brasil	49
Quadro 3- Etapas do acompanhamento das Condicionalidades	57
Quadro 4- Técnicas de coleta de dados	67
Quadro 5- Relação dos objetivos específicos com as técnicas de coleta	70
Quadro 6- Modelo de cinco fases para análise pragmática de conversação a partir de entrevistas qualitativas	72

Lista de Abreviaturas e Siglas

BPF	Benefício de Prestação Continuada
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
PETI	Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
UDH	Unidade de Desenvolvimento Humano

Sumário

1 Introdução.....	14
1.1 Contextualização	14
1.2 Problemática da Pesquisa	20
1.3 Objetivos	25
1.3.1 Objetivo Geral	25
1.3.2 Objetivos Específicos	25
1.4 Justificativas	26
1.5 Estrutura do Trabalho.....	28
2 Fundamentação Teórica	30
2.1 Estado e Política Social	30
2.2 Caracterização do Trabalho na Sociedade Capitalista.....	36
2.2.1. Neodesenvolvimentismo e Dimensões da Precarização do Trabalho no Século XXI	41
2.3 Programas de Transferência de Renda no Brasil.....	47
2.3.1 O Programa Bolsa Família	54
3 Caminhos Metodológicos.....	62
3.1. Design da Pesquisa	62
3.2 Locus da pesquisa.....	64
3.3 Construção, organização e análise do corpus de pesquisa	67
3.4 Critérios de Qualidade na Pesquisa Qualitativa	76
4. Análise e Discussão dos Resultados da Pesquisa	79
4.1 Ponte dos Carvalhos pelo Indicador de Desenvolvimento Humano (IDHM).....	80
4.1.1 Demografia e Saúde	80
4.1.2 Educação e Vulnerabilidade Social.....	81
4.1.3 Trabalho	83
4.2 O Centro de Referência de Assistência Social em Ponte dos Carvalhos	89
4.3 Os beneficiários participantes da pesquisa e sua vivencia em Ponte dos Carvalhos.....	93
4.4 Precarização do Trabalho e as implicações políticas do PBF.....	98
4.5 “ É pouco é, mas você sabendo administrar, dá para passar!” – As implicações socioeconômicas do PBF	111
5. Considerações Finais.....	118
REFERÊNCIAS	125
APÊNDICE A- ROTEIRO DE PESQUISA	130

1 Introdução

1.1 Contextualização

No cenário atual, em meio à crise mundial do capitalismo, vêm ocorrendo grandes debates no Brasil e na América Latina sobre o tema *desenvolvimento* nas mais diversas esferas, entre elas a política e academia, e tendo como ícones autores consagrados: Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares e Francisco de Oliveira. Retomando seu espaço nas discussões em todo mundo, frente à recente crise financeira, o limiar do século XXI, como afirma Dallago (2007), nos obriga a pensar as concepções e os rumos do desenvolvimento econômico e social em âmbito mundial e nacional. É uma exigência e, ao mesmo tempo, um desafio analisar as condições socioeconômicas da última década, principalmente por se tratar de um período que acarretou transformações categóricas na área social, econômica, política e cultural. No Brasil, as políticas sociais têm sua origem estreitamente ligada ao urbano industrial, no qual o Estado redefiniu suas funções e passou a utilizar mecanismos institucionais de controle, até então fora de sua esfera de intervenção.

Ao longo do período de industrialização e urbanização, o Estado desenvolvimentista, na América Latina, amadureceu também a dimensão social da sua intervenção, mas o fez sob as características assinaladas. Sem ter sido generoso e sem mesmo ter garantido o efetivo bem-estar cidadania, ainda assim, do ponto de vista da sua estrutura e dinâmica, moldou-se também como Estado de Bem-Estar Social. Pelas suas virtudes, foi sob esta forma que se cumpriu a promessa desenvolvimentista da incorporação das massas. Pelas suas insuficiências e distorções, esta frágil modalidade de progresso social fez da crise do desenvolvimentismo um episódio de profunda frustração histórica. Com esse legado, os sistemas de proteção social foram submetidos, desde o início dos anos 80, às múltiplas e desencontradas pressões da democratização, da crise e dos ajustamentos (DRAIBE 2003).

Por outro lado, de acordo com Bresser-Pereira (2006), as políticas adotadas no desenvolvimentismo (Getúlio Vargas (1930-1947-1951); Juscelino Kubitschek (1956-1960) implicavam em proteger a indústria nacional nascente e em promover a poupança, ou acumulação de capital, forçada por meio do Estado, objetivando, centralmente, o desenvolvimento econômico. Segundo o autor, para que tais objetivos fossem possíveis, era de fundamental importância a formação do pacto social nacional. Porém, o capital nacional se associou fortemente ao capital internacional, tendo em vista que o desenvolvimento industrial se deu com a presença massiva de subsidiárias e filiais de empresas estrangeiras. Esta opção se tornou ainda mais dominante com o golpe militar de 1964, conduzindo a um alto índice de desnacionalização da indústria brasileira e, consideravelmente, anunciando a falência do aspecto nacionalista do desenvolvimentismo no Brasil (GONÇALVES, 2013).

Segundo Behring (2000), com a intervenção global do Estado - tendo como o principal defensor John Maynard Keynes (1983), cabia também o incremento das políticas sociais. Para a autora, consideram-se os pilares teóricos do desenvolvimento do capitalismo pós-segunda guerra mundial: ao Keynesianismo agregou-se o *pacto* fordista – da produção em massa para o consumo de massa e dos acordos coletivos com os trabalhadores do setor monopolista em torno dos ganhos de produtividade do trabalho -, e estes foram os elementos decisivos – fortemente dinamizados pela guerra-fria e o armamentismo da possibilidade político-econômica e histórica do *Welfare State*.

A reinvenção do liberalismo promovida pelos neoliberais no final dos anos 70 e 80, espalhando-se na década de 90 em todo o mundo, foi uma reação teórica e política ao keynesianismo e ao *Welfare State*. A reversão do ciclo econômico, em fins dos anos 60 e mais visivelmente a partir de 1973, dá um novo fôlego às teses neoliberais, que atribuem a crise ao poder excessivo dos sindicatos, com sua pressão sobre os salários e os gastos sociais do

Estado, o que estimula a destruição dos níveis de lucro das empresas e a inflação; ou seja, a crise é um resultado do keynesianismo e do *Welfare State* (BEHRING, 2000).

Ademais, para a autora, as promessas do neoliberalismo foram cumpridas apenas em parte. Se houve controle da inflação e retomada das taxas de lucro, fundadas no crescimento do desemprego e na queda da tributação, não houve, contudo, uma reanimação do capitalismo e o *Welfare State* não diminuiu como o previsto. Pelo contrário, o aumento do desemprego levou ao aumento da demanda por proteção social e por maiores gastos públicos. No Brasil, temos uma espécie de chegada tardia do neoliberalismo, o que tem relação com a força do processo de redemocratização e questões político-econômicas internas. Tanto que foi possível inscrever o conceito de seguridade social na Constituição de 1988.

De acordo com Draibe (2003), na década de 80, a transição e a democratização constituíram a via de entrada dos sistemas de proteção social na agenda de reforma do Estado, mesmo quando o fizeram através de fórmulas que vinham sendo subterraneamente corroídas pela inflação e, mais tarde, pelas modalidades prevaletentes de reestruturação.

Para Mota (2007), em geral, os sistemas de proteção social são implementados através de ações assistenciais para aqueles impossibilitados de prover o seu sustento por meio do trabalho, para cobertura de riscos do trabalho, nos casos de doenças, acidentes, invalidez e desemprego temporário e para manutenção da renda do trabalho, seja por velhice, morte, suspensão definitiva ou temporária da atividade laborativa. Entretanto, Silva, Yazbek e Giovanni (2011) ressaltam que o que define a proteção social em sociedades complexas como a nossa é a sua formidável institucionalização, a ponto de tornar-se este conjunto de atividades um significativo e importantíssimo ramo da divisão social do trabalho e da economia.

Embora a arquitetura da seguridade brasileira pós-1988 tenha a orientação e o conteúdo daquelas que conformam o estado de bem estar nos países desenvolvidos, as características excludentes do mercado de trabalho, o grau de pauperização da população, o

nível de concentração de renda e as fragilidades do processo de publicização do Estado permitem afirmar que no Brasil a adoção da concepção de seguridade social não se traduziu objetivamente numa universalização do acesso aos benefícios sociais. Embora, tais fragilidades não foram o suficiente para negar que os trabalhadores brasileiros, a partir dos anos 80, adquiriram novos direitos, ampliaram o acesso a serviços públicos não mercantis (MOTA, 2007).

Iamamoto (2009) ressalta que a política social no Brasil tem um marco determinante no Governo de Fernando Henrique Cardoso. Nesse Governo, a política econômica conseguiu reduzir as taxas da inflação mas não resultou em políticas distributivas. Assim, transitou “ da pobreza da inflação” à “ inflação da pobreza”. Para a autora, essas tendências se reafirmam no Governo Lula da Silva que, ao manter a continuidade da política econômica, consagra a ortodoxia econômica monetarista recomendada pelos organismos internacionais como a única possível: só há “ gestão responsável” com a política neoliberal. Essa mesma política que gerou “ desastre social” brasileiro, é o pressuposto dos programas sociais, na tentativa de compensar o que está sendo agravado pela política econômica e pela ausência de efetivas reformas

De acordo com Mota, Amaral e Peruzzo (2012), nos anos 2000, os governantes ou candidatos que pleiteavam a representação dos chamados setores progressistas da sociedade chegam ao poder, (no caso do Presidente do Brasil, em 2002, com Luiz Inácio Lula da Silva), com posicionamento anti-imperialista e a defesa do desenvolvimento nacional, compreendido como um meio de autonomia dos estados nacionais. Para os autores, não se tratava de uma repetição do desenvolvimentismo nacional dos anos 1960, mas da defesa de um desenvolvimento autossustentável desde o ponto de vista econômico e social.

Este novo modelo de desenvolvimento, é denominado como novo desenvolvimentismo e se fundamenta, embora sob outras determinações, no que se conheceu

como nacional-desenvolvimentismo. O novo desenvolvimentismo surgiu no século XXI após o neoliberalismo experimentar sinais de esgotamento, e logo se apresentou como uma terceira via, tanto ao projeto liberal quanto do socialismo (GONÇALVES, 2013).

Guiados pelo discurso sobre a possibilidade de superação do subdesenvolvimento da América Latina, para responder ao novo quadro mundial de crise do capital que hoje se vive, desde o início dos anos 2000, os países da América Latina vivenciam o neodesenvolvimentismo, uma nova estratégia desenvolvimentista que está sendo apontada como uma alternativa de política de desenvolvimento que se propõe a promover crescimento econômico com justiça social.

Com pontos de convergência entre si, Bresser Pereira e João Sicsú foram dos primeiros a defender o novo desenvolvimentismo como um projeto político de superação do neoliberalismo, embora reconheçam a existência de similaridades entre as políticas econômicas neoliberais e neodesenvolvimentistas, como a defesa do equilíbrio fiscal e o controle inflacionário (CASTELO, 2009).

Mesmo tendo com um viés crítico em seus estudos, Mota (2012) argumenta que há a possibilidade de ressaltar a positividade deste projeto ao reconhecer que ele opera algumas inflexões na ortodoxia neoliberal. Afinal, ele supõe a intervenção do Estado como indutor do crescimento econômico, a ampliação e a formalização do emprego, dentre outros aspectos que, em tese, negariam a centralidade do mercado. Duas ideias centrais sintetizam seus pressupostos: a) a de que o enfrentamento ao neoliberalismo se faz com crescimento econômico mediado pela intervenção do Estado; b) e a de que o crescimento econômico leva inexoravelmente ao desenvolvimento social.

Outra tese quanto a este novo projeto de desenvolvimento, refere-se a de Alves (2014), para o autor, o neodesenvolvimentismo, na verdade, trata-se de uma nova visão de desenvolvimento capitalista baseado na criação de um novo patamar de acumulação de capital

por meio da ação do Estado capaz de criar, por um lado, as condições macroeconômicas para o crescimento da economia capitalista e, por outro lado, ao mesmo tempo, a ampliação do mercado interno por meio da redução da pobreza e políticas sociais redistributivistas focadas no subproletariado. Para Yamamoto (2009), o Estado premido pela necessidade de favorecer as finanças e garantir elevados níveis de superávit primário tem estreitado seu espaço para realizar investimentos públicos e oferecer políticas sociais públicas essenciais ao desenvolvimento em favor de sua privatização.

Ainda na visão de Alves (2014), o tripé do neodesenvolvimentismo seria constituído por: i) Programas de incentivo estatal à oligopolização da economia (fortalecimento de grandes grupos econômicos privados com apoio do BNDES); ii) Programas de investimentos públicos em infraestrutura – com ou sem parceria público-privada; iii) programas estatais de transferência de renda (bolsas, salário-mínimo e formalização salarial) visando a valorização do mercado interno de consumo.

O debate sobre Programas de Transferência de Renda, vivencia uma abrangência e ampliação contemporânea mais precisamente a partir dos anos 1980. Trata-se de transformações geradoras de um profundo rearranjo do mercado capitalista, cuja maior manifestação são os processos de *Globalização e Regionalização do Mercado*, com concentração cada vez maior do capital, orientados pela internacionalização da economia, sob a hegemonia do capital financeiro. Daí decorrem situações que demandam ações do Estado para a proteção do amplo contingente de trabalhadores que passam a vivenciar o desemprego estrutural ou a precarização do seu trabalho, ampliando e disseminando a pobreza (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2001).

Foi nesse novo contexto político e econômico (o neodesenvolvimentismo) que se iniciaram as primeiras iniciativas dos governos latino-americanos relativas à redistribuição de renda. Tendo como principais programas da América Latina, o *Oportunidades* do México

(1997), o *Familias em Acción* da Colômbia (2001), O *Bono de Desarrollo Humano* do Equador (2003) e o Programa de distribuição de renda do Brasil, o *Bolsa Família* (2003).

O Programa Bolsa Família (PBF) é, atualmente, considerado a principal política pública de transferência de renda do Brasil, o referido programa foi instituído pela Medida Provisória nº 132, em outubro de 2003, transformada na Lei 10.836, em 9 janeiro de 2004. Ele foi criado no governo de Luís Inácio Lula da Silva – *Lula*- através da unificação de quatro programas sociais já existentes, cujo objetivo era garantir uma cobertura nacional.

À medida que o PBF é concedido às famílias em forma de benefício, com um valor médio de R\$180,00, os beneficiários do PBF estão sujeitos ao cumprimento das condicionalidades, que são requisitos para o recebimento do valor, em áreas estratégicas: educação, saúde e assistência social (MDS, 2016). As condicionalidades são tratadas como compromissos assumidos pelas famílias beneficiárias e pelo poder público, com o objetivo de favorecer a estruturação das famílias beneficiárias e ampliar seu acesso aos direitos sociais básicos.

É a partir desse pano de fundo composto por uma dinâmica com orientações político-econômicas e da promoção de programas sociais a elas relacionados que surge a problemática de pesquisa, a seguir apresentada.

1.2 Problemática da Pesquisa

Como discutido anteriormente, o Programa Bolsa Família - PBF é uma política pública de transferência de renda criada em 2003, que tem como objetivo combater a fome e a pobreza da população brasileira. Desde a sua implementação, um ano após a criação da lei que institui o Programa, a política tem sido alvo de importantes estudos, tanto problematizando a sua limitação, embora reconheçam suas positividade (MOTA, 2012; MOTA; AMARAL e PERUZZO, 2012; SITCOVSKY, 2010; SILVA, 2007) quanto estudos

que buscam demonstrar as possibilidades do programa (FEIJÓ e PIRES, 2015; CAMPELLO, 2013; JANNUZZI; PINTO, 2013; RASELLA, 2013; TEIXEIRA, 2011).

A criação do PBF foi uma proposta de projeto defendida pelo ex-presidente *Lula*, dentro deste um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil, o neodesenvolvimentismo. Esse modelo, explorado anteriormente, era defendido por a partir do argumento de que crescimento econômico e justiça social podem caminhar juntos.

Apesar da modesta ideia do neodesenvolvimentismo que prevaleceu, especificamente, no governo de Lula (2003-2010) de promover crescimento econômico e desenvolvimento social, que embora tenha permitido o aumento do consumo às famílias pobres (ALVES, 2014) e que de acordo com o último censo realizado, a pobreza tenha diminuído no País - de acordo com os dados do Censo 2010 ¹é possível identificar uma redução considerável da pobreza no Brasil, entre a década de 2000 e 2010 -ainda assim, é considerável o número de famílias que estão em situação de vulnerabilidade social.

De acordo com o relatório de informações gerenciais, fornecido pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) do Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário (MDS), em dezembro de 2016 existiam 26.456.063 famílias brasileiras inseridas no Cadastro Único - CadÚnico -, o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas federais – o que corresponde a 77.878.526 pessoas cadastradas. Destes, aproximadamente, 12 milhões de famílias cadastradas declararam deter apenas de uma renda *per capita* mensal de até R\$ 85,00. Além disso, consta no CadÚnico mais de 4 milhões de famílias cadastradas com renda per capita mensal entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00; aproximadamente 6 milhões de famílias com renda per capita mensal entre R\$ 170,01 e ½ salário mínimo e; aproximadamente 5 milhões de famílias com renda per

¹A população extremamente pobre (com renda *per capita* até R\$70,00) apresentou uma redução de 12,48% para 6,62% e, em relação à população pobre (com renda *per capita* igual ou inferior a R\$140,00) verifica-se uma redução de 27,90% para 15,20%, o que corresponde a 28.994.881 pessoas -

capita mensal acima de ½ salário mínimo. No mês de fevereiro de 2017, o Programa Bolsa Família beneficiou 13.660.175 famílias, o que indica uma cobertura de 51% da demanda.

A classe trabalhadora do século XXI, em plena era da globalização, nesse processo, sofre uma perda significativa de direitos e de sentidos, em sintonia com o caráter destrutivo do capital vigente. De acordo com Alves (2014) o aumento do novo proletariado fabril e de serviços, em escala mundial, presente nas diversas modalidades de trabalho precarizado² - são os terceirizados, subcontratados, entre tantas outras formas assemelhadas, que se expandem em escala global – tem se constituído como uma tendência no mundo do trabalho.

Por outro lado, com a ampliação do desemprego estrutural, os capitais transnacionais implementam alternativas de trabalho crescentemente desregulamentadas, “informais”, de que são exemplos as distintas formas de terceirização. Outra tendência que o autor menciona diz respeito a crescente exclusão dos jovens, que atingiram a idade de ingresso no mercado de trabalho e que, sem perspectiva de emprego, acaba muitas vezes engrossando as fileiras dos trabalhos precários, dos desempregados, sem perspectivas de trabalho, dada a vigência da sociedade do desemprego estrutural.

Paralelamente, Sitcovsky (2010) argumenta que a incapacidade da economia para gerar novos empregos socialmente protegidos e dos sistemas de seguridade social para enfrentar o desemprego de longa duração e a precarização do trabalho, demandaram a criação de novos instrumentos de intervenção social: os programas de transferência de renda.

Silva, Yazbek e Giovanni (2011) destacam que os modernos sistemas de proteção social não são apenas respostas automáticas e mecânicas às necessidades e carências apresentadas e vivenciadas pelas diferentes sociedades. Muito mais do que isso, eles representam formas históricas de consenso político, de sucessivas e intermináveis pactuações

²’O que chamamos de *processo de precarização* do trabalho é o processo de diluição (ou supressão) dos obstáculos constituídos pela luta de classe à voracidade do capital no decorrer do século XX. É a explicitação da *precariedade* como condição ontológica da força de trabalho como mercadoria. A *precarização* possui um sentido de *perda de direitos* acumulados o decorrer de anos pelas mais diversas categorias de assalariados.’’ (ALVES, 2007, p. 113-114)

que, considerando as diferenças existentes no interior das sociedades, buscam, incessantemente, responder pelo menos três questões: quem será protegido? Como será protegido? Quanto de proteção? No fundo, essas questões estão no cerne da organização das políticas públicas de proteção social que o mundo atual conhece.

A histórica e profunda concentração de renda decorrente dos modelos de desenvolvimento econômico adotados ao longo da construção do capitalismo industrial no Brasil, e sobre a exploração da força de trabalho vêm se aprofundando apesar da adoção de um conjunto amplo de programas sociais que são marcados por um caráter essencialmente compensatório, pouco contribuindo para amenizar as condições da pobreza de largo contingente da população brasileiro (SILVA, YAZBEK; GIOVANNI, 2011).

Diante disso, compreende-se que o perfil das famílias do Programa Bolsa Família indica que a opção do governo Lula foi a garantia de uma renda mínima a uma parcela da população do País. Porém, esta renda mínima não permite romper com as múltiplas expressões da desigualdade brasileira. Se de um lado possibilita mesmo que de forma rebaixada, o acesso a uma renda, que por sua vez permite o consumo a alguns bens e serviços, de outro mantém essas mesmas famílias em condições de vida muito precárias (SITCOVSKY, p. 193, 2010).

Com isso, é preciso destacar que o fenômeno da pobreza possui múltiplas determinações, um fenômeno estrutural, não podendo ser medida apenas por salário ou renda *per capita*, ou é R\$ 77,00 ou R\$ 154,00, se por ventura a família possuir uma renda que some R\$ 155,00, ela não se enquadra no perfil de famílias elegíveis do Programa. De acordo com Silva (2007), esse critério único da renda para dimensionar a pobreza é insuficiente para perceber a pobreza enquanto fenômeno complexo e multidimensional. Essa focalização fragmenta mais que focaliza na população pobre por ser incapaz de alcançar a totalidade dos segmentos populacionais que estão demandando atenção especial.

Portanto, o presente estudo pretende ressaltar a dimensão que o Programa Bolsa Família assume. Compreendendo que o perfil das famílias elegíveis do Programa seja composto por famílias que podem estar no mercado de trabalho formal, no entanto é detentor de uma renda familiar baixa, além de famílias que estejam exercendo trabalho informal, por conta própria ou ainda aquelas que se encontram desempregadas. Logo, a princípio, pode-se considerar que o perfil de família elegíveis do PBF está inserido no contexto de precarização do trabalho. Com isso, o nosso problema está pautado em entender em qual grau as funções socioeconômicas e políticas do PBF são exercidas no município do Cabo de Santo Agostinho, compreendendo a dualidade existente no locus escolhido, que por um lado reúne ao mesmo tempo o maior polo industrial de Pernambuco e por outro, há contingente de pessoas vivendo em situação de pobreza. Tal interesse nesta investigação parte do entendimento que de um lado o Programa pode cumprir funções econômicas à medida que complementa a renda das famílias beneficiárias que, em muitos casos, constitui-se como a única renda que a família possui, o que contribui para o poder de compra destas. E por outro, o Programa pode cumprir funções políticas que de acordo com Tavares e Sitcovsky (2012) isso acontece quando o PBF permite aos trabalhadores recusarem remunerações de miséria, historicamente pagas nas regiões mais pobres do país. Além disso, pretende-se discutir a possibilidade de o Programa poder gerar uma dependência social das famílias.

A partir do que foi exposto nessa contextualização e problematização e, entendendo que o capital cada vez mais se legitima e ao mesmo tempo, novas crises estruturais vão surgindo, hoje, uma das maiores no cenário brasileiro, refere-se ao grande número de desempregados, há um grande volume de trabalhos intensos e precários (ALVES, 2014), conseqüentemente um grande número de pessoas em situação de vulnerabilidade social, dentre elas, todas as famílias beneficiárias do PBF

Logo, a partir das discussões quanto à intencionalidade do Estado ao promover a redistribuição de renda, que estaria ele, de um lado, cumprindo com o seu papel de Estado do Bem-Estar Social, mas por outro, ao redistribuir renda através do PBF, estaria buscando minimizar os conflitos sociais causados pelo desemprego no País, além disso, destacando as discussões que partem do pressuposto de que é preciso permitir aos pobres a construção de suas próprias estratégias de sobrevivência, considerando neste caso, a informalidade como uma solução para o desemprego e o enfrentamento da pobreza, o que ressalta mais uma vez a posição do Estado em excluir toda e qualquer responsabilidade para com a crescente desigualdade social, questiona-se: Qual tem sido o alcance das funções exercidas pelo Programa Bolsa Família no município do Cabo de Santo Agostinho/PE. Nesse contexto, a pesquisa almeja identificar a relação do Programa Bolsa Família e o trabalho dos beneficiários no município de Cabo de Santo Agostinho/PE.

1.3Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar o alcance das funções, políticas e socioeconômicas, exercidas pelo Programa Bolsa Família no município do Cabo de Santo Agostinho/PE junto aos seus beneficiários.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Mapear e descrever os beneficiários do Programa Bolsa Família no município do Cabo de Santo Agostinho/PE.
- Analisar o alcance das Funções Socioeconômicas proposto pelo PBF junto aos seus beneficiários
- Analisar o alcance das Funções Políticas propostas pelo PBF junto aos seus beneficiários.

- Compreender se houve transformações no trabalho dos beneficiários do Programa Bolsa Família, a partir do seu recebimento.

1.4 Justificativas

Esse trabalho se justifica pela relevância em se entender a dimensão do mais importante programa de transferência de renda já desenvolvido no Brasil, o Programa Bolsa Família, Especificamente, por analisar suas implicações nas esferas política, econômica e, principalmente, social, dos seus beneficiários. A escolha do objeto de trabalho torna-se pertinente tendo em vista que o PBF esteja vigente desde meados 2003 e que ainda mantém certa parcela dos beneficiários elegíveis desde a sua criação, onde ainda é possível encontrar famílias que está há 10 anos recebendo o benefício, o que pode legitimar certos discursos de que o Programa tem gerado uma dependência social.

Entendendo também, que excluída possibilidade de salário, tem sido fornecido por parte do Estado aos desempregados, trabalhadores precários e informais - perfis de famílias elegíveis do programa - condições mínimas materializadas via transferência de renda, logo, torna-se necessário trazer uma discussão quanto à possível intencionalidade do próprio Estado em manter essas famílias tão dependentes dos programas de transferência de renda, em especial no Brasil, a dependência ao Programa Bolsa Família.

Além disso, e no bojo da discussão realizada, pretende-se discutir se ao promover os Programas de Transferência de renda, estaria o Estado tentando minimizar os conflitos sociais causados pelo grande volume de desemprego. Uma das críticas consiste no fato de que, os Programas de Transferência de renda surgem num modelo neoliberal e por isso, parecem pouco contribuir para o rompimento do ciclo de pobreza e para a emancipação dos indivíduos. (MOTA; AMARAL e PERUZZO, 2012). Mas, parecem servir como reprodução da força de trabalho para o sistema (ALVES, 2014; SITCOVSKY, 2010).

Em 2013, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, hoje, Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, lançou um livro cujo título é *Programa Bolsa Família- uma década de inclusão e cidadania*. O objetivo do livro é avaliar as conquistas e os desafios do programa no que tange ao combate à pobreza no País. Além disso, outras pesquisas dedicaram-se a compreender o impacto do PBF na área da educação, saúde, assistência social, bem como no que tange a relação do PBF com o trabalho das famílias, no entanto, esses estudos têm se pautado em compreender o impacto do programa sobre a oferta de trabalho na economia. (AMARAL; MONTEIRO, 2013; CAMPELLO, 2013; FEIJÓ e PIRES, 2015; JANNUZZI, 2014; JANNUZZI; PINTO, 2013; RASELLA, 2013; REGO; PINZANI, 2013).

Deste modo, como forma de complementar tais pesquisas e enriquecer o debate do impacto causado pelo programa brasileiro, a pertinência deste trabalho refere-se à possibilidade de discutirmos com mais profundidade quanto a relação que o Programa Bolsa Família se dá com a precarização do trabalho no Brasil. Uma vez que ainda são pouco os estudos sobre a relação do PBF com o mercado de trabalho, principalmente no campo da Administração. Vinculados ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicadas (IPEA), podemos citar os trabalhos de Barbosa e Corseuil (2011), que buscaram analisar uma possível influência do PBF em relação ao trabalho informal e o trabalho de Teixeira (2011), cujo objetivo era analisar a participação das famílias beneficiárias no mercado de trabalho, no entanto, ainda é pouco explorada a relação do PBF com a precarização de trabalho.

Portanto, no campo das Ciências Sociais Aplicadas, a relevância desse trabalho está centrada no objetivo do mesmo, em buscar compreender a relação do PBF com a precarização do trabalho dos beneficiários. Essa discussão tem ganho força nas áreas de Serviço Social e Economia, no entanto, essa temática nos estudos da Administração tem sido deixada um pouco de lado, o que justifica mais uma vez a relevância do trabalho, entendendo que a nossa

área é tão importante para se pensar, discutir, propor e questionar as ações estatais quanto as outras áreas que compõem o campo das Ciências Sociais Aplicadas.

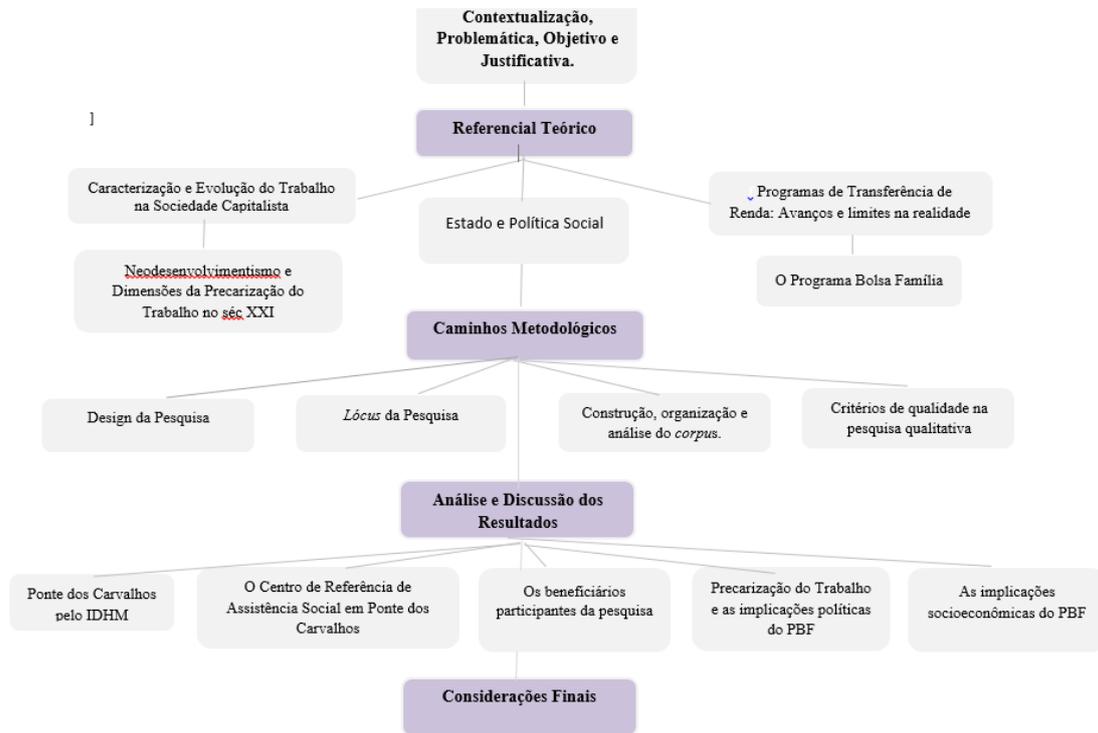
1.5 Estrutura do Trabalho

Este trabalho está estruturado em quatro capítulos. No primeiro traz-se uma contextualização do tema em questão ao qual se refere ao *desenvolvimento*, onde inicialmente é discutido as bases políticas e econômicas nas quais deram suporte ao modelo de desenvolvimento atual que vivemos, conseguinte é explanada a problematização da pesquisa, definindo os objetivos principais do presente estudo, finalizando o capítulo com a justificativa para tal pesquisa.

No segundo capítulo discute-se os principais temas diretamente relacionados à pesquisa: Estado, política social, precarização do trabalho, criação dos programas de transferências de renda e o Programa Bolsa Família, trazendo as principais contribuições dos autores relevantes ao assunto da investigação.

No capítulo três são apresentados os caminhos metodológicos adotados: design de pesquisa, *locus* e participantes da pesquisa, construção, organização e análise do corpus e critérios de qualidade na pesquisa qualitativa. O quarto capítulo refere-se a discussão e resultados da pesquisa, subdividido em cinco tópicos: i) Ponte dos Carvalhos pelo IDHM; ii) O Centro de Referência de Assistência Social em Ponte dos Carvalhos; iii) Os beneficiários participantes da pesquisa; iv) Precarização do Trabalho e as implicações políticas do PBF e, v) as implicações socioeconômicas do PBF. Por fim, o presente estudo é finalizado com o capítulo cinco, correspondente as considerações finais. Abaixo, a figura 1 demonstra como está desenhada a estrutura do trabalho.

Figura 1- Desenho da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

2 Fundamentação Teórica

Nesta seção apresentaremos uma revisão da literatura, com o objetivo de contextualizar teoricamente a pesquisa. A discussão que se segue está dividida em três partes. Na primeira, recuperamos elementos do debate sobre Estado e política social, em seguida, tentando entender o contexto que foi inserido a criação do sistema de proteção social, trouxe-se uma discussão quanto caracterização e evolução do trabalho, principalmente no que diz respeito ao processo de trabalho e de valorização, pontuou-se também em relação as crises do capital, além de discutirmos a reestruturação produtiva e a os processos de flexibilização. Após isso, discutimos a criação dos Programas de Transferência de Renda e o Programa Bolsa Família, num cenário conhecido como o neodesenvolvimentismo, elemento político e econômico recente no Brasil e suas implicações no mercado de trabalho brasileiro.

2.1 Estado e Política Social

Por que Estado social? Inicialmente, vale destacar a visão de Boschetti (2016) ao tentar explicar o porquê dessa expressão, para a autora, ao designar “Estado social”, a regulação econômica e social efetivada pelo Estado no capitalismo tardio não significa atribuir ao Estado uma natureza anticapitalista, e menos ainda lhe atribuir qualquer intencionalidade de socializar a riqueza por meio de políticas sociais. O que se denomina aqui de Estado social capitalista, portanto, é o Estado que, no capitalismo tardio assume importante papel na regulação das relações econômicas e sociais, tendo por base a constituição de um sistema de proteção social de natureza capitalista, assentado em políticas sociais destinadas a assegurar trabalho, educação, saúde, previdência, habitação, transporte e assistência social.

“ [...] um sistema de proteção social não é somente a justaposição de programas e políticas sociais, e tampouco se restringe a uma política social, o que significa dizer que a existência de políticas sociais em si não constitui um sistema de proteção social. O que configura a existência de um sistema de proteção social é o conjunto organizado, coerente, sistemático, planejado de diversas políticas sociais, financiado pelo fundo público e que garante proteção social por meio de amplos direitos, bens e serviços sociais, nas áreas de emprego, saúde, previdência, habitação, assistência

social, educação, transporte, entre outros bens e serviços públicos.” (BOSCHETTI, 2016, p. 26)

As análises de Draibe (1997), apontam que no limiar dos anos 80, os programas sociais de todos os países que examinados projetavam um imperfeito Estado de Bem-Estar Social que admitia, inegavelmente, amplas margens de melhorias. Ainda assim, não se pode deixar de registrar que, em alguma medida, a dinâmica da sua expansão parecia projetá-los em direção a um padrão mais redistributivista e institucional, principalmente em função do reforço e expansão dos programas universais de educação fundamental e de saúde, da tendência à redução da heterogeneidade das prestações securitárias e da maior integração entre os programas previdenciários, de saúde e de assistência social, estes últimos adquirindo especial densidade no Brasil

No Brasil, as políticas sociais têm sua origem estreitamente ligada ao desenvolvimento urbano industrial, no qual o Estado redefiniu suas funções e passou a utilizar mecanismos institucionais de controle, até então fora de sua esfera de intervenção. Com o processo de desenvolvimento industrial, aliado à expansão urbana, agravou-se a “questão social”, com grandes aglomerados em torno das cidades, que por sua vez atestam o crescimento da pobreza, do desemprego e da exclusão com privações social, econômica, cultural e política para a classe que vive do trabalho. E, por um outro lado, se têm uma enorme concentração de renda e riqueza para um pequeno grupo, os grandes proprietários (DALLAGO, 2007).

O sistema de proteção social no Brasil, à semelhança dos europeus, emerge e se desenvolve da necessidade da regulação do processo de acumulação, da relação capital/trabalho, da regulação das relações de trabalho, dirigindo-se a indivíduos e segmentos sociais. Contudo, como evidencia Fontenele (2007), a família acaba sendo alvo das medidas do Estado, dada sua participação no edifício da reprodução e do controle. Porém não restam dúvidas que o enfoque das políticas sociais esteve prioritariamente dirigido a segmentos, seja a trabalhadores organizados por categorias, ou indivíduos carentes e incapacitados para o

trabalho, recortados pelo ciclo de vida ou carências e demandas, caso do público da assistência social (TEIXEIRA, 2010).

O Quadro 1, criado a partir das considerações de diversos autores, entre eles Yazbek (2008) traz uma discussão histórica quanto a criação do Sistema de Política Social no Brasil.

Quadro 1- Histórico da Política Social no Brasil

Histórico dos Programas de Transferência de Renda	
As Experiências Municipais Pioneiras	
<p>Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima - PGRFM da Prefeitura Municipal de Campinas/SP - início em março de 1995</p>	<p>O público alvo desse programa é a família carente com renda per capita inferior a R\$ 35,00 residente em Campinas e com filhos menores de 14 anos de idade; No desenho inicial do PGRFM tinha como objetivo: melhorar o estado nutricional das crianças, retirá-las das ruas, oportunizar a permanência das crianças nas escolas, melhorar as condições gerais de vida das famílias.</p>
<p>Programa Bolsa Familiar para a Educação e o Programa Poupança-Escola do Governo de Brasília/DF início em maio de 1995</p>	<p>Tinha como objetivo central tirar as crianças da rua ou do mercado de trabalho, concedendo-lhes o direito de estudar. Era destinado a famílias residentes no Distrito Federal há mais de cinco anos. O Programa visava assegurar um salário mínimo a cada família carente que tivesse todos os seus filhos, de 7 a 14 anos de idade, na escola pública. Já o Poupança-Escola garantia a cada aluno do Bolsa Escola um registro contábil que era transformado numa caderneta de poupança, no Banco do Brasil. A cada final do ano letivo era assegurado ao aluno um crédito no valor de um salário mínimo.</p>
<p>Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima, da prefeitura municipal de Ribeirão Preto início em setembro de 1995</p>	<p>São considerados critério de prioridade para a inclusão das famílias ao Programa: famílias chefiadas por mulheres; número de filhos na escola; desemprego ou subemprego na família; condições de moradia e saneamento básico; situação de saúde na família, como desnutrição, alcoolismo, pessoa portadora de deficiência e escolaridade</p>
<p>Programa “Nossa Família” da prefeitura municipal de Santos/SP início outubro de 1995</p>	<p>Esse programa era destinado a famílias com filhos ou dependentes, de até 16 anos de idade, em situação de risco, conforme estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente. Além disso, era destinado a famílias com renda per capita familiar mensal inferior a R\$ 50,00.</p>

Primeiras experiências de iniciativa do Governo Federal	
<p>Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) início em 1996</p>	<p>Inicialmente o Programa foi destinado após denuncia sobre trabalho escravo a qur a crianças e adolescentes da zona rural estavam submetidos (ligados ao corte da cana-de-açúcar e em carvoarias); Posteriormente foi destinado também a crianças e adolescentes da zona urbana, principalmente para atender aqueles que trabalhavam em "lixões". O objetivo central era fazer com que as crian;as e adolescentes trocassem o trabalho penoso pela escola.</p>
<p>Benefício de Prestação Continuada (BPC) início em 1996</p>	<p>Tem como público alvo pessoas idosas a partir de 65 anos de idade e pessoas portadoras de deficiência, consideradas incapacitadas para a vida independente e para o trabalho. O benefício pode ser pago a mais de um membro da mesma família, desde que comprovadas todas as condições exigidas.</p>
Expansão dos Programas de iniciativa do Governo Federal - "Rede de Proteção Social"	
<p>Programa de Renda Mínima, vinculado à Educação (Bolsa Escola) - início em 2001</p>	<p>Eram considerados beneficiários do Programa familiar com renda per capita inferior a meio salário mínimo e que tivessem filhos ou dependentes de 0 a 14 anos. Alguns dos objetivos centrais do Programa: possibilitar o acesso e a permanência de crianças pertencentes a camadas sociais tradicionalmente excluídas na escola; evitar permanência de crianças na rua e contato com situações de risco pessoal e social.</p>
<p>Bolsa Alimentação - início em 2001</p>	<p>Tratava-se de um Programa do Ministério da Saúde, cujo objetivo era reduzir deficiências nutricionais e a mortalidade infantil entre as famílias brasileiras mais pobres. Era direcionado a famílias pobres com mulheres gestantes, mães que estivessem amamentando seus filhos até 06 meses de idade ou com crianças de 6 meses a 6 anos de idade. Era associado com medidas de atendimento básico à saúde.</p>
<p>Auxílio-Gás - início em 2002</p>	<p>A criação desse Programa se justificou em compensar os efeitos da liberação do comércio de derivados de petróleo e a retirada de subsídio ao gás de cozinha. A meta era o atendimento de cerca de 10 milhões de famílias, com prioridades para aquelas já cadastradas nos programas do Governo Federal. O benefício era a transferência de R\$ 7,50 por mês, cujo repasse ocorria a cada dois meses.</p>

<p>Cartão Alimentação - início em 2003</p>	<p>Este Programa visava garantir a pessoas em situação de insegurança alimentar (falta de alimentação digna em quantidade e qualidade) , recursos financeiros ou o acesso a alimentos em espécie. A prioridade para a implementação do Programa foi inicialmente definida como sendo os municípios da região do semiárido brasileiro, bem como as áreas de grupos populacionais sujeitos a insegurança alimentar.</p>
<p>Programa de Transferência de Renda num cenário neodesenvolvimentista</p>	
<p>Programa Bolsa Família (PBF) - início em 2003</p>	<p>O Programa Bolsa Família foi criado a partir da unificação dos últimos quatro programas descritos acima: Bolsa Escola, Cartão Alimentação, Auxílio-Gás, Bolsa Alimentação. Com o objetivo de atender familiar com renda per capita de R\$ 77,00 para famílias extremamente pobres e com renda per capita de R\$ 154,00 para famílias consideradas pobres. Educação, Saúde e Assistência Social são consideradas as três condicionalidades do Programa. Atualmente é a principal política pública de transferência de renda no Brasil.</p>

Fonte: Elaboração própria a partir de YAZBEK, 2008 e MESTRINER, 2001)

Segundo Mota (2007), as políticas de proteção social, nas quais se incluem a saúde, a previdência e a assistência social, são consideradas produto histórico das lutas do trabalho, na medida em que respondem pelo atendimento de necessidades inspiradas em princípios e valores socializados pelos trabalhadores e reconhecidos pelo Estado e pelo patronato. Quaisquer que sejam seus objetos específicos de intervenção, saúde, previdência ou assistência social, o escopo da seguridade depende tanto do nível de socialização da política conquistado pelas classes trabalhadoras, como das estratégias do capital na incorporação das necessidades do trabalho.

No entanto, para Dallago (2007), cabe-se ressaltar que, historicamente, a intervenção do Estado na área social, inscreveu-se no interior das relações capital x trabalho. Porém, as precárias intervenções das políticas públicas no campo social, evidenciam carências que afetam a sobrevivência de muitos homens trabalhadores, o que resulta na precarização das

condições de vida destes sujeitos, os quais se tornam demandas crescentes nas áreas da educação, da saúde, habitação, emprego entre outros. Evidenciam necessidades que se constituem em direito a ser alcançado por grande parte da população da sociedade brasileira. Nesta perspectiva, salienta-se que as políticas sociais na concepção neoliberal, ao invés de diminuir as desigualdades sociais aumentam ainda mais o abismo social, fazendo conseqüentemente crescer a dependência de enormes segmentos populacionais.

Além disso, para Draibe (1997), o enorme esforço social, institucional e financeiro investido na construção desses sistemas de políticas sociais torna-se mais nítido quando confrontado com as tenazes restrições postas pela estrutura socioeconômica dessas sociedades, em particular as referidas a seus mercados de trabalho pouco integrados (principalmente a segmentação urbano-rural) aos níveis baixos de assalariamento e, enfim, aos patamares baixíssimos de salários.

É inegável que a força de desestruturação que afeta decisivamente os Estados de Bem-Estar Social tem origem nas mudanças do mundo do trabalho que vêm acompanhando a transformação produtiva. Os sistemas de proteção social construídos sob a forma Estado de Bem-Estar Social não foram desenhados e nem capacitados para enfrentar a situação atual de acelerada redução do trabalho. Se, na maior parte dos países, o pleno emprego não foi sua condição efetiva, a generalização do assalariamento dava-lhe, entretanto, sentido e dinâmica – e é esta força que vem sendo comprometida pelo desemprego e, como no caso dos países latino-americanos, pela precarização e informalização do trabalho (DRAIBE, 1997).

Em geral, Mota (2007) assinala que os sistemas de proteção social são implementados através de *ações assistenciais* para aqueles impossibilitados de prover o seu sustento por meio do trabalho, para *cobertura de riscos do trabalho*, nos casos de doenças, acidentes, invalidez e desemprego temporário e para *manutenção da renda* do trabalho, seja por velhice, morte, suspensão definitiva ou temporária da atividade laborativa. Além disso, as prestações sociais

monetárias (em forma de aposentadorias, pensões, seguro desemprego, assistência social em situações específicas) passam a assumir a função de garantir um rendimento em situações de ausência de salário (BOSCHETTI, 2016). Logo, faz-se necessário discutirmos a categoria trabalho, para que seja possível compreender essa relação entre sistemas de proteção social e relações de trabalho.

2.2 Caracterização do Trabalho na Sociedade Capitalista

Historicamente, a relação do trabalho representa a concretização da relação estabelecida entre o homem e a natureza para a satisfação de suas necessidades. Um processo contínuo onde o homem transforma a natureza em um determinado fim, a partir do que ele detém de mais valioso, a sua força de trabalho. Marx (2013) define força de trabalho ou capacidade de trabalho como o complexo das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo.

A reprodução da força de trabalho é condição para a existência do indivíduo, que para a sua manutenção, necessita de certa quantidade de meios para a sua subsistência e, essa quantidade deve ser suficiente para manter o indivíduo trabalhador como tal em sua condição normal de vida.

Quando o homem exerce atividade criativa, livre e consciente por meio da qual ele produz e cria, ele também transforma o mundo a seu redor e a si mesmo. Do mesmo modo, Alves (2007, p.19) considera que “o homem é um animal que produz objetos, isto é, se objetiva em produtos. É o que se denomina objetivação, e é através do processo de objetivação (do trabalho) que o animal homem se tornou ser humano.” Entretanto vale ressaltar que,

Sob determinadas condições históricas da propriedade privada e da divisão hierárquica do trabalho, a produção de *objetos* se interverteu em produção de coisas-mercadorias. O objeto de trabalho (ou o produto do trabalho) se tornou *coisa*, ou seja, tornou-se uma *coisa*, produto-mercadoria, intransparente, fetichizado, que nega

o próprio sujeito humano, o ser genérico do homem. A objetivação assume deste modo, uma forma estranhada³. (ALVES, 2007, p. 20)

Quando o capitalista passa a deter os fatores que constituem o processo de trabalho, através da compra e da concentração da posse de meios de produção e de força de trabalho, a evolução deste processo faz com que o trabalhador não se reconheça mais nos produtos de seu trabalho. Estes passam a se tornar estranhos ao homem, o oprimindo e dominando.

O capitalismo é o único modo histórico de produção em que a força de trabalho é mercadoria. Aliás, é a transformação essencial da força de trabalho em mercadoria, através da instauração do trabalho livre, que nos dá a chave da acumulação de mais-valia. Sem trabalho livre ou força de trabalho como mercadoria, não existiria produção de mais-valia. Só a força de trabalho como mercadoria é capaz de produzir mais-valia (ALVES, 2007).

Ao comprar a força de trabalho, o capitalista se apropria do produto gerado através do trabalho e cuida para que todo o processo ocorra sem desperdícios, sendo realizado da maneira mais produtiva. Desta forma, busca evitar gastos excessivos de matérias-primas e conservar os meios de trabalho. “Ele quer produzir não só valor de uso, mas uma mercadoria; não só valor de uso, mas valor, e não só valor, mas também mais-valor” (MARX, 2013, p. 263). A finalidade do processo capitalista de trabalho é produzir mercadorias de forma que seu valor seja maior do que a soma dos valores da força de trabalho e dos meios de produção gastos no processo que constituiu sua produção.

O processo de trabalho no capitalismo se distingue do processo de trabalho em outras formas societárias pré-capitalistas. Neste sentido, a cooperação simples e a divisão manufatureira do trabalho, inseridas na evolução do processo de trabalho, ainda contribuem para o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, não no sentido inicial, onde o trabalhador realizava suas atividades de forma autônoma, em sua própria oficina, mas, sendo agora controlada por um capitalista e organizado sob forma de cooperativa. Mas é a

³Para Alves (2007) ao falar *estranhamento*, o autor quer dizer *alienação*. Para ele, as duas palavras têm o mesmo significado, ou seja, possuem um claro sentido negativo.

introdução das máquinas, a partir da Revolução Industrial, que tende dar novas significações aos elementos do processo de trabalho.

De acordo com Alves (2004), a partir da mundialização do capital, em meados dos anos 70 do século passado, surgiu a ideologia da globalização que na década seguinte tenderia a se disseminar pelo mundo capitalista. Em si, representava os interesses das corporações transnacionais e dos grandes fundos de investimentos privados, sedentos de uma valorização exacerbada.

Atualmente, vemos ser oferecida a varinha mágica da *globalização* como uma solução automática para todos os problemas e contradições enfrentados. Esta solução é apresentada como uma novidade completa, como se a questão da globalização aparecesse no horizonte histórico somente há uma ou duas décadas com sua promessa de bondade universal[...]Mas, na realidade, o sistema do capital moveu-se inexoravelmente em direção à “globalização” desde seu início. Devido à irrefreabilidade de suas partes constitutivas, ele não pode considerar-se completamente realizado a não ser como um sistema global totalmente abrangente (MÉSZÁROS, 2000, p, 13).

Na visão de Carcanholo (2009), a partir da década de 1980, alguns ideólogos chegam a pensar até que o capital terminará não mais necessitando da força de trabalho para produzir riqueza e excedente, de maneira a garantir a rentabilidade exigida pelo capital. O trabalho teria, portanto, perdido centralidade; a tecnologia, a informação e o domínio do conhecimento foram alçados à categoria de entes mágicos capazes de tudo e objetos de adoração. Segundo o autor, do final da década de 1970 para cá, o capital financeiro, não só dominou o cenário capitalista, como superou os investimentos produtivos no que se refere à capacidade de apropriação de lucros, nessa época o capital se lançou na especulação e encontrou aí o remédio para a baixa rentabilidade que foi forçado a suportar durante a década de 1970. A partir dos primeiros anos da década de 1980, a taxa de lucro nos países mais importantes do capitalismo começa a se recuperar e o faz de maneira significativa.

O desprezo pelo investimento produtivo e a busca avassaladora da rentabilidade líquida e segura, são os traços principais da natureza do capital financeiro. Ele floresce nos empreendimentos com papéis (ações, moedas e títulos públicos) que se disseminaram nos

últimos vinte anos. A financeirização da riqueza se origina, em suas determinações essenciais, tanto da busca exacerbada de valorização de uma massa de capitais- dinheiro contida em sua valorização real por uma crise estrutural de superprodução do capital e depois, por uma crise fiscal do Estado capitalista e sua busca desesperada de financiamento de seu déficit público (ALVES, 2001).

A mundialização do capital expõe com vigor a lógica destrutiva do capital. Ela se manifesta através do desemprego de massa e da miséria física e espiritual das massas. O lúgubre cenário de pós-modernidade é reflexo social da financeirização da riqueza capitalista. Na ótica da financeirização, a produção propriamente dita perde sua centralidade sistêmica. Entretanto, como uma contradição insana, a lógica da produção de mercadorias e o mundo do trabalho abstrato continuam sendo o centro de gravidade da sociedade do capital. (ALVES, 2007)

É no bojo da mundialização financeira que se desenvolve o novo regime de acumulação flexível e com ele, um novo complexo de reestruturação produtiva, cujo momento predominante é um novo modelo produtivo, o toyotismo. Deste modo, no período de 1970-1980 deu-se início o processo de reestruturação econômica e reajuste social e político, pautado pela flexibilização dos processos e mercados de trabalho (HARVEY, 1992). Behring (2009) denomina este processo de reestruturação como uma verdadeira contrarreforma na busca de novos patamares de acumulação.

Logo, novos processos de trabalho emergem, onde o padrão produtivo conhecido como o fordismo - compreendido por Antunes (2015) como a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo de todo século XX-, foi "substituído" pela "especialização flexível", por novos padrões de busca da produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado. Alguns elementos constitutivos básicos do fordismo, vale ressaltar, eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos, além do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro taylorista e da produção em séries fordista e pela separação entre elaboração e execução no processo de trabalho.

Ainda segundo o fordismo, para Alves (2014), é nesse padrão produtivo, no decorrer do século XX, com a luta social e política da classe trabalhadora, ampliaram-se para o mundo do trabalho organizado, os direitos econômicos e sociais do trabalho, o que permitiu, por exemplo, a conquista da redução da jornada de trabalho, melhores salários e condições de trabalho nos países capitalistas.

Nas últimas décadas do século XX para Alves (2014) ampliou-se nos países capitalistas centrais a precarização salarial. Precarizou-se ou flexibilizou-se o estatuto salarial padrão instaurado na época histórica do modo de desenvolvimento fordista. Deste modo, de acordo com o autor, nos últimos trinta anos do capitalismo global, a precariedade salarial regulada conviveu com formas atípicas do salariedade que se impuseram por conta do novo regime de acumulação flexível.

Harvey (1992) chamou de *acumulação flexível* esse novo padrão produtivo, de acordo com o autor, ela serve como pano de fundo para marcar a transformação da rigidez fordista para a flexibilidade dos processos de trabalhos, dos mercados de trabalho, dos produtos, dos padrões de consumo, da descontração industrial, da revisão do papel do Estado, da financeirização da economia, da heterogeneização e fragmentação da classe trabalhadora, da intensificação do trabalho, da precarização do trabalho. Além disso, a *acumulação flexível* parece implicar níveis altos de desemprego rápida destruição e construção de habilidades e o retrocesso do poder sindical.

O mercado de trabalho, passou por uma radical reestruturação. Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contrato de trabalho mais flexíveis (...) Mais importante do que isso é a aparente redução do emprego regular em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado (HARVEY, 1992, p. 143).

A partir dessa reestruturação, que caminha em direção a desconstrução de muitas das relações trabalhistas estabelecidas em um período anterior, inicia o processo de precarização do trabalho. Alves (2007) compreende que o processo de precarização do trabalho, que

aparece sob a flexibilização do trabalho, impõe-se não apenas por meio da perda de direitos e do aumento da exploração da força de trabalho, por meio do alto grau de extração de sobretrabalho de contingentes operários e empregados da produção social. A precarização do trabalho se explicita por meio através do crescente contingente de trabalhadores desempregados supérfluos à produção do capital.

No contexto brasileiro, a precarização do trabalho assumiu na década de 2000, novas formas sociais, caracterizando-se, por um lado, pela *precarização salarial*, que se manifesta na persistência das altas taxas de rotatividade da força de trabalho, ou ainda, por disseminar novas formas de contrato de trabalho precário inscritas na CLT⁴. Por outro lado, a *precarização existencial*, decorrente do modo de vida *just-in-time*⁵, que produz vida reduzida e provoca crescimentos radicais nas pessoas que trabalham, e *precarização do homem-que-trabalha*, decorrente de adoecimentos laborais, é o que afirma Alves (2014). O autor ainda acrescenta que foi nas condições do neodesenvolvimentismo no Brasil, que estas dimensões da precarização estrutural do trabalho se explicitaram plenamente.

2.2.1. Neodesenvolvimentismo e Dimensões da Precarização do Trabalho no Século XXI

Como assinala Gonçalves (2013), a era desenvolvimentista compreendida entre 1930 e 1979, pode ser considerada como o projeto de desenvolvimento econômico assentado no trinômio: industrialização substitutiva de importações, intervencionismo estatal e nacionalismo. De acordo com Bresser-Pereira (2006) as políticas adotadas no desenvolvimentismo implicavam em proteger a indústria nacional nascente e em promover a

⁴ Consolidação das Leis de Trabalho. A CLT surgiu pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943, sancionada pelo então presidente Getúlio Vargas, unificando toda legislação trabalhista existente no Brasil.

⁵ Para que seja possível a compreensão a *posteriori* do significado de modo de vida *just-in-time*, Alves (2014) assegura que é importante apreender o significado do método just-in-time na ótica da gestão toyotista. Pelas próprias palavras do autor: “ Para Taiichi Ohno, ideólogo do toyotismo, o *just-in-time* significa que, em um processo de fluxo da produção industrial, as partes corretas necessárias à montagem, alcançam a linha de montagem no momento em que são necessárias e somente na quantidade necessária. Esta é a lógica do *just-in-time*: a produção no tempo certo” (p, 21).

poupança, ou acumulação de capital, forçada por meio do Estado, objetivando, centralmente, o desenvolvimento econômico. Segundo o autor, para que tais objetivos fossem possíveis, era de fundamental importância a formação do pacto social nacional.

Apesar do impulso dado pelo Estado, Mattei (2012) destaca que a política industrial durante a vigência do nacional-desenvolvimentismo gerou desequilíbrios setoriais importantes, particularmente no setor de bens de capital, além de defasagens tecnológicas e baixa competitividade internacional. Além de que existem diversas explicações sobre a queda do ‘‘ antigo desenvolvimentismo’’, duas delas, porém, foram consideradas decisivas:

Por um lado, a exaustão da estratégia de substituição das importações, uma vez que a excessiva proteção industrial e o baixo grau de inserção no comércio internacional limitaram o crescimento econômico. Por outro, a crise da dívida externa, que contribuiu decisivamente para deteriorar a situação financeira do setor público, limitando suas condições de financiamento, bem como acelerou o processo inflacionário que tomou conta da economia por quase duas décadas (MATTEI, 2012, p. 34).

O contexto político sul-americano muda no final dos anos 1990 e início do século XXI. Neste período, o neoliberalismo mostra sinais de esgotamento no plano econômico, com a persistência dos desequilíbrios macroeconômicos, a redução dos direitos sociais e o aumento do desemprego estrutural e do pauperismo relativo (CASTELO, 2009).

De acordo com Bresser-Pereira (2006), o fracasso das políticas neoliberais em promover o desenvolvimento na América latina, conduziu a uma rejeição do que ele denomina por política econômica ortodoxa no subcontinente. Diante deste desafio, alguns países latino-americanos, por meio de governos de centro-esquerda, teriam voltado a explorar aspectos do desenvolvimentismo que vigorou durante o século XX, no entanto, com modificações que representariam uma terceira via entre o populismo de esquerda e o neoliberalismo. Um novo modelo de desenvolvimento denominado de neodesenvolvimentismo.

Castelo (2009) assinala que os novo-desenvolvimentistas defendem a tese de que a construção de uma economia de mercado forte depende da existência de um Estado forte, não

no sentido de produzir bens e serviços diretamente a partir de empresas estatais, mas atuando como uma instância reguladora das atividades econômicas.

Na década de 2000, ocorreu a expansão e reorganização do capitalismo brasileiro com impactos cadentes no mercado de trabalho no Brasil. Com o novo padrão do desenvolvimento capitalista no Brasil, intitulado neodesenvolvimentismo, explicitou-se um novo (e precário) mundo do trabalho, em seu bojo, expõe os traços de uma nova precariedade salarial. O traço principal da nova condição salarial é seu caráter flexível. (ALVES, 2014). A terceirização na década de 2000 assumiu o principal posto de geração de novas ocupações no Brasil. Entre 1995 e 2005, os postos de trabalho terceirizados formais foram os que mais cresceram no total da ocupação no país. O seu ritmo de expansão médio anual foi quase quatro vezes maior que as ocupações como um todo (ALVEZ, 2011; POCHMANN, 2008).

Com as flexibilizações do mercado de trabalho a força de trabalho se torna mais barata, pois utilizam-se trabalhadores contratados temporariamente e precariamente os quais num período de crescimento da economia são exauridos em longas jornadas para atender a níveis altíssimos de produtividade, para num momento de recessão, voltarem a condições de desempregados. E com o desemprego estrutural fica mais difícil de tais trabalhadores voltarem a ter empregos estáveis.

No caso do Brasil, Alves (2014) ressalta que existe uma flexibilidade estrutural do trabalho, que contribuiu historicamente para a vigência da superexploração da força de trabalho, modo histórico particular de consumo da força de trabalho no País. Por outro lado, ela decorre da oferta abundante de força de trabalho, que prolifera nas regiões metropolitanas permeada de ocupações informais e empregos ilegais.

Na análise crítica de Mota (2012), caberia ressaltar a positividade do neodesenvolvimentismo ao reconhecer que ele opera algumas inflexões na ortodoxia neoliberal. Afinal, “ ele supõe a intervenção do Estado como indutor do crescimento

econômico, a ampliação e a formalização do emprego, dentre outros aspetos que, pelo menos em tese, negariam a centralidade do mercado.” Para a autora, duas ideias centrais sintetizam seus pressupostos: “ a) a de que o enfrentamento ao neoliberalismo se faz com crescimento econômico mediado pela intervenção do Estado; b) e a de que o crescimento econômico leva inexoravelmente ao desenvolvimento social”.

No que diz respeito ao impacto deste projeto no mercado de trabalho brasileiro na década de 2000, Alves (2014) argumenta que é indiscutível que o se impacto positivo, como por exemplo, com a redução da taxa de desemprego total e o crescimento da taxa de formalização no mercado de trabalho, diminuindo deste modo, a informalidade laboral. E são esses aspectos que o autor diferencia o neodesenvolvimentismo do neoliberalismo da década de 1990, cuja dinâmica social do mercado de trabalho, caracterizou-se pelas altas taxas de desemprego e crescimento da informalidade laboral. Entretanto, o autor assegura que, por outro lado, tivemos na década de 2000, a persistência dos traços da precariedade estrutural do mundo do trabalho no Brasil, como por exemplo, a alta rotatividade do trabalho e o crescimento dos contratos de trabalho precário por conta das novas modalidades de contratos flexíveis, inscritas na CLT, com a expansão da terceirização e do emprego subcontratado.

Apesar da queda histórica do desemprego total nas regiões metropolitanas na era do neodesenvolvimentismo, as taxas de desemprego entre jovens de 16 a 24 anos ainda estão em patamares alarmantes, principalmente se considerar, que, nessa faixa etária, muitos jovens são responsáveis por uma boa parcela da renda familiar (ALVES, 2014). De acordo com o último Censo Demográfico⁶, apesar de uma queda na taxa de desocupação entre a década de 2000 e 2010, havia ainda um percentual considerável de jovens entre 18 e 24 anos desocupados no país, em nível nacional esse percentual chegava a 15% dos jovens, já se tratando das Regiões Metropolitanas (RM), os três primeiros lugares com os maiores percentuais eram composto

⁶Outros indicadores podem consultados na plataforma do Atlas de Desenvolvimento Humano. Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/>>

pela Região Metropolitana de Maceió, com um percentual de 27,89, em seguida a Região Metropolitana do Recife, 27,59 e em terceiro lugar era composto pela Região Metropolitana de Salvador, com um percentual de 27,10. Podemos considerar que mais alarmante ainda, são os dados correspondentes ao percentual de jovens entre 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e é vulnerável, em nível nacional esse percentual chegava a 33,05, enquanto nas três RM citadas acima, tais percentuais chegaram a 36,54%, 35,74% e 33,84% - cabe ressaltar que outras RM, nesse indicador, ficaram a frente dessas três RM.

Para Sampaio Junior (2012), com a ausência de competitividade dinâmica para enfrentar os países centrais do capitalismo, resta aos países periféricos, inclusive o Brasil, intensificar ainda mais os ataques aos direitos trabalhistas e as políticas públicas, considerando ser esta a tendência atual.

Mota, Amaral e Peruzzo (2012) afirmam que é necessário ressaltar que a realidade dos novos padrões de desenvolvimentos da América Latina não indica possibilidades de êxito porque não tem sido possível manter o crescimento econômico com maior e melhor distribuição de riqueza. Para as autoras, mantém-se a concentração de riqueza e, na América Latina, em particular, constata-se que mais de 40% de sua população é pobre, persistindo as desigualdades sociais, porém, o que muda é a criação de outros meios de enfrentamento da pobreza através de políticas públicas de inclusão. Trata-se da expansão de políticas compensatórias, reconhecidas através dos chamados subsídios dirigidos aos mais pobres.

Os investimentos em programas assistenciais focalizados e condicionados se fazem em oposição aos gastos com políticas sociais universais e estão longe de indicar um novo modelo de desenvolvimento social para o Brasil e demais países latino-americanos, mas têm sido úteis na dinamização dos mercados internos, na legitimidade social da classe dominante e na administração dos conflitos sociais (MOTA, 2012, p.12).

Todavia, no decorrer da década de 2000, disseminou-se no Brasil, valores-fetiches, expectativas e sonhos de mercado. Na década do toyotismo sistêmico, a produção tronou-se totalidade social, incorporando o léxico da produção e operou-se a disseminação de

parâmetros da produção na vida social. (ALVES, 2011). Deste modo, Alves (2014) afirma que se constitui nas regiões metropolitanas, o modo de vida *just-in-time*. Tal modo significa uma maior carga de pressão no plano psíquico do homem-que-trabalha, implicando no fenômeno de *vida reduzida*. Além disso, outra forma de precarização do trabalho no Brasil no século XXI, diz respeito à precarização do homem-que-trabalha, “ consequência da pressão laboral – pressão por metas abusivas de produção e assédio moral - que propicia a intrusividade da vida pessoal pelos parâmetros do trabalho estranhado e a redução do tempo de vida de trabalho”.

Por outro lado, o novo padrão de desenvolvimento capitalista conduzido pela frente política neodesenvolvimentista, de modo indiscutível, conseguiu melhorar o padrão de vida de milhões de trabalhadores das camadas pobres do proletariado por meio de programas de transferência de renda. No entanto, para Alves (2014), apesar do *glamour* popular do neodesenvolvimentismo, existem dimensões ocultas da precarização do trabalho oriundas da nova precariedade salarial que expõem as misérias sociais do novo padrão de desenvolvimento capitalista no Brasil.

Segundo Boito Junior e Berringer (2013), é a “massa marginal”, composta por subempregados, trabalhadores informais ou autônomos e desempregados, que forma a base de sustentação eleitoral do neodesenvolvimentismo. Para este grupo, a principal contrapartida é representada pelos Programas de Transferência de Renda, sendo o Programa Bolsa Família o maior e mais representativo dentre estes.

Acredita-se que é justamente neste último grupo de interesse, alvo dos Programas de Transferência de Renda, onde se encontra a massa de trabalhadores mais expostos a precarização do trabalho. Como tal, na próxima sessão é dedicada a discussão sobre os Programas de Transferência de Renda.

2.3 Programas de Transferência de Renda no Brasil

A partir da década de 1930, iniciam-se os marcos da constituição de um sistema de proteção social no Brasil. O País começa a passar por algumas transformações importantes no que se refere ao modelo de desenvolvimento econômico, nesta fase, o Brasil passou de agroexportador para o urbano-industrial. Nesse mesmo contexto, ocorreram mudanças nas estruturas do Estado, aonde viria a assumir a função de promotor da seguridade e do bem-estar social do país.

Ressalta-se que o Estado, no Brasil, foi sempre o primeiro sujeito na produção de desenvolvimento econômico, que por sua vez, o padrão de cidadania era regido pelo mercado de trabalho, condicionando o cidadão a ser um trabalhador de carteira assinada e pertencer a um sindicato porque só assim haveria de ter reconhecimento. Além disso, durante as décadas de 1970 a 1980, instaurou-se um período de ditadura militar, e nesta época alguns programas sociais ganharam um crescimento, porém este tinha como objetivo compensar a repressão que sofria sociedade (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2011).

Silva, Yazbek e Giovanni (2011) destacam que apesar do massivo controle social por parte do Estado em meados da década de 70, é importante perceber alguns movimentos sociais surgiram e ganharam grande visibilidade por levantar pautas de discussões voltadas para a questão da seguridade social, baseando-se na própria constituição de 1988. Ainda que tardiamente, em 1990, o governo brasileiro passou a adotar o um desenvolvimento econômico baseado no sistema neoliberal, com o intuito de inserir o Brasil na chamada competitividade da economia globalizada. Neste período, houve uma estagnação do crescimento econômico, esse fenômeno ocasionou diversas transformações no mundo do trabalho, tais como: precarização e instabilidade no trabalho e o desemprego. O que contribuiu para o aprofundamento da pobreza, culminando na não efetivação do Estado de bem-estar-social no Brasil.

Diante deste cenário de flexibilização do trabalho, onde havia a inviabilização do que antes era considerado seguro e estável, não tendo mais como principal representante as carteiras de trabalho assinadas, além do desmonte dos direitos sociais e trabalhistas assegurados pela Constituição Federal de 1988, surgem as políticas públicas de transferência de renda. Inicialmente, os programas de transferência de renda surgiram dentro de um modelo neoliberal, no entanto, o debate veio a ganhar força, mais precisamente, dentro de um novo modelo de desenvolvimento, denominado neodesenvolvimentismo. Este tipo de política baseia-se na junção dos desenvolvimentos sendo eles, econômicos e sociais, assim trazem consigo fundamentos de redistribuição de recursos e transferência de renda com intuito de melhorar o enfrentamento das desigualdades existentes.

Vale destacar que os programas de transferência de renda não são marcas de um governo específico, tampouco foram simplesmente inventados pelo Estado moderno. Verdade que esses programas foram criados no contexto do capitalismo industrial, como forma de compensação social e manutenção das condições mínimas da força de trabalho (Souto Maior, 2008).

O ano de 1995 é o marco inicial da concretização de um debate sobre Programas de Transferência de Renda, que no Brasil, iniciou em 1991. Foram implantados quatro programas locais de renda mínima simultaneamente no Brasil. O Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima, da prefeitura municipal de Campinas, iniciado em março de 1995; o Programa Bolsa Familiar para a Educação (Bolsa Escola) e o Programa Poupança-Escola do Governo de Brasília/DF, com início em maio de 1995; o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima, da prefeitura municipal de Ribeirão Preto, iniciado em setembro de 1995; e o Programa “ Nossa Família” da prefeitura municipal de Santos/SP.

Foi a partir de 2001, mais precisamente, que o Governo Federal se propôs a desenvolver o que passou a denominar Rede de Proteção Social direcionada à população pobre do país.

Nivelando a assistência social às políticas de educação, saúde e previdência. Destaca-se a criação do Benefício de Prestação Continuada – BPC, destinados a idosos e deficientes físicos em situação de extrema pobreza; o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, uma iniciativa que visa proteger crianças e adolescentes, menores de 16 anos, garantindo que frequentem a escola. Além desses, foram criados o Programa de Renda Mínima, vinculado à Educação (Bolsa Escola), o Programa Bolsa Alimentação, o Auxílio-Gás e o Programa Cartão-Alimentação. Vale ressaltar que os Programas Bolsa-Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação foram unificados, dando origem ao Programa Bolsa Família, considerada a maior política pública de transferência de renda do Brasil.

Como forma de fazer um resgate histórico de todas as iniciativas municipais, estaduais e federais quanto a distribuição de renda no Brasil, buscou-se de forma resumida, descrever o objetivo central e o público alvo de todos os programas de transferência de renda implementados no país a partir da década de 90 até o momento. Esse breve histórico pode ser observado no quadro 2:

Quadro 2- Histórico dos Programas de Transferência de Renda no Brasil

Histórico dos Programas de Transferência de Renda	
<p>Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima - PGRFM da Prefeitura Municipal de Campinas/SP - início em março de 1995</p>	<p>O público alvo desse programa é a família carente com renda per capita inferior a R\$ 35,00 residente em Campinas e com filhos menores de 14 anos de idade; No desenho inicial do PGRFM tinha como objetivo: melhorar o estado nutricional das crianças, retirá-las das ruas, oportunizar a permanência das crianças nas escolas, melhorar as condições gerais de vida das famílias.</p>
<p>Programa Bolsa Familiar para a Educação e o Programa Poupança-Escola do Governo de Brasília/DF início em maio de 1995</p>	<p>Tinha como objetivo central tirar as crianças da rua ou do mercado de trabalho, concedendo-lhes o direito de estudar. Era destinado a famílias residentes no Distrito Federal há mais de cinco anos. O Programa visava assegurar um salário mínimo a cada família carente que tivesse todos os seus filhos, de 7 a 14 anos de idade, na escola pública. Já o Poupança-Escola garantia a cada aluno do Bolsa Escola um registro contábil que era transformado numa caderneta de poupança, no Banco do Brasil. A cada final do ano letivo era assegurado ao aluno um crédito no valor de um salário mínimo.</p>

<p>Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima, da prefeitura municipal de Ribeirão Preto início em setembro de 1995</p>	<p>São considerados critério de prioridade para a inclusão das famílias ao Programa: famílias chefiadas por mulheres; número de filhos na escola; desemprego ou subemprego na família; condições de moradia e saneamento básico; situação de saúde na família, como desnutrição, alcoolismo, pessoa portadora de deficiência e escolaridade</p>
<p>Programa "Nossa Família" da prefeitura municipal de Santos/SP início outubro de 1995</p>	<p>Esse programa era destinado a famílias com filhos ou dependentes, de até 16 anos de idade, em situação de risco, conforme estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente. Além disso, era destinado a famílias com renda per capita familiar mensal inferior a R\$ 50,00.</p>
<p>PROGRAMAS DE PROTEÇÃO SOCIAL</p>	
<p>Benefício de Prestação Continuada (BPC) início em 1996</p>	<p>Tem como público alvo pessoas idosas a partir de 65 anos de idade e pessoas portadoras de deficiência, consideradas incapacitadas para a vida independente e para o trabalho. O benefício pode ser pago a mais de um membro da mesma família, desde que comprovadas todas as condições exigidas.</p>
<p>Expansão dos Programas de iniciativa do Governo Federal - "Rede de Proteção Social"</p>	
<p>Programa de Renda Mínima, vinculado à Educação (Bolsa Escola) - início em 2001</p>	<p>Eram considerados beneficiários do Programa familiar com renda per capita inferior a meio salário mínimo e que tivessem filhos ou dependentes de 0 a 14 anos. Alguns dos objetivos centrais do Programa: possibilitar o acesso e a permanência de crianças pertencentes a camadas sociais tradicionalmente excluídas na escola; evitar permanência de crianças na rua e contato com situações de risco pessoal e social.</p>
<p>Bolsa Alimentação - início em 2001</p>	<p>Tratava-se de um Programa do Ministério da Saúde, cujo objetivo era reduzir deficiências nutricionais e a mortalidade infantil entre as famílias brasileiras mais pobres. Era direcionado a famílias pobres com mulheres gestantes, mães que estivessem amamentando seus filhos até 06 meses de idade ou com crianças de 6 meses a 6 anos de idade. Era associado com medidas de atendimento básico à saúde.</p>
<p>Auxílio-Gás - início em 2002</p>	<p>A criação desse Programa se justificou em compensar os efeitos da liberação do comércio de derivados de petróleo e a retirada de subsídio ao gás de cozinha. A meta era o atendimento de cerca de 10 milhões de famílias, com prioridades para aquelas já cadastradas nos programas do</p>

<p>Cartão Alimentação - início em 2003</p>	<p>Governo Federal. O benefício era a transferência de R\$ 7,50 por mês, cujo repasse ocorria a cada dois meses.</p> <p>Este Programa visava garantir a pessoas em situação de insegurança alimentar (falta de alimentação digna em quantidade e qualidade) , recursos financeiros ou o acesso a alimentos em espécie. A prioridade para a implementação do Programa foi inicialmente definida como sendo os municípios da região do semiárido brasileiro, bem como as áreas de grupos populacionais sujeitos a insegurança alimentar.</p>
<p>Programa de Transferência de Renda num cenário neodesenvolvimentista</p>	
<p>Programa Bolsa Família (PBF) - início em 2003</p>	<p>O Programa Bolsa Família foi criado a partir da unificação dos últimos quatro programas descritos acima: Bolsa Escola, Cartão Alimentação, Auxílio-Gás, Bolsa Alimentação. Com o objetivo de atender familiar com renda per capita de R\$ 77,00 para famílias extremamente pobres e com renda per capita de R\$ 154,00 para famílias consideradas pobres. Educação, Saúde e Assistência Social são consideradas as três condicionalidades do Programa. Atualmente é a principal política pública de transferência de renda no Brasil.</p>

Fonte: Elaborado pela autora, 2017, baseado em Silva, Yazbek e Giovanni (2011) e Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS)

Percebe-se com esse breve resumo de cada iniciativa no que diz respeito a transferência de renda no País, teve como principal objetivo minimizar os impactos negativos causados pela desigualdade social como consequência da massiva concentração de renda. Tendo em vista que a família em vulnerabilidade social, com crianças e adolescentes fora da escola, em situação precária de saúde, mulheres pobres gestantes, idosos, pessoas portadoras de alguma deficiência, famílias em situação de trabalho precário, pessoas desempregadas, é público alvo dos programas, têm-se a ideia de que a intervenção do Estado no campo social está restrita a ações de extrema pobreza, com o discurso em torno dessas iniciativas de que a transferência condicionada à renda tem como principal objetivo o alívio imediato da fome e pobreza, que de certa forma tem gerado um impacto positivo, porém, Silva (2003, p.06) afirma que,

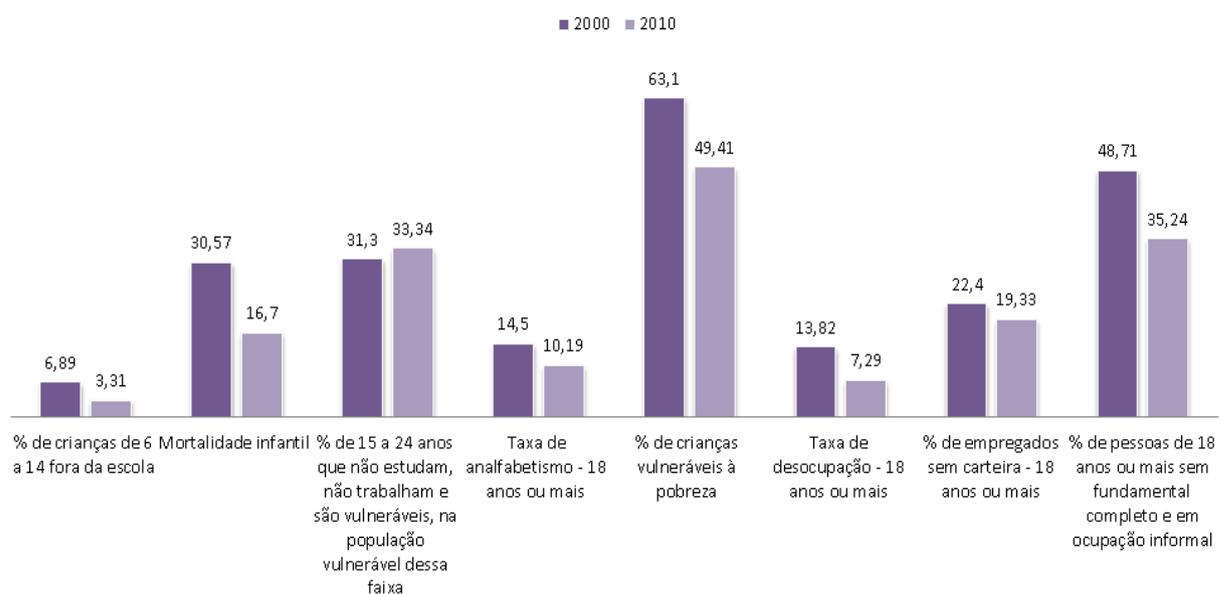
“a pobreza certamente não será debelada tão somente pelas políticas sociais, sobretudo quando elas são tópicas e de caráter emergencial, como tem sido no Brasil. A articulação das políticas econômicas com as políticas sociais é pressuposto fundamental para priorização da área social, não numa perspectiva de mera subordinação destas àquelas, mas como reconhecimento de que o desenvolvimento

econômico não se faz sem desenvolvimento social, já que o social não pode prescindir do econômico. ”

Corroborando com o argumento acima, Silva (2007) compreende que para que o quadro de pobreza possa ser progressivamente superado, é necessário que esses programas possam não só **distribuir**, mas sejam capazes de **redistribuir** renda entre a população brasileira, de modo a alterar o nível de concentração da riqueza socialmente produzida.

A figura 2 traz dados extraídos do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. O Atlas é uma plataforma de consulta ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 5.565 municípios brasileiros, 27 Unidades da Federação (UF), 20 Regiões Metropolitanas (RM) e suas respectivas Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH). Além do IDHM, é possível consultar mais de 200 indicadores de educação, renda, trabalho e vulnerabilidade. Entretanto, para a elaboração dessa figura optou-se por demonstrar os indicadores que demonstram a realidade da população beneficiadas pelos Programas de Transferência de Renda no País.

Figura 2- Indicadores de educação, renda, trabalho e vulnerabilidade social extraídos dos Censos Demográficos de 2000 e 2010.



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados extraídos do Atlas de Desenvolvimento Humano pertencente ao PNUD, IPEA, Fundação José Pinheiro com base nos Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Logo, mesmo reconhecendo os limites de combater a desigualdade social que assola o país através das políticas públicas de transferência de renda, deve ser considerada também a potencialidade desses programas para a criação de condições progressivas, mesmo que, em longo prazo, para inclusão de futuras gerações de crianças e adolescentes das famílias beneficiárias que passam a frequentar escola, postos de saúde, sair da rua ou do trabalho precoce, penoso e degradante. Fica evidente nos dados acima, uma queda nos índices de mortalidade infantil, de crianças e adolescentes fora da escola, uma redução também no percentual de pessoas acima de 18 anos sem fundamental completo e ocupação informal, entre a década de 2000 e 2010, o que indica que os programas de transferência de renda têm contribuído de forma favorável para essa evolução.

Ademais, a discussão sobre os Programas de Transferência de Renda vem avançando cada vez mais no Brasil, dentro de um contexto do crescimento do desemprego, da má condição de trabalho que parte da população está sujeita, da vulnerabilidade social, do reconhecimento da nossa mão de obra desqualificada, e, por conseguinte, do aumento da pobreza. De um lado, há o debate que busca demonstrar as limitações dessas iniciativas, uma vez que a existência de uma parcela da população vivendo abaixo da linha de pobreza e até indigência perpassa uma longa história de exclusão social. Têm sido questionados também os limites da expansão de tais programas, por compreender que sua criação se deu em um cenário de modelo econômico concentrador e excludente, além disso, a incapacidade de focalização dos programas sociais no público que mais necessita deles, bem como a falta de tradição de acompanhamento e avaliação dos programas sociais. Por outro, discute-se também quanto às possibilidades e os elementos motivadores para que sejam implementados os programas de transferência de renda, como por exemplo, o vasto custo orçamentário destas iniciativas necessárias para elevar ao nível da linha de pobreza o contingente populacional que

se encontra abaixo desta, além possibilitar aos beneficiários a decisão de utilizar o benefício como dispor de sua renda.

De acordo com Medeiros, Britto e Soares (2007), as políticas de transferência de renda vêm se consolidando como uma importante faceta do sistema de proteção social brasileiro. Os dois principais programas atuais dessa natureza, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa Bolsa Família (PBF), têm se expandido consideravelmente nos últimos anos e gerado efeitos relevantes sobre os índices de pobreza e desigualdade no país, embora não estejam isentos de críticas ou problemas. Na próxima seção, discutiremos acerca do Programa Bolsa Família, o qual é o objeto de estudo desta pesquisa, trazendo uma visão geral de como funciona essa política em termos administrativos, além de, se discutir seus limites e possibilidades de combater a pobreza no Brasil.

2.3.1 O Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família (PBF) é, atualmente, a principal política pública de transferência de renda do Brasil, foi instituído pela Medida Provisória nº 132, em outubro de 2003, transformada na Lei 10.836, em 9 janeiro de 2004. O PBF foi criado no governo de Luís Inácio Lula da Silva através da unificação de quatro programas sociais já existentes, cujo objetivo era garantir uma cobertura nacional.

De acordo com Campello (2013), o Programa Bolsa Família busca contribuir para a inclusão social de milhões de famílias brasileiras premidas pela miséria, com alívio imediato de sua situação de pobreza e da fome. Além disso, também almejava estimular um melhor acompanhamento do atendimento do público-alvo pelos serviços de saúde e ajudar a superar indicadores ainda dramáticos, que marcavam as trajetórias educacionais das crianças mais pobres: altos índices de evasão, repetência e defasagem idade-série. Pretendia, assim, contribuir para a interrupção do ciclo intergerencial de reprodução da pobreza.

A gestão do PBF, depende da atuação conjunta e articulada dos governos federal, estadual e municipal, de forma a criar uma rede estratégica de serviços capazes de combater a pobreza através do acesso a bens e serviços. Ao governo federal são atribuídas algumas competências através da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc), esta secretaria é responsável pela gestão e operacionalização do Programa Bolsa Família. As atribuições dos estados são: coordenação intersetorial e articulação para o acompanhamento das condicionalidades; capacitação e apoio técnico aos municípios. Os municípios são responsáveis por promover a articulação com as áreas de educação, saúde — no acompanhamento das condicionalidades — e com a assistência social, no acompanhamento de famílias beneficiárias; gestão de benefícios; acompanhamento e fiscalização das ações (MDS, 2016).

O Cadastro Único (CadÚnico) é o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas federais. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda. Ele é usado obrigatoriamente para a concessão dos benefícios do Programa Bolsa Família. O usuário se cadastra e a partir das informações dadas no ato da inscrição, sua situação será analisada e posteriormente ele é indicado para a inserção na política pública que atenda suas necessidades.

Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário - MDS, o PBF complementa a renda de 14 milhões de famílias brasileiras, composto por um benefício básico no valor de R\$ 77, concedido às famílias extremamente pobres, e por quatro benefícios:

- **Benefício Básico** (pagos apenas a famílias extremamente pobres, com renda per capita igual ou inferior a R\$ 77);
- **Benefício Variável** (R\$ 35, cada um, até cinco por família);
- **Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ)** (é concedido valor de R\$ 42,00 a todas as famílias que tenham adolescentes de 16 e 17 anos frequentando a escola. Cada família pode receber até dois BVJs.);
- **Benefício Variável Vinculado à Nutriz** (Pago às famílias com renda mensal de até R\$ 154,00 por pessoa e que tenham crianças com idade entre 0 e 6 meses em sua composição, para reforçar a alimentação do bebê, mesmo nos casos em que o bebê não more com a mãe.)

- **Benefício Variável Vinculado à Gestante** (Pago às famílias com renda mensal de até R\$ 154,00 por pessoa e que tenham grávidas em sua composição);
- **Benefício para Superação da Extrema Pobreza** -- Pago às famílias que continuem com renda mensal por pessoa inferior a R\$ 77,00, mesmo após receberem os outros tipos de benefícios do Programa (MDS, 2014)

Em contrapartida, os beneficiários do PBF estão sujeitos a condicionalidades em áreas estratégicas. Na área de educação a condicionalidade é a manutenção dos filhos na escola, com frequência mínima mensal de 85%, para a faixa etária de até 15 anos e de 75%, para os que se encontram entre 16 e 17 anos. Na saúde, o acompanhamento do calendário de vacinação das crianças menores de 07 anos e a realização do pré-natal de mulheres entre 14 a 44 anos. Já na área de assistência social, o PBF exige que as crianças e adolescentes, com no máximo 15 anos, participem do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

Silva, Yasbek e Giovanni (2011) argumentam que a obrigatoriedade à escola não é suficiente para alterar o quadro educacional das futuras gerações e, conseqüentemente, alterar a pobreza. Para os autores, essa exigência implica na expansão, na democratização e na melhoria dos sistemas educacionais estaduais e municipais. Corroborando com os autores, segundo Rego e Pinzani (2013), sem escolas de qualidade, sem estratégias públicas que aumentem o acesso a serviços públicos e o apoio a atividades econômicas locais, as condicionalidades impostas pelo Programa não lograrão efeitos inclusivos, ao contrário, tenderão a reprodução em larga escala da manutenção da situação de extrema precariedade monetária e social.

É de responsabilidade dos gestores envolvidos com o PBF de acompanhar, fiscalizar e monitorar o cumprimento das condicionalidades. Cabe ressaltar que o desligamento definitivo de um beneficiário não ocorre de forma rápida, os efeitos dos descumprimentos por parte dos beneficiários estão relacionados à advertência até o cancelamento, quando fica comprovado que algum membro da família deixou de cumprir com as condicionalidades. Cada etapa do processo de acompanhamento das condicionalidades está descrita no quadro 3, como pode ser observado a seguir:

Quadro 3- Etapas do acompanhamento das Condicionalidades

Etapas do acompanhamento das Condicionalidades	Descrição
Identificação do público que será acompanhado	Periodicamente, o MDS uma tabela com informações das crianças e dos adolescentes de 6 a 17 anos que deverão ter a frequência escolar verificada, informações das crianças de 0 a 6 anos que deverão ter o calendário vacinal, o peso e a altura acompanhados, além de dados das mulheres em idade fértil para identificação das gestantes e acompanhamento do pré-natal.
Envio do público para acompanhamento aos parceiros das áreas de educação e saúde	A partir das informações das famílias que constam no CadÚnico e do Sibec, o Sistema de Condicionalidades (Sicon) do MDS gera o público com perfil para acompanhamento das condicionalidades. Em seguida, o MDS envia para o MEC e para o MS as listas com o público a ser acompanhado nas respectivas áreas. O envio ocorre por meio de sistemas específicos — Sistema Presença e Sistema de Gestão do PBF na Saúde, respectivamente —, e o MEC e o MS disponibilizam as informações aos municípios.
Períodos de acompanhamento das condicionalidades do PBF e de registro das informações nos sistemas	Anualmente, o MDS, o MEC e o MS definem um calendário operacional que apresenta os períodos de coleta e de registro das informações do acompanhamento das condicionalidades nos sistemas da saúde e da educação.
Consolidação dos resultados do acompanhamento	O MDS é responsável por sistematizar os resultados do acompanhamento das condicionalidades do Bolsa Família, por meio do Sicon, e por identificar as famílias em situação de descumprimento de condicionalidades, ou seja, aquelas que têm um ou mais integrantes que deixaram de cumprir os compromissos assumidos nas áreas de saúde ou de educação.
Aplicação dos efeitos sobre os benefícios, aviso às famílias e apresentação de recursos.	Os efeitos dos descumprimentos são: § Advertência: a família é comunicada de que algum integrante deixou de cumprir condicionalidades, mas não deixa de receber o benefício. § Bloqueio: o benefício fica bloqueado por um mês, mas pode ser sacado no mês seguinte junto com a nova parcela. § Suspensão: o benefício fica suspenso por dois meses, e a família não poderá receber os valores referentes a esse período; § Cancelamento: a família deixa de participar do PBF.
Análise e sistematização de informações para subsidiar outras políticas	Esses processos incluem cruzamentos periódicos de bases de dados sobre o monitoramento realizado pela saúde e pela educação, além de indicadores que mostram em que medida as famílias beneficiárias do PBF estão conseguindo acessar os serviços nessas áreas. Os casos de descumprimento podem sinalizar situações que requeiram a atuação da assistência social.
Trabalho social com famílias	A partir das situações de vulnerabilidade e risco social apontadas durante o acompanhamento das condicionalidades, é possível identificar e localizar, no território, as famílias que necessitam do trabalho social, além da visita da própria família aos CRAS ou aos

CREA .

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

Segundo Cohn (2010), o acompanhamento das condicionalidades significou uma importante fonte de informação sobre as condições e deficiências de acesso destas famílias aos serviços sociais de saúde e educação. Deste modo, os condicionantes permitiram uma melhor articulação entre órgãos públicos ligados as áreas de assistência social, saúde e educação em torno dos beneficiados. Para o autor, estas informações advindas do acompanhamento das condicionalidades representa um importante elemento na articulação entre políticas de alívio imediato da pobreza com políticas de superação da pobreza ao longo prazo.

Diversos estudos têm confirmado efeitos positivos do PBF, especialmente no que se refere à diminuição da pobreza e da desigualdade de renda e melhorias nas áreas de saúde e educação.

Na área da saúde, Rasella (2013) discute que PBF tem desempenhado um papel significativo na redução da mortalidade infantil geral e por causas relacionadas com a pobreza, como desnutrição e diarreia, nos municípios brasileiros nos últimos anos. Além disso, o PBF contribuiu para reduzir substancialmente as taxas de hospitalização em menores de cinco anos e aumentou a cobertura vacinal e as consultas pré-natais.

Já em relação à área da educação, Feijó e Pires (2015) traz uma discussão quanto à percepção dos beneficiários sobre a frequência escolar e a escola. Os seus achados mostram que para as mães beneficiárias a exigência da frequência é o mínimo que o governo pode fazer e que é muito importante, Além disso, as beneficiarias destacaram não ter dificuldades de acesso à escola para seus filhos, por outro lado, afirmaram que quanto mais velhos os filhos se tornam mais árdua é a tarefa de cumprir a condicionalidade da educação.

O estudo de Barbosa e Corseuil (2011) buscou analisar uma possível influência do PBF em relação ao trabalho informal, tendo em vista que o programa é uma política pública auto declaratória e se tratando de monitoramento, remunerações oriundas de trabalho informal podem ser mais restritas, não visíveis quanto à remuneração com carteira assinada, o que facilitaria a permanência no perfil de beneficiário. Os resultados do estudo indicam que o programa PBF tende a gerar, de fato, alguma distorção na escolha ocupacional somente do trabalho principal do chefe da família, mas não na escolha ocupacional de nenhum outro trabalho do domicílio. Outros resultados referem-se aos impactos do dessas iniciativas, estaria uma redução da taxa de informalidade do público-alvo do programa.

Ainda sobre a participação dos beneficiários no mercado de trabalho, para Teixeira (2011), não há efeito do PBF sobre a probabilidade de trabalhar dos homens ou das mulheres, e que o impacto de redução nas horas de trabalho, apesar de estatisticamente significativo, não é grande em magnitude. Com isso, não é pertinente a crítica de que o PBF seria responsável por gerar dependência dos benefícios do programa. Como o valor do benefício é pequeno em comparação com as necessidades básicas mensais das famílias, a relação de dependência ao programa não é verificada.

A partir do que foi exposto acima e diante de toda literatura existente quanto Programa Bolsa Família, pode considerar que inicialmente o PBF, como dito na seção introdutória, tem exercido algumas funções, dentre elas, funções políticas e socioeconômicas.

Na medida em que exerce funções socioeconômicas, estaria o Programa exercendo a função de complementar a renda das famílias beneficiárias que, em muitos casos, constitui-se como a única renda que a família possui. Silva (2007) argumenta que embora os resultados e impactos decorrentes dos Programas de Transferência de Renda sejam muito modestos para superar a fome e a pobreza no Brasil, o significado real que esses programas representam para as famílias beneficiárias deve ser considerado, por permitir a elevação ou mesmo o único

acesso a uma renda monetária por parte de um número elevado de famílias que se encontra à margem da sociedade, considerando o nível de destituição em que sobrevivem.

Corroborando com a autora acima, Pinzani e Rego (2013) defendem que a renda monetária, recebida através do PBF, pode criar e ampliar espaços pessoais de liberdade dos sujeitos, trazendo-lhes, conseqüentemente, mais possibilidades de autonomia da vida em geral. O fato de ser insuficiente para intervir na totalidade dos dilemas enfrentados pelos beneficiários não nos permite ignorar suas possibilidades de se tornar uma consistente política de formação de cidadãos, se complementada por um conjunto mais amplo de políticas públicas que tenham por escopo a formação da cidadania democrática no Brasil.

Por outro lado, quanto à função política o que o PBF exerce, no interior das discussões sobre a renda mínima, registram-se posições distintas, de um lado as que defendem que o estabelecimento de programas de transferência de renda pode proteger o trabalhador da precarização, por outro lado, posições que argumentam que, seja qual for a ocupação do trabalhador beneficiário do PBF, ele continuará precarizado, posição esta defendida por Sitcovsky (2012), para o autor, só há dois caminhos para os beneficiários do Programa:

“i) recusar-se a vender sua força de trabalho por salário abaixo do mínimo e, portanto, sobreviver precariamente do Bolsa Família; ou ii) submeter-se a qualquer atividade informal, que por um lado pode ser visto como total submissão, por outro, lhe permite acrescer qualquer que seja a remuneração do trabalho à sua renda.”

Por fim, uma das críticas que Euzébios (2016) tece está centrada na ideia de que a inclusão proposta pelos programas passa a acontecer pelo consumo, e não pelo trabalho. Por se tratar, sobretudo, de uma política de microcrédito. Além disso, para o autor a geração de empregos não aparece mais como um caminho privilegiado para garantia dos direitos. O que pode abrir uma lacuna entre ser beneficiário e ser trabalhador.

Logo, compreendo a relevância de tais funções exercidas pelo Programa Bolsa Família, além da escassez de estudos que se debruçam sobre a relação do programa com a

precarização do trabalho, evidenciam a pertinência de estudos que analisem o tema de modo mais aprofundado. Este estudo buscou contribuir para esta discussão.

Na próxima seção são apresentados os procedimentos metodológicos que guiaram a realização desta pesquisa.

3 Caminhos Metodológicos

Neste capítulo são apresentados os principais procedimentos metodológicos que serão utilizados na condução da pesquisa de campo. Inicia-se pela apresentação do design da pesquisa e escolhas metodológicas, passando posteriormente à apresentação do *locus* da pesquisa, da construção, organização e análise do corpus, das categorias analíticas e definições operacionais e constitutivas e por fim, os critérios de qualidades na pesquisa qualitativa,

3.1 *Design* da Pesquisa

Este estudo assume uma posição de cunho qualitativo. Vieira (2006) salienta que pesquisas qualitativas têm sido realizadas historicamente em alguns campos específicos de investigações nas ciências sociais, na antropologia, história e ciência política. Porém, desde os anos 1990 tem aumentado o número de pesquisas qualitativas em disciplinas aplicadas como a administração em geral, em avaliação de políticas públicas, dentre outras áreas. Logo, a pesquisa qualitativa se fundamenta, principalmente, pela análise qualitativa, o que faz com que não haja utilização de instrumento estatístico na análise dos dados.

O presente estudo tem como sua base ontológica a interação sujeito-objeto e sua epistemologia subjetivista. O primeiro assegura que a realidade não é considerada nem como algo totalmente externo e independente da mente humana (objetiva), nem como fruto somente da percepção individual de cada indivíduo isoladamente (idealista, subjetiva), porém, a realidade é percebida e “criada” numa instância coletiva – as percepções do mundo que compartilhamos em sociedade –, portanto, a realidade é *intersubjetiva*. Já a epistemologia subjetivista pressupõe que significados são impostos sobre os objetos por parte dos sujeitos, dos seres pensantes. Assim, significados são resultados de nossas construções mentais, sonhos ou mesmo arquétipos que provêm do subconsciente coletivo (SACCOL, 2009). Com isso, os

significados encontrados durante a pesquisa foram traçados a partir da visão, das informações repassadas pelas beneficiárias do Programa Bolsa Família, residentes na comunidade Ponte dos Carvalhos no município do Cabo de Santo Agostinho/PE.

A relação com a realidade se deu por meio do paradigma interpretativo de investigação social, entende-se que paradigmas são acima de tudo visões de mundo e não métodos de pesquisa. Com isso, o paradigma interpretativista parte do princípio que a realidade social não existe em termos concretos, mas é um produto de experiências subjetivas e intersubjetivas dos indivíduos (DENZIN; LINCOLN, 2005; SILVA; NETO, 2006). A perspectiva Interpretativista enfatiza a importância dos significados subjetivos e sociopolíticos, assim como ações simbólicas na forma como as pessoas constroem e reconstróem sua própria realidade. A realidade é reproduzida por meio de interações sociais; ela não é algo “dado”, à espera de uma descoberta. Logo, o processo de investigação deve ser flexível, aberto à visão dos atores pesquisados e à sensibilidade do contexto no qual a pesquisa está sendo realizada (ORLIKOWSKI e BAROUDI, 1991; SACCOL, 2009).

Para a presente pesquisa adotou-se o estudo de caso como estratégia metodológica, uma vez que os estudos de casos são especialmente indicados na exploração de processos e comportamentos dos quais se tem uma compreensão limitada. Além disso, podem trazer uma importante contribuição quando a intenção do pesquisador não é explorar casos típicos, mas examinar casos extremos ou poucos usuais, os quais podem ser especialmente reveladores. Utiliza-se o estudo de caso quando o foco de interesse é sobre fenômenos atuais, que só poderão ser analisados dentro de algum contexto de vida real (GODOY, 1995; 2006). Portanto, para a presente pesquisa o estudo de caso qualitativo é adequado por estarmos buscando entender a relação de um fenômeno atual, nesse caso, o Programa Bolsa Família - alvo de grandes críticas, de estudos nas mais diversas áreas - com a precarização do trabalho,

a partir da interação com os atores sociais e institucionais envolvidos com o Programa do *locus* escolhido para tal estudo.

De acordo com Gil (2008), o estudo de caso vem sendo utilizado cada vez mais por pesquisadores sociais, visto a servir para pesquisas com diferentes propósitos: explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos, descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação e explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos.

3.2 *Locus* da pesquisa

O *locus* desta pesquisa é uma Unidade de Desenvolvimento Humano – UDH localizado na microrregião de SUAPE, e pertencente ao município de Cabo de Santo Agostinho-PE, cidade ao sul da capital do estado. De acordo com Rios *et al* (2015), o município compõe uma das primeiras regiões de povoamento no Brasil, que, até muito recentemente, teve sua economia centrada na produção de cana-de-açúcar, ainda apresentando fortes marcas da cultura escravocrata, que se expressam significativamente na permanência das desigualdades sociais. Além disso, os autores destacam que durante o regime militar, o município do Cabo de Santo Agostinho recebeu altos investimentos públicos, por meio da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), para o desenvolvimento de um polo industrial que funcionou relativamente bem até o início dos anos 1980, vindo a reduzir substancialmente suas atividades até meados dos anos 1990, quando foi paulatinamente reativado. Hoje essa região reúne ao mesmo tempo o maior polo industrial de Pernambuco. O Complexo Industrial e Portuário de Suape favoreceu o surgimento de um parque industrial a seu redor, que hoje conta mais de 50 empresas, gerando cerca de 4 mil empregos diretos e 20 mil indiretos.

O Cabo de Santo Agostinho teve seu desenvolvimento impulsionado com o Complexo Industrial e Portuário de Suape, é um projeto com mais de três décadas de planejamento no estado de Pernambuco. A fase de implantação intensiva do complexo foi iniciada em 2007. O *site* do Complexo⁹ veicula informações sobre a vocação e a dinamicidade do projeto. Informa que Suape abarca, além do porto em si, o “maior estaleiro do hemisfério Sul”, uma refinaria de petróleo, três plantas petroquímicas, mais de 100 empresas já instaladas e ainda tem previsão de instalação de pelo menos 50 novas indústrias. Os promotores do Complexo ressaltam que Suape se insere em uma vocação histórica de comércio estabelecida desde a descoberta do Brasil, remontando à criação de um mito de origem nacional de comércio internacional (QUEIROZ *et al*, 2015).

Cabe aqui destacar também, diversos fatores que, embora tenha se instaurado na região grandes empreendimentos, a partir da proposta do governo com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), permitem ainda que a região seja marcada pela pobreza, exploração do trabalho, exploração sexual, gravidez e estupro na adolescência. A medida que foram construídos novos polos de geração de emprego, pessoas foram sendo desapropriadas, perdendo seu espaço para alocação de grandes indústrias. Queiroz *et al* (2015) problematizam que, o desenvolvimento do estado tem sido objeto de preocupação pela possibilidade de influenciar a vida sexual e reprodutiva das mulheres de maneira não desejada. Isto é, a presença de muitos homens trabalhadores migrantes, que vêm sozinhos, pode resultar também em aumento de gravidezes na adolescência. Segundo os autores, essa preocupação ganhou espaço na mídia na época, mais precisamente em meados de 2011, porém, os dados do município não permitem dizer que o problema da gravidez na adolescência se agravou com a chegada de Suape. Isso se deve em parte às estratégias das próprias envolvidas.

No município de Cabo de Santo Agostinho, de acordo com o Atlas Brasil, em 2010, a população do município era estimada em torno de 129.000 habitantes, além disso, os dados da

população extremamente pobre (com renda *per capita* até 70,00 reais), chegava ao número de 11.065 de pessoas, 5,98% da população total; quanto aos dados da população pobre (com renda per capita igual ou inferior a 140,00) é de 36.468 pessoas, o que representava 19,71% da população. Além disso, 37,24% da população com 18 anos ou mais que não possuíam ensino fundamental completo e encontrava-se em trabalho informal, um total de 44.740 pessoas em estado de vulnerabilidade social.

Quanto à UDH pesquisada, Ponte dos Carvalhos, a população estimada era de 19.000 habitantes, desses, 5,7% correspondia ao percentual referente à população extremamente pobre, enquanto 24,4% era referente à população pobre do bairro. Outros dados que chamam atenção dizem respeito ao percentual de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, o que ultrapassava 50% da população e ao percentual de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal, o que correspondia a 41% da população, resultando em um percentual de 56% da população vulnerável à pobreza.

De acordo com Queiroz *et al* (2015), Ponte dos Carvalhos fica como entreposto a pleno caminho de toda a Zona da Mata Sul para os municípios de Jaboatão e Recife. Cresceu mais intensivamente a partir dos anos 1950 e 1960, com o êxodo da zona canavieira da Zona da Mata Sul. Muitos se estabeleceram firmemente em serviços comerciais, de reparo de veículos e de recreação ao longo da estrada. Hoje, o bairro se expandiu muito, ocupando grande extensão em ambos os lados da estrada, com múltiplas residências individuais de variadas qualidades e uma base econômica mais variada.

A escolha por este *locus* é defendida por a Comunidade ter cerca de 70% das famílias como beneficiárias do PBF, ou seja, uma grande maioria da população em situação de vulnerabilidade socioeconômica, mesmo diante de a Comunidade situar-se na região circunvizinha ao polo econômico de SUAPE, o qual tem sua história marcada pela geração de empregos formais para esta região.

3.3 Construção, organização e análise do *corpus* de pesquisa

Para alcançar os objetivos proposto pela pesquisa, inicialmente sido proposto a utilização de três técnicas de coleta de dados: pesquisa documental, observação participante e entrevista qualitativa. No entanto, ao ir a campo, percebeu-se que a técnica de coleta conhecida como pesquisa documental não iria ser necessário se fazer presente, uma vez que o mapeamento e a descrição dos beneficiários foi possível de realizar com a técnica de entrevista qualitativa. Essa técnica só foi utilizada num segundo momento, quando buscou coletar informações do lócus a partir de dados disponibilizados pelo último Censo Demográfico do País, o Censo 2010. Com isso, para a construção do nosso *corpus* a partir da pesquisa de campo, optou-se pela utilização da observação participante e entrevista qualitativa. O quadro 4 traz uma breve definição de cada tipo de técnica, além das fontes que foram acessadas para obter-se os dados da pesquisa.

Quadro 4- Técnicas de coleta de dados

Técnicas de coleta de dados		
Tipo	Definição Conceitual	Fonte dos dados da pesquisa
Pesquisa Documental	Diferentemente da pesquisa bibliográfica, onde se busca contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, Gil (2008) afirma que na pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. Ou seja, tudo que possa servir de testemunho para a construção da pesquisa. Essa técnica pode contribuir para eliminar qualquer influência pela presença ou intervenção do pesquisador.	Os dados sobre os beneficiários do município de Cabo de Santo Agostinho/PE foram extraídos do portal do Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário - MDS, além dos dados inseridos no Cadastro Único do Município, gerido pela Secretaria de Assistência Social municipal.
Observação participante	Gil (2008) a considera como a participação real do conhecimento na vida da	

comunidade, do grupo ou de uma situação determinada. Neste caso, o observador assume, pelo menos até certo ponto, o papel de um membro do grupo. Por sua vez, Flick (2013) destaca que no ato da observação, a documentação consiste principalmente em anotações de campo detalhadas dos protocolos das situações, além disso, para o autor que os resultados de uma observação participante serão mais proveitosos quanto mais insights surgirem dos protocolos das atividades e menos surgirem dos relatos sobre as atividades.

Como forma de alcançar os objetivos desta pesquisa, a observação foi aplicada em todas as visitas que fiz, como forma de perceber coisas que já se tornaram rotinas, obter informações sobre o contexto e detalhes específicos.

Entrevista Qualitativa

Segundo Godoi e Mattos (2006) a entrevista qualitativa - sinônimo de entrevista aberta e entrevista em profundidade - é um construto comunicativo, uma forma de produção e interpretação de informação através da análise do discursos, e não um simples registro do que falam os sujeitos. Para os autores, no que concerne à ideia básica de entrevista para fins de pesquisa, são apontadas três condições essenciais: i) que o entrevistado possa expressar-se ao seu modo face ao estímulo do entrevistador, ii) que a fragmentação e a ordem de perguntas não sejam tais que prejudiquem essa expressão livre, iii) e que fique também aberta ao entrevistador a possibilidade de inserir outras perguntas ou participação no diálogo, conforme o contexto e as oportunidades, tendo sempre em vista o objetivo geral da entrevista

Para esta etapa foram entrevistados os atores sociais e institucionais envolvidos com o Programa Bolsa Família. Sendo eles: os beneficiários, os gestores e técnicos municipais responsáveis pelo programa. As perguntas surgirão a partir do que foi observado (técnica acima), como forma de aprofundar tais aspectos observados

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Na pesquisa qualitativa, ao conjunto de dados coletados denomina-se *corpus* de pesquisa. Aqui, os pesquisadores julgam tais dados como sendo representativos no sentido do fenômeno estudado. Bauer e Aarts (2006) argumentam que nas ciências sociais certas etapas para a construção do *corpus* podem ser úteis para a seleção qualitativa: Primeiramente, os assuntos devem ser teoricamente relevantes, e devem ser coletados a partir de um ponto de vista apenas. Os materiais em um *corpus* têm apenas um foco temático, um tema específico. Em segundo lugar, os materiais de um *corpus* devem ser tão homogêneos quanto possível. Isto se refere a substância material dos dados. Materiais textuais não devem ser misturados

com imagens, nem devem os meios de comunicação ser confusos; transcrições de entrevistas individuais não devem ser juntadas a transcrições de entrevistas com grupos focais. Em terceiro lugar, um *corpus* é uma interseção da história. A maioria dos materiais tem um ciclo natural de estabilidade e mudança. Os materiais a serem estudados devem ser escolhidos dentro de um ciclo natural: eles devem ser sincrônicos.

Portanto, como o objetivo desta dissertação é entender o que o Bolsa Família representa para as famílias, achou-se necessário para a construção do *corpus* de pesquisa entrevistar apenas beneficiários do programa. O acesso aos entrevistados se deu por meio do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, da comunidade Ponte dos Carvalhos. No primeiro momento foi realizada uma visita ao CRAS no dia 20 de novembro de 2017, afim de explicar o objetivo do presente estudo e em busca de um apoio para captar algumas famílias beneficiárias.

O primeiro dia de coleta de dados se iniciou 24 de novembro, às 14:00. Com o apoio da psicóloga do Centro, fomos até a comunidade Vila Nova, nesse dia também a agente teria marcado para fazer a visita domiciliar que eles realizam todas as semanas. Nessa comunidade todos os domicílios são praticamente de madeiras e lonas, na maioria do caso doados para que as famílias pudessem construí-las. As famílias alegam que a invasão ao local se iniciou há mais ou menos 8 anos. A escolha de ir até a comunidade tinha como objetivo diminuir o possível constrangimento que os beneficiários viessem, a ideia era que eles se sentissem mais à vontade para conversar por estarem em seu ambiente domiciliar.

Já o segundo dia de coleta, no dia 27 de novembro, às 10:00 da manhã, foi realizado na unidade do CRAS da própria comunidade. Nesse dia estava ocorrendo o início das entregas de cestas básicas a algumas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Ainda existia um receio de haver uma possível retração por parte das beneficiárias no momento da conversa, no entanto, para a nossa surpresa, todas as quatro entrevistas realizadas nesse dia,

foram ricas em detalhes. Eram quatro líderes familiares, que residiam na Comunidade das Rendeiras, chegando por volta de 8 anos atrás a partir de uma indenização. Nos contaram que antes elas residiam em um Engenho, mas que como ele foi vendido, todas as casas, plantações iriam ser derrubadas.

Para cada objetivo específico do presente estudo faz-se necessário a utilização das duas técnicas de coletas de dados que formaram o nosso *corpus*, compreendendo que cada técnica foi utilizada uma ou mais vezes, juntas ou individuais. O quadro 4 sintetiza essa relação:

Quadro 5- Relação dos objetivos específicos com as técnicas de coleta

Objetivos Específicos	Técnica de Coleta
Mapear e descrever os beneficiários do Programa Bolsa Família no município do Cabo de Santo Agostinho/PE	Pesquisa Documental Entrevista qualitativa
Investigar o alcance das funções socioeconômicas proposto pelo PBF junto aos seus beneficiários	Entrevista Qualitativa Observação Participativa
Analisar o alcance das Funções Políticas propostas pelo PBF junto aos seus beneficiários.	Entrevista Qualitativa Observação Participativa
Compreender se houve transformações no trabalho dos beneficiários do Programa Bolsa Família, a partir do seu recebimento	Entrevista Qualitativa Observação Participativa

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Após a etapa de coleta dos dados, partimos para análise e interpretação dos dados. Vale salientar que esta etapa, preferencialmente, aconteceu em paralelo à coleta, tendo em vista que ao final de cada entrevista, acompanhada da observação, tivemos uma riqueza de informações e detalhes, que ao decidir analisa-las no final do processo, correríamos o risco de perder o real significado, a visão subjetiva, crenças e valores transmitidos pelos entrevistados no momento da coleta. Além disso, analisar em paralelo com a coleta nos permitiu enxergar que algumas questões precisam ser exploradas, que em uma ou outra entrevistas realizadas

anteriormente não foi possível capturar, com isso, decidimos voltar a campo e realizar mais um dia de coleta de dados.

Nesta etapa de análise, buscamos interpretar aquilo que o informante disse. Os discursos ditos e não ditos. De acordo com Creswell (2010), analisar dados é um processo de extrair sentido seja de texto ou imagem, refere-se a uma fase de ir cada vez mais fundo no processo de compreensão dos materiais conquistados durante a coleta de dados e que agora compõe um *corpus*, pronto para ter seu significado interpretado.

Para tal, optamos pela Análise Pragmática de Conversação. Segundo Myers (2002) o foco da análise de conversação é o ato da fala, na interação entre os interlocutores ou naquilo que ocorre enquanto se fala. Para o autor, ela pode mostrar como os participantes juntam e contrastam atividades e atores (ligações que podem ser perdidas na análise de conteúdo), e como eles apresentam mutuamente seus pontos de vista. Além de ser um passo na direção de uma pesquisa mais reflexiva, capacitando os pesquisadores a considerar o tipo de situação que eles criaram, a orientação dos participantes para com ela e seus próprios papéis nela como pesquisadores.

A análise de entrevistas muito ganharia com uma aproximação à análise pragmática da linguagem, e a razão principal a favor disso é a de que a entrevista não estruturada ou semiestruturada realmente é uma forma especial de conversação. De quantas formas e com quantas finalidades pode dar-se esse diálogo? O planejamento cuidadoso de cada entrevista definirá o que dela se espera, mas, mesmo quando realizada em série padrão, cada entrevista é singular e pode trazer surpresa para o interesse maior da pesquisa (MATTOS, 2005). Como dito anteriormente, desde o início nos preocupamos em elaborar um instrumento de coleta que pudesse nos ajudar no sentido de, além de informações importantes, fosse possível coletar informações densas. Pudemos perceber de fato essa forma especial de conversação. Onde em quase todos os casos as informantes se sentiram à vontade para nos detalhar suas informações.

Com isso, aquilo que Mattos (2005) já nos alertava, foi possível encontrar algumas surpresas que enriqueceram ainda mais a nossa pesquisa.

De acordo com o autor, é preciso entender a situação que se cria quando um pesquisador, normalmente vinculado a uma instituição, aborda outras pessoas para fazer-lhes perguntas que supostamente servirão de base para alguma pesquisa, algumas se sentirão constrangidas, como se tivessem “aparecendo na TV”. Nesse caso, muita coisa será percebida subliminarmente por cada um que está ali envolvido com a pesquisa, seja o entrevistado ou o entrevistador, com isso, a maioria dessas percepções não será transmitida verbalmente, mas contribuirá para gerar ações e comportamentos, aos qual o autor considera como comportamentos linguísticos, que irão determinar o verdadeiro significado das respostas dos entrevistados.

Como forma de sugestão a alternativas metodológicas, no caso da técnica de análise denominada por análise pragmática de conversação, Mattos (2005) propõe cinco fases que o pesquisador precisará seguir para o aprofundamento da análise dos significados produzidos em uma entrevista. O quadro cinco demonstra como cada fase deve ser seguida:

Quadro 6- Modelo de cinco fases para análise pragmática de conversação a partir de entrevistas qualitativas

Modelo de cinco fases para análise pragmática de conversação a partir de entrevistas qualitativas	
Fase 1 Recuperação	É preciso primeiro recuperar, em sentido amplo, o momento da entrevista; transcrever o que foi gravado, depois de ouvir a fita atentamente, fazendo anotações preliminares, de memória, sobre significados que parecem emergir de alguns momentos especiais, e que ficarão no aguardo da análise. Quanto mais próxima da entrevista for feita a sua recuperação, melhor.
Fase 2 Análise do significado pragmático da conversação	A análise básica do texto de entrevista é feita em duas “demãos” e uma revisão delas. A primeira é dirigida a observar como se desenrolou o contexto pragmático do diálogo , como a responder à pergunta: o que aconteceu ali entre aquelas duas (ou mais) pessoas; ou o que foi acontecendo ao longo da entrevista? Como o assunto foi se desenvolvendo? Onde parece terem ocorrido “pontos altos” e momentos de “ausência”? A segunda é dirigida a observar, pergunta- resposta a pergunta-resposta , como responder a três perguntas básicas: “O que, então, ele(ela) teria respondido e que fatos de linguagem (expressões orais ou não) poderiam deixar isso evidente?”, “Que mais posso colher de importante ou

	<p>revelador nessa resposta?” e a terceira Sugerem-se anotações, à parte das anteriores, sobre os fatos de linguagem, inclusive citações textuais, que servirão mais tarde na redação do texto de análise.</p>
<p>Fase 3 Validação</p>	<p>A validação se destina a firmar ou infirmar o fato ou ponto de início da análise, não visa as elaborações do pesquisador sobre ele. Pelo menos o significado nuclear da resposta a cada pergunta, tal como entendido pelo pesquisador, deve ser validado pelo próprio entrevistado em seu aspecto semântico (“Eu entendi que o senhor/senhora respondeu ‘assim’ — ou ‘isso’ — à tal pergunta: estou certo?”).</p>
<p>Fase 4 Montagem da consolidação das falas</p>	<p>A montagem da consolidação das falas visa instrumentar a fase seguinte, de análise de conjuntos, criando uma “matriz de consolidação”. A consolidação consiste na transcrição dos dados colhidos, pelo menos os da análise dos significados nucleares das respostas para uma matriz de dupla entrada: em uma, os entrevistados, possivelmente aproximados por características de estratificação, em outra, as perguntas. Na interseção, as respostas, que são as unidades textuais básicas de análise.</p>
<p>Fase 5 Análise de conjuntos</p>	<p>Como anunciado na fase anterior, este é o momento mais importante para a produção de resultados gerais da análise: primeiro, visualizando os fatos de evidência relativos a cada entrevistado, no conjunto das suas respostas, quando se identificarão “respostas retardadas” ou “antecipadas”; segundo, visualizando os fatos de evidência relativos a cada uma das perguntas; terceiro, “pairando meditativamente” sobre todo o conjunto das entrevistas.</p>

Fonte: Elaborado pela autora, 2017. Baseado em Mattos (2005)

Em média, cada entrevista durou aproximadamente 15 minutos, optou-se por construir um protocolo de entrevista que, inicialmente, os beneficiários nos contassem como era sua vida na comunidade em que vive, afim de deixá-los mais à vontade e que fossem pegando confiança. Com isso, ao adentrar em questões sobre o PBF, queríamos que essas famílias compreendesse que o nosso objetivo era saber o que o programa significa para sua família, era dar voz a cada um. Terminada essa etapa de coleta, deu-se início a primeira fase, a de **recuperação**, proposta por Mattos (2005), todas as entrevistas foram transcritas na íntegra. Como essas transcrições foram feitas logo em seguida, foi possível ao ouvir todas as gravações lembrar de todos os momentos da conversa. Inclusive de todas as fisionomias e as desenvolturas das beneficiárias.

Terminada essa fase, partimos para a segunda, **análise do significado pragmático da conversação**, como o autor ressalta aqui, o interesse é observar como se desenrolou o contexto pragmático do diálogo. No caso do presente estudo foi possível perceber no primeiro dia de coleta, realizada na própria comunidade, mais especificamente, realizada na casa de cada informante, com o apoio de uma agente do CRAS, que com a presença dela, as beneficiárias se sentiam um pouco mais retraídas a nos repassar suas informações. No entanto, sem a presença elas foram compartilhando mais suas impressões à cerca do nosso objeto de estudo. Quanto aos assuntos, deu para perceber que em relação a sua vivência na comunidade, além das mudanças na sua rotina oriundas do Bolsa Família, elas eram mais detalhistas, porém, quando adentrávamos na questão de trabalhos, algumas ficavam mais contidas. O que foi possível depreender que algumas ainda não tinham tanto conhecimento se ao se inserirem-se no mercado de trabalho, continuaria ou não a receber o auxílio. Cabe destacar aqui que o nosso instrumento de coleta foi construído a partir de indagações primárias, dando a liberdade de eles falarem livremente, e indagações secundárias, caso algumas questões que julgamos importantes saber não tivessem sido contempladas com as primárias. Entretanto, na maioria dessas conversas, todas as questões de nosso interesse foram contempladas com a primeira parte da entrevista, a não-estruturada.

Considerando que para obter uma boa pesquisa qualitativa, é preciso seguir alguns critérios e rigor metodológicos, como defendido na seção de critérios de qualidade. Entendendo que por se tratar de uma abordagem subjetivista, torna-se ainda mais necessário preservar todas as informações colhidas no momento da coleta, e é nessa fase que entra a **validação**, essa fase 3, defendida por Mattos (2005), não diz respeito a validação muitas vezes utilizada na pesquisa quantitativa, nesse caso, diz respeito a, ao entrevistar as famílias beneficiárias do Programa e ao mesmo tempo que iam surgindo algumas interpretações iniciais, foi questionado se de fato o que eu entendi, no primeiro momento, era mesmo da

forma que elas queriam me repassar. Noutra momento, pensou em realizar um grupo focal com essas famílias beneficiárias, afim de perceber se todas questões compreendidas na coleta permaneceram ou se algumas saíram e/ou foram acrescentadas.

Como sugerido por Mattos (2005), a fase 4, **montagem da consolidação das falas**, foi realizada como forma de contribuir para uma melhor análise dos dados. Partimos do nosso instrumento de coleta, que para cada pergunta elaborada relacionamos aos objetivos específicos da pesquisa. Em seguida, seguimos todos os passos sugeridos pelo autor: primeiro, separamos todas as perguntas realizadas; segundo, separamos as entrevistadas e o que nos foram informados, de forma que questões semelhantes fossem agrupadas e, terceiro, foram recortados os trechos que julgamos ser mais significativos para a pesquisa.

A quinta e última fase do modelo para análise pragmática de conversação, denominada de análise dos conjuntos, foi realizada a partir da organização e separação dos trechos agrupados na fase 4. Cabe destacar que, consideramos estas 5 fases propostas como forma de melhorar a construção e organização do corpus da pesquisa, no entanto, o autor do proposto modelo, não deixa claro como a análise deve ser feita, como por exemplo, a utilização ou não de categorias analíticas. Portanto, tomamos a liberdade de analisar o corpus através de temas que tenham emergidos do conteúdo coletado, bem como dos objetivos específicos propostos e, terceiro, relacionando os dois primeiros com categorias extraídas do referencial teórico. Com isso, fragmentamos a seção de análise a partir dos tópicos: *Precarização do Trabalho e as implicações políticas do PBF*, “*É pouco é, mas você sabendo administrar, dá para passar!*” – *As implicações socioeconômicas do PBF*.

Por fim, o último tópico da seção irá tratar dos critérios de qualidade escolhidos para a construção da presente proposta de dissertação, afim de destacar o rigor necessário para uma boa pesquisa qualitativa.

3.4 Critérios de Qualidade na Pesquisa Qualitativa

Entendendo que o uso de pesquisa qualitativa nas Ciências Sociais Aplicadas, em especial, na área de Administração, embora possa se considerar recente, vem se intensificando a medida que vários autores foram se posicionando sobre o assunto e considerando o presente estudo de cunho qualitativo, para a sua utilização faz-se necessário uma discussão quanto aos princípios de validade e confiabilidade.

Gunther (2006) considera que ao invés de utilizar instrumentos e procedimentos padronizados, a pesquisa qualitativa considera cada problema objeto de uma pesquisa específica para a qual são necessários instrumentos e procedimentos específicos. Tal postura requer, portanto, maior cuidado na descrição de todos os passos da pesquisa: a) delineamento, b) coleta de dados, c) transcrição e d) preparação dos mesmos para sua análise específica.

Conforme discutem Paiva Júnior, Leão & Mello (2007), seis critérios de qualidade assumem relevo especial na pesquisa qualitativa, a partir da literatura especializada no assunto. São eles: triangulação, reflexividade, registro de surpresas, construção do corpus, descrição densa e validação comunicativa ou feedback

Um primeiro deles é a *triangulação*, pelo qual se busca diminuir o nível de divergências e/ou contradições na análise de dados, seja por meio do emprego de múltiplas fontes desses, de análises comparadas de distintos pesquisadores, ou, ainda, de mais de um método ou teoria.

Como segundo critério, os autores tratam da *reflexividade*, pela qual o pesquisador manteria, ao longo da pesquisa, um constante autoquestionamento sobre as interpretações que elabora, o que envolveria esforços de se voltar com frequência ao processo investigativo, a fim de aprimorar as análises realizadas. Para Mattos (2005) a entrevista de sucesso sempre evolui para certo diálogo e como forma de firmar ou infirmar o fato ou ponto de vista da análise e não as elaborações do pesquisador sobre o pesquisado, um gesto de concordância ou

compreensão, uma expressão facial de atenção especial (ou, ao contrário, de falha de atenção), uma breve expressão de incentivo, uma simples pergunta de acompanhamento (“Como assim?”, “Pode explicar melhor?”, “Pode dar um exemplo disso?”), torna-se necessário a fim de alterar as conexões ocultas da face-a-face. De simples “informante”, que se supunha, alguém de repente está aí como confidente.

Por sua vez, o critério de *construção do corpus* de pesquisa consiste em utilizar - e tornar explícitos - princípios operacionais para a seleção dos materiais a serem utilizados como fontes de dados na pesquisa, empregando o mecanismo de evidência de saturação dos dados com a finalidade de definir o tamanho adequado desse *corpus*. Um quarto critério proposto pelos autores e o qual o estudo ora proposto pretende utilizar será a *descrição densa*, pela qual o contexto da investigação e os procedimentos adotados serão expostos e suficientemente esmiuçados, de modo a garantir condições de compreensão e de reconstrução do estudo em outros cenários. Um quinto critério de qualidade consiste no *registro de surpresas*, isto é, de elementos divergentes do que poderiam sugerir alguma consideração teórica, algum método ou o conhecimento popular sobre o assunto estudado.

Na visão de Godoy (2005) a checagem dos dados coletados, das categorias analíticas encontradas e das interpretações dos resultados pelos participantes do estudo constitui-se numa estratégia que deve estar presente em várias etapas do trabalho, por meio de abordagens formais e informais. O que pode ser concretizado com o sexto critério proposto por Paiva Júnior, Leão & Mello (2007), feedback dos informantes (validação comunicativa), processo pelo qual uma análise ou interpretação, na pesquisa, é submetida à apreciação de fontes, a fim de que o confronto com a perspectiva dessas possa aprimorar os resultados alcançados.

A escolha por seguir os critérios de qualidade mencionados acima, faz-se pertinente à medida que consideramos que para uma segurança na pesquisa qualitativa é demonstrar ao leitor, aos envolvidos com o estudo, como será feita a investigação, passo a passo, o porquê

de considerar adequado o meio para se chegar a tais conclusões, bem como a confiabilidade dos dados.

4 Análise e Discussão dos Resultados da Pesquisa

Neste capítulo, são apresentados e analisados os resultados da pesquisa de campo realizada com beneficiárias do Programa Bolsa Família em Caruaru, além de um membro do CRAS. O capítulo está estruturado em cinco seções. A primeira seção oferece uma caracterização da Unidade de Desenvolvimento Humano Ponte dos Carvalhos a partir do último Censo obtido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A segunda seção traça um perfil dos beneficiários participantes da pesquisa. Já a terceira discute a função do CRAS no *locus* estudado. A quarta seção se debruça a sobre as funções políticas que o PBF exerce e por último, a quinta seção busca discutir quanto a Funções Socioeconômicas exercidas pelo PBF em Ponte dos Carvalhos.

A partir das análises empreendidas neste presente trabalho, achou interessante destacar as palavras mais citadas durante toda coleta e interpretação do *corpus* de pesquisa. A figura abaixo representa o agrupamento feito das palavras por vezes mais faladas pelos entrevistados.

Figura 3- Agrupamento das palavras mais citadas pelos entrevistados



Fonte: Elaboração própria, 2018.

A seguir, foi realizado uma breve caracterização da UDH Ponte dos Carvalhos, através de indicadores selecionados no Atlas Brasil a partir dos dados coletados e disponibilizados pelo IBGE, com o objetivo de demonstrar em números a realidade do lócus escolhido para esta pesquisa.

4.1 Ponte dos Carvalhos pelo Indicador de Desenvolvimento Humano (IDHM)

Figura 4- Mapa da UDH Ponte dos Carvalhos



Fonte: PNUD; IPEA; Fundação José Pinheiro; Censo 2010.

4.1.1 Demografia e Saúde

Segundo o último Censo Demográfico, a UDH Ponte dos Carvalhos, situada no município do Cabo de Santo Agostinho, tinha em 2010, cerca de 19.845 habitantes, sendo: 9.518 homens (47,96%) e 10.327 mulheres (52,04%).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM), que busca mensurar desenvolvimento humano entre municípios escolhidos, em Ponte dos Carvalhos era 0,634, em 2010. Esse valor situa a UDH na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o valor do IDHM da UDH é Longevidade, com índice de 0,744, seguida de Renda, com índice de 0,587, e de Educação, com índice de 0,584, como pode ser observado nos dados abaixo:

Tabela 1- IDHM e seus componentes

IDHM e seus componentes	2010
IDHM Educação	0,584
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	45,76
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	92,65
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	84,35
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	50,48
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	35,97
IDHM Longevidade	0,744
Esperança de vida ao nascer (em anos)	69,66
IDHM Renda	0,587
Renda per capita (em R\$)	308,24

Fonte: PNUD; IPEA; Fundação José Pinheiro; Censo 2010.

A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano) na UDH é de 28,0 óbitos por mil nascidos vivos, em 2010. As taxas de mortalidade infantil do município e da região metropolitana são de 17,2 e 17,3 óbitos por mil nascidos vivos, respectivamente, para o mesmo ano. A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Em 2010, enquanto na UDH a esperança de vida ao nascer é de 69,7 anos, no município ela é de 73,7 anos e, na região metropolitana, de 73,8 anos.

4.1.2 Educação e Vulnerabilidade Social

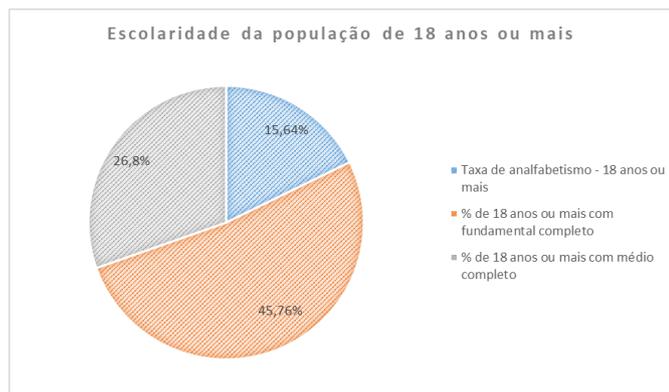
Proporções de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indicam a situação da frequência escolar entre a população em idade escolar e constituem um dos componentes do IDHM Educação. Na UDH, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 92,65%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 84,35%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 50,48%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 35,97%.

Também compõe o IDHM Educação um indicador de escolaridade da população adulta, o percentual da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo. Em 2010, esse percentual era de 45,76% na UDH e de 51,60% e 61,01% no município e na região metropolitana nos quais ela se localiza, respectivamente.

Em 2010, considerando-se a população de 25 anos ou mais de idade da UDH, 18,61% eram analfabetos, 41,36% tinham o ensino fundamental completo, 24,84% possuíam o ensino médio completo e 1,35%, o superior completo. No município onde se situa a UDH, esses percentuais são, respectivamente, 16,16%, 47,33%, 33,48% e 3,60%. Já na RM, os percentuais são 10,51%, 58,12%, 43,05% e 12,21%, respectivamente.

Como pode ser observado na figura 5 abaixo, em Ponte dos Carvalhos, a partir do Censo 2010, 15% da população era analfabeta, o percentual da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo era de 45% e 26% possuía ensino médio completo. Enquanto que no município, esses percentuais chegam a, 13,74%, 51,50% e 35,60%, respectivamente.

Figura 5- Escolaridade da população de 18 anos ou mais



Fonte: PNUD; IPEA; Fundação José Pinheiro; Censo 2010.

Para Coutinho (2007), no Brasil a concentração de renda atinge níveis elevadíssimos, restringindo a uma minoria o acesso aos bens de consumo mais sofisticados e as condições mais favoráveis de educação, enquanto que a grande maioria encontra-se sem as mesmas

condições de acessar estes fatores e concorrer às mesmas oportunidades no mercado de trabalho.

Tabela 2- Vulnerabilidade Social

Vulnerabilidade social – UDH Ponte dos Carvalhos	2010
Crianças e jovens	
% de crianças de 0 a 5 anos fora da escola	52,14
% de crianças de 6 a 14 fora da escola	3,76
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis	24,26
% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	5,68
Taxa de atividade - 10 a 14 anos	9,84
Família	
% de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família	50,05
Renda	
% de vulneráveis à pobreza	56,62

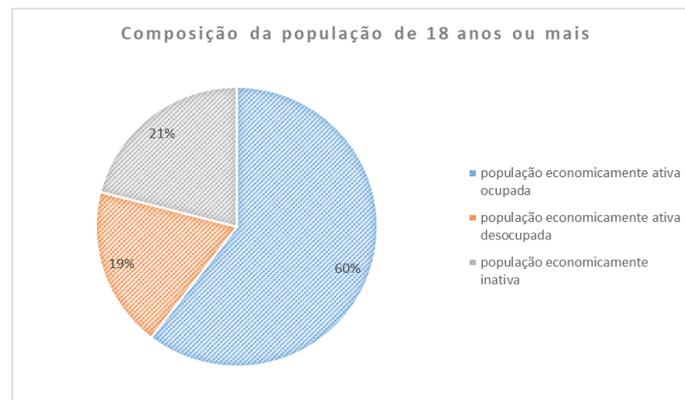
Fonte: PNUD; IPEA; Fundação José Pinheiro; Censo 2010

Outro aspecto que achamos pertinente destacar refere-se ao quadro de vulnerabilidade social que assola o *locus*. Todos estes indicadores referentes a crianças e jovens, família e renda, retratam de certa forma a realidade da população beneficiada pelo Programa Bolsa Família. Cujo a condicionalidade de educação requer que todas as crianças e adolescentes beneficiárias pelo programa mantenha mais de 85% de frequência escolar, no entanto, como demonstra a tabela, em 2010, mais de 50% das crianças de 0 a 5 anos estavam fora da escola. Além disso, 24,26% de pessoas de 15 a 24 anos não estudavam, nem trabalhavam, ou seja, estavam em vulnerabilidade social. Outro indicador que pode ser considerado o retrato dos beneficiários do PBF refere-se ao percentual de mães chefes de família com filhos mas que não possuía ensino fundamental ultrapassava os 50%, o que induz a importância do benefício para estas mulheres, uma vez que 56,62% da população estava vulnerável à pobreza.

4.1.3 Trabalho

Em 2010, 8.055 da população de 18 anos ou mais de idade era economicamente ativa em Ponte dos Carvalhos, 2.485 da população no mesmo ano era economicamente ativa desocupada, enquanto 2.807 era considerada economicamente inativa. Ou seja, 60,4 % da população de 18 ou anos ou mais estavam trabalhando, seja remunerado, não remunerado, por conta própria ou como um empregador, 18,6 % não possuíam emprego mas estavam aptas a trabalhar (estavam em busca de trabalho) já 21% da população estavam à margem do mercado, aquelas que não possuem idade, interesse ou condições de exercer algum ofício.

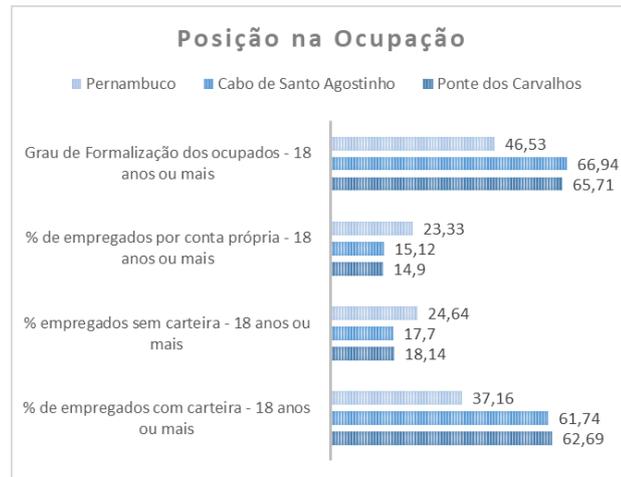
Figura 6- Composição da população de 18 anos ou mais



Fonte: PNUD; IPEA; Fundação José Pinheiro; Censo 2010.

Quanto aos dados da posição dos ocupados, a figura 7 mostra que em 2010, 62% dos ocupados na UDH Ponte dos Carvalhos possuíam carteira de trabalho assinada, e 18,4% dos trabalhadores estão ocupados sem carteira assinada, ou seja, estão em situação de vulnerabilidade, pois não são asseguradas pelo sistema de previdência social. Já em nível estadual, o gráfico mostra que apenas 37% dos ocupados possuem carteira assinada. Embora o grau percentual dos empregados ‘formais’ seja superior ao grau dos ‘informais’, torna-se relevante um aprofundamento maior quanto às causas que levam ao crescimento da economia informal no *locus* em estudo, tendo em vista a possibilidade de essas pessoas ficarem expostas à precariedade das relações de trabalhos e fora de qualquer proteção social.

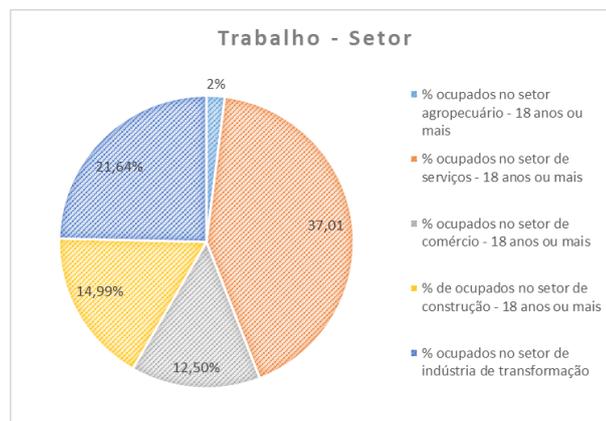
Figura 7- Composição da população de 18 anos ou mais



Fonte: PNUD; IPEA; Fundação José Pinheiro; Censo 2010.

Buscando entender ainda o mercado de trabalho em Ponte dos Carvalhos, destacamos alguns indicadores referentes ao setor em que a população está inserida. Na figura 8 são destacados cinco setores: agropecuário, serviços, comércio construção e indústria de transformação. Em 2010, na UDH, cerca de 37% da população de 18 anos ou mais estava inserida no setor de serviços, 21% na indústria de transformação, 14% no setor de construção, 12% no comércio e apenas 2% no setor agropecuário.

Figura 8- Trabalho – setor



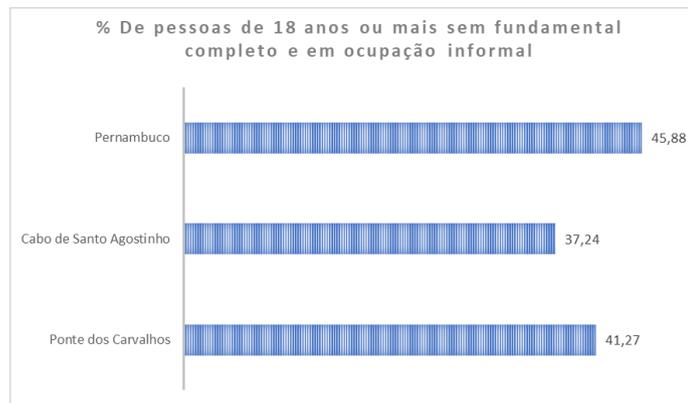
Fonte: Fonte: PNUD; IPEA; Fundação José Pinheiro; Censo 2010.

É notório a diminuição dos trabalhadores no âmbito fabril e o crescimento dos assalariados no setor de serviços no Brasil. A industrialização e urbanização provocaram um acréscimo da força de trabalho nas atividades terciárias, principalmente nos ramos que exigem menor qualificação. O importante crescimento desse setor é resultado do modo de organização que tem como característica a flexibilização produtiva, no qual as empresas buscam enxugar ao máximo seus custos, por meio da terceirização.

Com as flexibilizações do mercado de trabalho a força de trabalho se torna mais barata, pois utilizam-se trabalhadores contratados temporariamente e precariamente os quais num período de crescimento da economia são exauridos em longas jornadas para atender a níveis altíssimos de produtividade, para num momento de recessão, voltarem a condição de desempregados. E com o desemprego estrutural fica mais difícil de tais trabalhadores voltarem a ter empregos estáveis.

Ademais, para Alves (2014), o que continua sendo estratégica para a acumulação do capital é a flexibilidade de mercadoria-força de trabalho, isto é, aquela flexibilidade relativa à legislação e regulamentação social e sindical. No caso do Brasil, o autor ressalta que existe uma flexibilidade estrutural do trabalho, que contribuiu historicamente para a vigência da superexploração da força de trabalho, modo histórico particular de consumo da força de trabalho no País. Por outro lado, ela decorre da oferta abundante de força de trabalho, que prolifera nas regiões metropolitanas permeada de ocupações informais e empregos ilegais. A figura 9 ilustra o impacto desta flexibilização do trabalho, onde no estado de Pernambuco mais de 45% da população de 18 anos ou mais não possuía ensino fundamental completo e que, em 2010, estava em ocupação informal, em Ponte dos Carvalhos esse percentual era de 41,27%, acima do grau de informalidade presente no município do Cabo de Santo Agostinho, que representava nesta mesma época 37,24%.

Figura 9- % de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal



Fonte: Fonte: PNUD; IPEA; Fundação José Pinheiro; Censo 2010.

Terceirização e informalidade podem ser consideradas duas formas de um processo de flexibilização do trabalho. A primeira, está inserida em um contexto em que há uma transferência de parte da produção (atividades-meio) para outras empresas, de forma que a empresa principal possa concentrar-se na sua atividade-fim, que é a produção numa única e específica atividade. De acordo com Oltramari e Piccinini (2006), as negociações pró-terceirização seguem modelos de cooperação e são baseadas em contratos jurídicos nos quais tempo, quantidade e qualidade são delineados de forma consensual entre as partes, mas com vantagens maiores para as contratantes do que para as contratadas.

No entanto, a terceirização, em sua concepção, tem uma dimensão predominantemente econômica, a qual visa à redução de custos, com a conseqüente desumanização da relação. Enquanto uma técnica, considera-se como acrítica e despreocupada com os fins. Segue a lógica instrumentalista do mercado e o ritmo acelerado do progresso e da inovação, deixando para trás, nessa pressa, os valores humanistas do trabalho. Por isso, nada traz de novo em termos de cooperação, solidariedade, confiança e outras formas de convivência humana que levem a auto atualização dos funcionários, fugindo à impessoalidade do mercado e seus determinantes puramente econômico-financeiros (RUSSO e LEITÃO, 2006).

Por outro lado, Menezes e Dedecca (2012) garantem que a estrutura ocupacional da informalidade é complexa e heterogênea, mas, pelo menos para muitas pessoas, ela oferece muitas possibilidades. É natural, portanto que muitos indivíduos prefiram ficar na informalidade, exatamente porque aí encontram suas melhores oportunidades de trabalho e renda; outros tantos, por não disporem dos requisitos necessários ao mercado formal, acabam ficando na informalidade por absoluta falta de alternativa. Mas, cabe destacar que a informalidade traz em seu escopo a ausência dos direitos trabalhistas, figurado essencialmente pelo não registro nos órgãos competentes e pela não contribuição à previdência social. A não contribuição à previdência é a síntese da perda de direitos de muitas pessoas. Dessa forma, ‘as pessoas ficam expostas a uma precariedade da relação de trabalho, podendo a enfrentar graves problemas econômicos no final de suas vidas profissionais, já que não serão cobertos pelo sistema de previdência social’ (MENEZES e DEDECCA, 2012, p. 12).

Pode-se considerar que a reestruturação produtiva tem se caracterizado como um processo com grande impacto no mundo do trabalho, uma vez que as empresas reduziram o quadro de trabalhadores e o mercado de trabalho vai perdendo a capacidade de gerar novos empregos, à medida que são afastados, esses trabalhadores tornam se precarizados. Por outro lado, pode-se considerar que emprego até cresceu, no entanto, com baixos salários. A especialização e os trabalhadores bem qualificados é um privilégio para uma minoria. Para Netto (2012), o chamado mercado de trabalho vem sendo radicalmente reestruturado — e todas as inovações levam à precarização das condições de vida da massa dos vendedores de força de trabalho: a ordem do capital é hoje, reconhecidamente, a ordem do desemprego e da informalidade.

4.2 O Centro de Referência de Assistência Social em Ponte dos Carvalhos

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF (MDS, 2009). Deste modo, a funcionalidade do CRAS essencialmente se dá, por tentar garantir que esta unidade seja a porta de entrada para garantia de direitos aos serviços do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, ou seja, é a unidade que vai levar um elevado número de famílias a rede de proteção social. Por trabalhar atrelado aos serviços socioassistenciais, esses serviços são preventivo, proativo e protetivo, neste caso, quando perguntamos a Diretoria do CRAS Ponte dos Carvalhos como é trabalhar com esta unidade obtivemos a seguinte resposta:

“Trabalhar com a Assistência é aquela coisa, ou você ama ou você odeia, porque é uma área que é muito desafiante, porque estamos na proteção básica e por isso somos a porta de entrada para todos os outros serviços. Pelo CRAS estar descentralizado, dentro das comunidades o único local de fácil acesso é ele então muitas vezes chegam serviços que nem são nossos, mas a gente corre atrás pra tentar ajudar essa família e o usuário (Direção do CRAS, 13/07/2017).”

A partir do que foi dito, depreende-se que as informações contidas no documento de Orientações Técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS se contemplam na fala da direção do CRAS Ponte dos Carvalhos, além disso, devido a clareza da resposta enxergou-se que o objetivo claro do CRAS de tornar-se “a principal porta de entrada do SUAS (MDS, p.9, 2009)”, esse efetivando no município.

Denota-se também a partir disso, que o PBF, sobretudo em sua legislação, deve “estimular as famílias beneficiárias a exercer seu direito de acesso às políticas públicas de saúde, educação e assistência social, promovendo a melhoria das condições de vida da população (Decretos nº 7.332, 2010)”, dessa maneira os serviços oferecidos no CRAS vêm

contribuindo cada vez mais para o fortalecimento de vínculos entre os moradores do município e o estado facilitando o primeiro contato inclusive com o próprio Programa Bolsa Família. Isto pode ser comprovado por outra fala da direção do CRAS de Ponte dos Carvalhos que relata o seguinte:

"Fazemos o atendimento ao usuário e as famílias, *eaí* essa busca pode ser espontânea ou encaminhado de outros serviços. *Eaí* ele traz uma demanda que muitas vezes vem de outra instituição que encaminhou como posto de saúde, ou órgão jurídico. A partir daí a gente da instrução, encaminha e faz um levantamento do perfil do usuário se vai ser um atendimento contínuo porque apresenta outras demandas, por exemplo, se ele se encaixa no perfil de beneficiários do Bolsa Família e não recebe, assim a gente encaminha ele, se for pra ter só o NIS a gente encaminha pra o CadÚnico (Direção do CRAS, 13/07/2017)."

A partir deste relato, consegue-se entender que os serviços básicos que competem à estrutura física do CRAS estão sendo oferecidos, garantindo ao usuário o acesso mínimo à renda, serviços, programas e projetos que são oferecidos no CRAS e que podem atender a demanda específica de cada usuário (MDS, p.10, 2009). Neste caso, para garantir o funcionamento dessas atividades citadas anteriormente, o PBF associado aos órgãos governamentais deve "disponibilizar serviços e estruturas institucionais, da área da assistência social, da educação e de saúde, na esfera municipal (Decreto nº 7.332, 2010)".

Nesse sentido, os serviços oferecidos pelos CRAS facilitam a comunicação dos beneficiários e o Estado, assim como conseguimos visualizar no estudo de Testa *et al* (2013) que ressalta o efeito positivo da participação dos beneficiários em atividades desenvolvidas no âmbito da assistência social acreditando que esta participação possibilita o crescimento da autonomia das famílias. Nessa perspectiva, atentamos a observar quais as atividades oferecidas pela sede de Ponte dos Carvalhos e essas atividades corroboram para com o Manual de Orientações Técnicas, deste modo, quando questionada sobre a oferta de atividades oferecidas pelo CRAS Ponte dos Carvalhos a direção nos relatou a seguinte questão:

“Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFC para crianças e adolescentes de 06 a 17 anos, esse é público de que nós acompanhamos. Sobre qualificação nós temos o ACESSUAS que está na proteção básica, que atende não só este, mas os CRAS de todo o município, e está em fase de reorganização. O Serviço de convivência tem como objetivo fortalecer os vínculos familiares e comunitários, ou seja, eles vêm pra cá no horário oposto ao da escola, geralmente passam 4 horas, e aí vamos trabalhando temáticas com eles, como a cidadania, os regates das brincadeiras, esporte e cultura. O Serviço é oferecido todos os dias, são 5 educadores sociais e oficinairos, atendemos 203 crianças e adolescentes. Existem também os grupos de gestante e idoso. Com as gestantes trabalhamos esse período gestacional, as questões familiares também (Direção do CRAS, 13/07/2017).”

Observa-se a partir deste relato, que estes serviços oferecidos facilitam a criação de vínculos entre a comunidade e suas famílias. O estudo de Vasconcelos e Dourado (2016) realizado no município de Caruaru demonstram que a participação efetiva dos beneficiários do Bolsa Família nas atividades do CRAS potencializa influências sobre seus aspectos de vida, sobretudo, sobre suas relações de trabalho. As atividades subjacentes à educação que acontecem no CRAS onde se realizou a pesquisa apresentam os serviços básicos que estão inseridos dentro do Manual de Orientações Técnicas (2009) relativos à formação cidadã.

O primeiro passo para o acesso ao PBF é o cadastro no CadÚnico – Cadastro Único. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDS, este é o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas federais. Nesse instrumento são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda. Os dados informados no ato do cadastramento serão analisados para que os candidatos sejam incluídos ou não como beneficiários do PBF. A gestão do CadÚnico é de responsabilidade compartilhada - governos federal, estadual, municipal e, Distrito Federal.

O bolsa família faz uma verificação da família, de pobreza ou extrema pobreza, isso aí é um cálculo matemático, ele vai avaliar a renda familiar, essa renda pode ser formal, através de carteira assinada ou informal se ela é autônoma (...) enfim, trabalhos autônomos, sem necessitar uma declaração formal, um decore, ele diz que realiza uma atividade autônoma e aí ele declara uma renda, fica numa situação declaratória. (Direção do CRAS)

Se a pessoa recebe R\$ 1.000,00 e mora com 5 pessoas, dividindo por 5, dá 200,00 de renda *per capita*, nesse caso ele não teria direito ao benefício. O ‘*bolsa família*’ diz o seguinte: a família está em situação de pobreza quando esta contabilidade dá um

resultado de até R\$ 154,00 de renda *per capita*, se der R\$ 155,00 não consegue se inserir no programa. (...) Infelizmente, apesar de ser para uma política social, o sistema faz um cálculo exato, ou é até R\$ 77,00 ou até R\$ 154,00, se não tiver dentro desse cálculo, de *renda per capita*, não consegue se inserir no programa.” (Direção do CRAS)

Percebe-se com o discurso acima que há uma limitação na gestão do PBF no que tange a seleção dos beneficiários. Sendo o cadastro único auto declaratório, o controle sobre a inserção no programa de pessoas que, de fato, atendam os critérios de pobreza ou extrema pobreza, é dificultado, já que não tem como checar a veracidade das informações repassadas pelos que não estão no mercado formal.

Para Sposati (2009), definir pobreza através de uma “linha” contribui para a persistência de formas de tratamento e atenção segregadas que operam por teste de meios (seleção de renda) e não pela necessidade. Define-se, na linha da pobreza, um limite do ganho do pobre que passa a ser teto de alcance para ser aplicado como horizonte a programas seletivos, como por exemplo, acesso ao Programa Bolsa Família. Base e teto passam a ter o mesmo significado. Por vezes por centavos a mais no per capita o “programa de computador” rejeita a inclusão do demandatário nestes programas sociais, embora esteja vivendo situação de efetiva gravidade.

A renda declarada só mostra a destituição pessoal e as medidas de condições e qualidade de vida deveriam envolver o território de vida através do georeferenciamento de modo a explicar o conjunto de fatores condicionantes da precariedade da qualidade de vida. É preciso construir um alcance ampliado da noção de precarização da vida para além da renda, incluindo, por exemplo: tempo de informalidade; idade dos chefes da família; incidência de filhos menores de 14 anos; incidência de doenças crônicas na família e de deficiências; acesso a crédito; incidência do custo de transporte no orçamento doméstico; qualidade do acesso a serviços/atensões de saúde pelos membros da família; qualidade do acesso à habitação; padrão de convivência familiar; incidência de mortalidade infantil, na infância, juvenil,

materna. É preciso se pautar em um conjunto de elementos que demonstrem as certezas sociais na vida de uma família e assim, a concepção de pobreza passará a incluir indicadores de vivência de vulnerabilidade social, risco social e por consequência, possibilidades de acesso à proteção social (SPOSATI, 2009).

4.3 Os beneficiários participantes da pesquisa e sua vivencia em Ponte dos Carvalhos

De uma maneira geral, nota-se que estes programas procuram elevar o orçamento monetário das famílias pobres através de uma transferência de recursos financeiros que varia de acordo com os objetivos e possibilidades de cada país. Isto faz com que o valor mensal da transferência seja distinto entre os diferentes tipos de famílias beneficiárias. Segundo Mattei (2015) essas transferências quase sempre são focalizadas nos grupos sociais mais vulneráveis, os quais são conhecidos a partir de levantamentos de dados socioeconômicos organizados por instituições públicas e privadas de pesquisas. Neste caso específico, existe uma intensa bibliografia, quase toda ela atrelada às ideias do “mainstream”, que defende esta forma de ação em oposição à ideia mais presente no contexto do “Estado de Bem-estar Social”, o qual privilegia a construção de sistemas universais de proteção social.

Para Orozco e Hubert (2005), os mecanismos de focalização surgiram como parte de uma estratégia governamental que buscou fazer a transição de sistemas universais de assistência social e não condicionados para um modelo de transferência direta de recursos, cada vez mais escassos, às populações mais pobres do país, visando desenvolver as capacidades desta parte da população que vive em condições sociais desfavorecidas.

Mattei (2015) ainda acrescenta que não se deve deixar de mencionar que estes programas foram concebidos, também, para aliviar minimamente os impactos negativos das crises econômicas que se abateram também sobre os países da América Latina, afetando mais agudamente as famílias pobres e socialmente marginalizadas. Por isso, todos os Programas de

Transferência de Renda têm praticamente o mesmo design (focalização das ações) e as mesmas condicionalidades, atividades nas áreas de saúde, educação e, em alguns casos, nutrição, como é o caso do Programa Bolsa Família.

Partindo disto, para o presente trabalho, traçamos o perfil dos beneficiários a partir de informações coletadas por meio de entrevistas nas quais ocorreram na comunidade Vila Nova e no CRAS da UDH pesquisada. Foram realizadas nove entrevistas com líderes familiares, em sua totalidade representadas por mulheres. Esse predomínio de mulheres na pesquisa reflete o fato de as mesmas serem as titulares preferencias do PBF. A grande maioria estudou até o ensino fundamental incompleto, apenas duas das nove mulheres que conversamos, possuem ensino médio incompleto. Além disso, oito entrevistadas são responsáveis diretamente pela renda da família, destas, apenas duas são casadas. As funções de mães e donas de casa ocupam integralmente a rotina das entrevistadas. Lavar, cozinhar, arrumar a casa e cuidar das crianças foram as atividades mais recorrentes mencionadas.

Além de mapear o perfil destas beneficiárias, por idade, estado civil e escolaridade, julgou-se interessante também compreender a vivencia de cada uma na comunidade em que moram, afim de posteriormente buscar responder quais implicações do PBF e sua vida neste *locus*, de que forma o programa também se relaciona com o trabalho que cada uma delas exerce. Durante as conversas individuais e quando questionado como era a vida na comunidade, se estas mulheres gostavam de morar e/ou sentiam falta de algo, foi possível encontrar diversas opiniões sobre esse assunto, como podemos perceber nas falas abaixo:

Antes eu me mantinha com o Bolsa Cidadã, que nem um auxílio moradia. É porque fui esperta, quando invadiram aqui eu vim também, porque senão eu estaria até agora pagando aluguel. Recebo R\$ 250,00 desse auxílio e pagava R\$ 170,00 de aluguel. Se eu tivesse continuado pagando aluguel ia viver de quê? Ficava com nada. Desses R\$ 250,00 eu ficava com R\$ 80,00, para comer, para comprar fralda para os meninos, porque nesse tempo eles eram novinhos. E depois que eu vim morar aqui mudou, e depois do BF mudou mais ainda, porque o dinheiro de pagar o aluguel eu compro comida para dentro de casa. **(Entrevistada 1, 23 anos, mãe de dois filhos, solteira)**

Eu moro aqui há 8 anos. Eu moro aqui porque eu não tenho onde morar, se eu tivesse não morava não. Aqui a gente não tem saneamento, não tem posto policial, não tem posto de saúde. Se a gente vai pro 24 horas, a gente tem que sair daqui 04:00 horas da manhã. Arriscando a vida para pegar uma ficha, as vezes nem consegue. Aí a gente fica sem atendimento [...] aqui é muito assalto, com a comunidade inteira. **(Entrevistada 2, 39 anos, mãe de um filho, solteira)**

Eu sinto falta porque não tem nenhum posto de saúde, não é atendido em posto nenhum. Porque a moça diz que tem que ser na comunidade, mas não tem nenhum posto de saúde. Sinto falta de um posto policial. Porque aqui dentro agora tá com a molesta com coisa errada. Não tinha não, mas agora começou, com a molesta. O povo aqui dentro mesmo roubando. Não tem um policial que passe por aqui. Eu sinto falta de muita coisa aqui, é porque não tem mesmo porque aqui é uma invasão. A gente tem que ficar por aqui, não tem para onde ir, vai fazer o quê? Pelo menos tem um barraco para dormir. **(Entrevistada 3, 27 anos, mãe de 4 filhos, casada)**

[...] Tem de 7 a 8 anos que eu moro na comunidade da rendeira. Fomos morar lá pela indenização do terreno com as casas. Até agora eu não tenho o que dizer não. E eu vivo desses R\$ 85,00 reais. E agora essa feira, fizemos o cadastro e vamos receber todo mês, eu moro sozinha e recebo o bolsa família há quase dois anos. E tenho uma ajudazinha da família, as que podem também. **(Entrevistada 5, 50 anos, solteira)**

“ Faz 8 anos que moro na comunidade. Quanto ao que eu sinto falta aqui na comunidade, tem várias coisas. Ah, sinto falta de um posto médico. Uma creche para as crianças. Porque a escola fica um pouco longe, quando o ônibus não pega elas em casa, a gente vem a pé.” **(Entrevistada 7, mãe de três filhos, casada)**

“ Eu gosto daqui. Eu só acho ruim porque onde moro não é asfaltado, faz 17 anos que moro nessa comunidade. Depois de Suape ficou difícil, antes era melhor. Quando tinha o estaleiro, mas agora é muita gente desempregado. Antes tinha uma fábrica de colchão em Prazeres, mas depois do Porto fechou, aí muita gente ficou desempregada. Antes aparecia faxina com facilidade pra fazer, agora é difícil. No Porto de Suape tem mais gente de fora, Bahia. Lá na rua onde moro tem umas 5 pessoas de lá, mas também estão desempregados. Tem um até que casou com minha vizinha.” **(Entrevistada 8, mãe de dois filhos, divorciada)**

“ Eu moro há 52 anos aqui. Minha filha, tá uma benção. Eu moro próximo ao 24 horas, aí eu venho aqui pro CRAS, não precisamos pagar transporte nem nada, moro próximo a maternidade, postinho, padaria, farmácia.” **(Entrevistada 9, mãe de dois filhos, divorciada)**

Nestes relatos podem ser identificados dois elementos de insegurança e/ou insatisfação por parte destas mulheres. Primeiro pode-se perceber a sensação de exclusão por parte de algumas destas entrevistadas, uma vez que a comunidade Vila Nova sendo considerada uma invasão por parte destas famílias, acabam não recebendo um atendimento devido, como asseguram estas mulheres, que é preciso se deslocarem do seu ambiente, muitas vezes para

lugares longe, para poder ter acesso a algum atendimento hospitalar, além de sofrerem com a falta de segurança. Em segundo lugar, percebe-se no relato da Entrevistada 8, que a instalação do Complexo Industrial de Suape não foi suficiente para alterar o quadro de pobreza da localidade, identifica-se que apesar de ter gerado milhares de empregos, muitos dos indivíduos da própria localidade ficaram fora desse mercado de trabalho, perdendo espaço muitas das vezes para pessoas que migraram de outras cidades e/ou outras regiões.

Este segundo elemento de insegurança que afeta a vida de boa parte da população que vivem em Ponte dos Carvalhos, abre espaço para a discussão no que tange a instalação destas grandes empresas, em alguns casos, de algumas multinacionais, cujo o objetivo dito é gerar emprego e renda para uma localidade escolhida, mas, como pode ser observado no relato da entrevistada 8, muitas pessoas da própria localidade perderam espaço nestas empresas para aquelas que vieram de outros lugares. No entanto, hoje é possível encontrar “muita gente desempregada” na região. O que pode depreender que houve de um lado um crescimento econômico, mas por outro não houve desenvolvimento humano, uma vez que muitas famílias ainda continuam desprotegidas, não tem acesso a saúde, habitação, segurança e trabalho. A perspectiva de desenvolvimento humano parte da noção de que o crescimento econômico de uma sociedade não se reflete, automaticamente, no bem-estar dos indivíduos e, por vezes, até mesmo reforça as desigualdades. Nessa lógica, o desenvolvimento não se resume a acúmulo de riquezas e aumento de renda, mas diz respeito à ampliação da capacidade de escolha das pessoas, que está relacionada ao aumento de suas capacidades e oportunidades nas diferentes dimensões da vida. De acordo com Sposati (2009), um programa de transferência de renda que opera o direito ao benefício, não é, e não pode ser por si só, agente do desenvolvimento social. Ele oferece sustento, mas não sustentabilidade. Esta tem que ser alcançada por um conjunto de ações sociais e econômicas. Para a autora, persiste a falsa noção de que o desenvolvimento social é resultante automático do crescimento econômico

De modo geral, todos estes relatos demonstram que a estigmatização pela condição da pobreza, pela localização de suas moradias, além da baixa escolaridade das beneficiárias, somada à falta de experiência profissional e a ausência de pessoas e de equipamentos públicos, como creche e escolas de tempo integral que se encarreguem do atendimento de seus filhos, tem a possibilidade de tornar a entrada no mercado de trabalho formal uma meta inatingível.

Ainda quanto ao *locus* pesquisado, no decorrer das conversas, principalmente por ter sido permitido que estas famílias falassem sobre sua vivência, encontramos duas situações que chamaram-nos atenção. Primeiro, famílias que viviam na zona rural, onde não existia saneamento básico, por muito tempo eles não tinham acesso à energia, exerciam na maioria da vezes trabalho pesado, mas que no entanto, mesmo com essa privação era possível encontrar neste ambiente precário, uma cooperação entre estas famílias, que sentiam-se mais seguras em transitar em qualquer horário pelos arredores do engenho, havia alimentos disponíveis para o consumo, sem precisar demandar recursos financeiros para adquiri-los. Em segundo lugar, com a venda deste engenho para a construtora Moura Dubeux, estas mesmas famílias tiveram que migrar para o centro urbano de Cabo de Santo Agostinho, mais precisamente para a UDH Ponte dos Carvalhos. Hoje elas possuem casas próprias, com água encanada, energia, não precisam mais “ utilizar o próprio canavial como banheiro”, no entanto, todas alegaram sentir falta da tranquilidade que tinha na sua antiga rotina, de plantar e colher o seu próprio alimento. Esta dualidade pode ser observada nos relatos abaixo:

Eu morei junto com o pessoal da rendeira, lá em frente a 51. É, lá a gente não tinha muitas coisas, a gente não tinha energia, vivia com candeeiro, televisão a gente não tinha, tinha aquelas pequeninhas de bateria. Por muito tempo a gente ficou assim. Aí depois de eleição colocaram energia e quem tinha dinheiro comprava uma televisão. Só sei que passamos um bom tempo lá. *Nós não tinha* água encanada. A gente pegava em cacimba. Ia lavar roupas às vezes no rio. Era assim a vida da gente, só depois que saímos de lá (**Entrevistada 4, 33 anos, mãe de dois filhos, solteira**)

“ Ah, era bom demais, a gente não comprava banana, não comprava manga, macaxeira. A gente morava no sítio e aqui a gente tem que comprar tudo isso. Se a

gente quer chupar uma laranja, tem que comprar. A gente morava embaixo do pé de manga, pé de banana. E aqui a gente tem que comprar tudo isso, quando tem dinheiro compra e quando não tem? Mas no fundo eu gostei de me mudar, porque lá a gente carregava água em balde, hoje a gente tem banheiro dentro de casa, tem chuveiro, água encanada. O banheiro da gente lá era as canas. Tem gente que sente falta, mas eu não sinto nenhum tico. Cansei de carregar adubo em carro de mão. Ninguém é burro de carga, mulher, né, não?” (Entrevistada 7)

Morar em sítio é totalmente diferente de morar em rua, em cidade [...] Os pés de manga, de jaca, de coco, até pé de pitomba. Aí derrubaram tudo, até as casas. Lá a gente plantava macaxeira, banana, batata. Aqui o marido da minha amiga planta, mas é diferente. Era bom porque lá só morava aquelas famílias mesmo, aí todo mundo se ajudava. E na comunidade se a gente plantar o povo carrega. E quando a gente quer comer, tem que comprar, se quer chupar uma manga, tem que comprar. (Entrevistada 6)

Eu só sinto falta da tranquilidade de antes, porque morar em engenho era mais tranquilo, né? Não era bem engenho, era mais o sítio. Mas tipo, a rua aqui, ela é mais violenta. No engenho tá ficando mais violento agora, porque muita gente sai da rua para ir morar em engenho, antigamente não era assim. A gente saía 22:00 ou 23:00 da noite e não via ninguém, o que via era bicho. (Entrevistada 5)

4.4 Precarização do Trabalho e as implicações políticas do PBF

Na visão de Sitcovsky (2010), o crescimento da pobreza em decorrência da própria lógica capitalista e da precarização do trabalho, são mediações para o desenvolvimento de programas sociais de renda mínima como o Bolsa Família. O autor destaca também que o trabalho e a informalidade fazem parte das estratégias para rebaixar os custos da força de trabalho, e que nesse sentido, a articulação de trabalho precário e estes programas de renda mínima desempenha esta mesma função, a de rebaixar os custos da força de trabalho. A pesquisa de campo revelou casos típicos de trabalhadores precários entre os beneficiários do Bolsa Família, tal como podemos ilustrar com as falas que seguem:

Rapaz, eu corro atrás de emprego, fichado. Porque eu tendo aquele dinheiro fichado ainda posso ajudar minha mãe, porque eles só vivem com ela e ficam aperreando. Eu boto currículo em todo canto, mas nunca fui chamada. Queria muito trabalhar, mas se fosse fichado, clandestino tem futuro não. Porque se eu for trabalhar na praia, é R\$ 50,00 o dia, eu deixo os meus meninos, aí pronto, não vale muito coisa, porque eu tenho que dar R\$ 50,00 a pessoa que fica com eles. Hoje ninguém paga mais que R\$ 50,00 e a pessoa trabalha que nem um escravo. Só trabalha até 18:00 da noite se for pra trabalhar em bar. É muito arriscado, uma panela daquela de caldinho, óleo quente cair em cima da pessoa, não é fácil não. (Entrevistada 1)

Eu trabalhava fichada, mas vai fazer uns 4 anos que eu não estou trabalhando. Agora quando aparece uma diária para fazer, eu vou e faço, aí ganho 70,00, 80,00. Eu quero trabalhar com qualquer coisa, até no lixão, que eu já trabalhei. (Entrevistada 2)

Nunca trabalhei de carteira de assinada. Trabalhava costurando fronha e lençol. (Entrevistada 3)

Aí a gente tem que buscar algo fora, faz uma lavagem de roupa, uma faxinazinha, aí ganha o quê? Muitos pagam R\$ 50,00, pagam R\$ 40,00. (Entrevistada 5)

No que concerne à inserção dos pobres no mercado de trabalho, percebe-se também nos depoimentos destacados acima, que há uma relação do Bolsa Família com a reprodução daquilo que Marx (2013) denominou de superpopulação relativa do tipo flutuante e estagnada. Para compreender este fenômeno, faz-se necessário contextualizar a crítica que o autor faz em *O Capital*, quando afirma que a superpopulação relativa, ou seja, “uma população trabalhadora adicional, excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérfluas”, assume três formas: flutuante, latente e estagnada. A flutuante corresponde à força de trabalho que ora é repelida ora é atraída de acordo com as alterações das composições orgânicas do capital. A latente corresponde aos trabalhadores rurais rebaixados ao mínimo da sobrevivência. A superpopulação relativa estagnada forma uma parte do exército ativo de trabalhadores, mas com ocupação totalmente irregular. Suas características são o máximo de tempo de trabalho e o mínimo de trabalho.

No caso dos trabalhadores sem carteira assinada e autônomos pode-se perceber que a precarização de trabalho se dá através das relações de trabalho informal. Para Sitcovsky (2010) como o auxílio do Bolsa Família não se constitui um direito, a situação desse contingente de trabalhadores é ainda pior, pois se o benefício por qualquer razão, inclusive orçamentária for cortado, o trabalhador fica sem nenhuma outra forma de proteção social.

A condição de precariedade das relações de trabalho dos beneficiários impostas pela informalidade, resultando em incertezas constantes sobre a existência do trabalho, em baixíssimas rendas e em vulnerabilidade social, destaca a relevância de políticas públicas mais

efetivas voltadas ao incentivo à regularização das relações de trabalho e garantias de direitos trabalhistas para os beneficiários e ao acesso ao trabalho formal.

De fato, o desemprego é, na sociedade de mercado, um fator de risco para as condições de vida ou para a reprodução social. Todavia, a ocupação precária não é a resolução ao desemprego. A permanência da incerteza no sustento não permite o horizonte de sustentabilidade e, com isso, a desproteção. A proteção social não é resolvida pelo mercado de trabalho, ainda que, ter salário e renda amplie as condições da família realizar sua reprodução social e de seus membros, em quantidade e qualidade mais significativa ressalvado sempre que, este significado depende da cobertura que o valor do salário proporciona face ao poder de compra no mercado (SPOSATI, 2009).

Foi a pesquisa de campo também capaz de indicar que as possibilidades de geração de renda frequentes nesse contexto, são via trabalhos esporádicos (faxinas e pequenos serviços) e os domésticos (artesanatos). Além disso, a falta da formalidade de trabalho, via carteira assinada, por exemplo, também foi comentada como episódio na vida das pessoas e não como regularidade. Desta maneira, demonstraram a vulnerabilidade relativa ao emprego a que estavam submetidos.

Por conta disso, para a grande parte das entrevistadas, o PBF se tornou o único elemento de proteção social destas famílias. Ausentes de segurança em suas relações de trabalho, muitos beneficiários têm o benefício como garantia de necessidades básicas, tais como alimentação e moradia. Neste sentido, o PBF é um amenizador de muitas das situações de insegurança, seja irregularidade no trabalho, impossibilidade de trabalhar por questões de saúde, ou a ausência de um cônjuge na criação dos filhos, como descritos nos seguintes relatos:

“ Olha, eu procuro mas não encontro. Eu queria trabalhar mas não posso porque minha menina de 14 anos engravidou, aí eu fico com meu neto para ela estudar. No momento meu marido não trabalha, está desempregado há três anos, faz bico por aí e eu tenho a renda do bolsa família. Recebo R\$ 202,00. Antes do benefício eu

trabalhava, mas não pude trabalhar mais por causa do meu neto. Mas eu agradeço, esse benefício é uma grande ajuda [...] Minha filha mãe desse meu neto gosta de estudar, por isso que eu fico com ele pra ela estudar. Porque já que eu não pude terminar, eu quero que ela termine. Aí por isso que eu não trabalho, porque fico com meu neto.” (Entrevistada 7)

Esse depoimento acima nos ajuda a entender alguns fatores que contribuem para a relevância do PBF quanto ao sustento das famílias. Por exemplo, um fator a destacar refere-se, a centralidade da mulher, uma vez que, nesse caso, ela tem de desempenhar diversos papéis, seja pelo desemprego do marido e pelo exercício do trabalho informal, ao afirmar que o seu cônjuge, no momento da entrevista, fazia bicos, seja pela dificuldade de acesso ao emprego, tanto pela falta de oportunidade que ela ressalta quanto pela impossibilidade, uma vez que ela precisa cuidar do neto para que sua filha, menor de idade, possa estudar.

“ Trabalhei em um colégio, aí ele fechou. Eu ajudava minha cunhada na secretaria, não era carteira assinada. Depois que saí desse trabalho não consegui mais não. Porque eu tenho minhas “ benças”, aí com minha sogra doente eu vou deixar com quem? Agora não tem como eu trabalhar, só quando meu pequeninho crescer mais, porque ele tem 6 anos, mulher e, é muito levado. Porque também não compensa se eu for trabalhar pra ganhar um salário mínimo e arrumar uma pessoa pra ficar com ele, eu não vou ficar com nada, porque ninguém vai querer ficar com menino dos outros de graça, minha sogra é doente e também entendo o lado dela, eu não vou pegar uma criança pra deixar com uma pessoa que não tem condições, tenho que ter consciência. E o filho é meu, quem tem obrigação sou eu, não é ela não.” (Entrevistada 8)

Neste segundo depoimento, além de ser possível perceber também a centralidade do papel da mulher, identifica-se mais uma vez ausência de serviços sociais do Estado que possam complementar a ajuda financeira, tanto pela dificuldade de acesso ao emprego, quanto pela dificuldade de acesso ou até mesmo a ausência de creches, escolas para que estas mães possam deixar seus filhos e com isso, terem condições de procurar emprego. Neste sentido, destaca-se que para que o alcance do benefício possa ser atingido é necessário que seja oferecido outros meios de superação da sua condição de pobreza.

O Programa Bolsa Família recebe inúmeras críticas por fomentar um “efeito preguiça” entre seus beneficiários, um programa capaz de gerar uma dependência social para com as famílias beneficiárias. Ao acostumar as pessoas a viver da caridade do Estado, o PBF as induziria a se empenharem menos na superação da pobreza pelos seus próprios meios, e levaria ao aprofundamento, no longo prazo, da própria pobreza no país (SOARES e SATYRO, 2009). Contudo, é preciso analisar cuidadosamente esta afirmação, pois de acordo com os dados coletados, quando levantadas questões se estas famílias rejeitaram algum tipo de trabalho após o recebimento do benefício, foi possível perceber nos discursos argumentos contrários desta afirmação, como pode ser ilustrado abaixo:

“ Olhe, fia, eu vou dizer uma coisa a você, eu trabalhava em engenho, cortando cana, semeando adubo, esses negócios de engenho, aí foi no tempo que eu me juntei com um membro da família, nesse negócio da indenização das casas aí ele não deixou eu trabalhar mais, porque eu sentia muita dor nas pernas, aí através disso eu me cadastrei no BF, eu não tenho nada o que dizer do benefício, porque eu tinha um trabalho antes muito cansativo, a gente que trabalha em engenho leva: sol, chuva, sereno. A gente sai de madrugada para trabalhar, tinha dia que a gente chegava em casa de 16:00 da tarde, muito cansada.

[...]

Acho que se eu tivesse continuado trabalhando, eu já estava no benefício, aposentada, porque era muitas dores nas minhas pernas. Eu vou fazer 50 anos, mas desde os meus 39, 40 anos que eu sinto dor. Acho que se eu não entrasse no benefício ou não me aposentasse por invalidez, eu iria passar necessidade, porque eu não ia aguentar trabalhar mais não. Você não é de engenho, você pode não entender. E só ganhava se tirasse as canas, se não tirasse, a gente não ganhava. Aí voltava a tarde ou no outro dia, para tirar o resto. Então eu acho que hoje eu não aguento mais.”(Entrevistada 5)

Nesta fala acima o que se percebe não é a figura de alguém que se sente “acomodada” com o benefício ou que não queira trabalhar, percebe-se um discurso de uma beneficiária a qual sua vida foi dedicada a um trabalho degradante, cansativo e com índice elevado de exploração laboral, nesse caso, exercendo a função de cortadora de cana, como consequência disso, hoje, sofre com sua saúde afetada e muitas vezes incapacitada de realizar

algum tipo de trabalho. Nesse caso, tal depoimento fortalece a importância do benefício para estas famílias.

Sabe-se que o histórico das condições de trabalho nos canaviais é considerado degradante, uma das críticas mais contundentes ao corte manual de cana-de-açúcar diz respeito ao pagamento por produtividade, ou seja, o que determina quanto cada um receberá é a quantidade (em toneladas) de cana cortada diariamente: quanto maior a produção, maior o salário. Esse tipo de pagamento tem por objetivo a produtividade crescente, fazendo com que os trabalhadores aumentem o esforço dispendido no trabalho, o que pode provocar sérios problemas de saúde (dores no corpo, câimbras, falta de ar, desmaios etc.) para o trabalhador ou até mesmo a morte dentro e fora dos canaviais.

Para Alves (2010) o trabalhador, quando recebe por produção, tem o seu pagamento atrelado ao que ele conseguiu produzir no dia. Como eles trabalham pela subsistência, trabalham cada vez mais para melhorar suas condições de vida, isso provoca o aumento do ritmo de trabalho. O pagamento por produção transfere ao trabalhador a responsabilidade pelo ritmo do trabalho, que é atribuição do capitalista. O desgaste de energia neste tipo de função enorme: andando, golpeando, agachando-se, carregando peso, além das vestimentas, como detalhados pela entrevistada 5:

“ A gente usava aquelas perneiras de couro até o joelho, calças, camisa comprida, luvas, lenço no rosto e pescoço, chapéu ou boné, debaixo de sol ou chuva.”

Essas condições de trabalho contribuem para que os trabalhadores suem bastante e possa leva-los a desidratação. Diante de tudo isso é comum os trabalhadores apresentarem problemas de saúde adquiridos no trabalho, ocasionados pelo ritmo de produção absurdo a que são submetidos.

Durante um bom período, a entrevistada 5 esteve inserida numa relação de trabalho em que não havia também distinção entre local de trabalho e local de moradia. Durante o trabalho estavam expostas a chuva, sol, para que pudesse ganhar o seu sustento, muitas vezes apenas

para o atendimento de suas necessidades básicas, para que conseguisse ganhar um pouco mais, era preciso submeter-se a uma jornada de trabalho excessiva, como visto no depoimento, que muitas vezes saiam de casa de madrugada e só retornava no findar do dia.

Conforme argumentou Marini (2000), a exigência de mais-trabalho, mediante procedimentos extensivos ou intensivos, ao provocar fadiga e esgotamento, resulta no incremento do que Marx chamou ‘as pestes de guerra do exército industrial, que têm nos acidentes de trabalho um de seus indicadores mais representativos. Logo, o prolongamento da jornada de trabalho além da jornada normal constitui um aumento da exploração extensiva do trabalhador. (LUCÉ, 2012)

Além disso, identifica-se nesse discurso aquilo que Alves (2014) já vem problematizando em seus estudos sobre a precarização do trabalho no capitalismo histórico. De um lado, percebe-se uma *precariedade salarial extrema*, ‘os trabalhadores assalariados não eram sujeitos de direito. A indústria era o polo da brutalidade salarial, onde vigorava o trabalho degradante, trabalho por extensas jornadas de trabalho com remuneração abaixo da linha de subsistência’, isso é ilustrado quando a entrevistada afirma que, quanto à remuneração, só ‘ganhava quando tirasse as canas, quando não, não ganhava’, além disso, cumpriam uma extensa jornada de trabalho. Identifica-se também a *precarização do homem-que-trabalha/precarização existencial*, tal geração ‘emergiu no bojo da nova precariedade salarial flexível, que não se reduz à corrosão do estatuto salarial, mas sim, que diz respeito à precarização do homem que como ser genérico e precarização das condições de existência humana.’ Por fim, fica evidente no discurso, a precarização do trabalho no contexto brasileiro assumida na década de 2000, denominada por Alves (2014) como a *precarização existencial*, decorrente do modo de vida *just-in-time*, que produz vida reduzida e provoca crescimentos radicais nas pessoas que trabalham, e *precarização do homem-que-trabalha*, decorrente de adoecimentos laborais.

Logo, pode-se considerar que nesse contexto o PBF vem exercendo aquilo que Sitcovsky (2010) definiu como função política, no sentido de que, embora, consideremos um valor insuficiente para tirá-la da pobreza, permite que a mesma recuse trabalhos que novamente possam submetê-la a uma exploração, ou seja, trabalhos que ponham em risco a sua condição humana. Neste caso específico fica claro que a entrevistada 5 vive apenas do Bolsa Família, no entanto, esta condição não é suficiente para argumentar que o programa tenha gerado uma dependência, pois percebe-se também que atualmente essa mesma entrevistada e beneficiária encontra-se impossibilitada de exercer algum tipo serviço que exija a sua força de trabalho.

Somando-se a esta discussão, destaca-se também um outro discurso que problematiza essa ideia de que o bolsa família exerce função política, porém no sentido de possibilitar uma dependência social:

“ O BF é só uma ajuda. Quem vai deixar de querer receber um salário para ganhar 300,00 por mês só? Você sabendo que pode ir ali numa firma receber uma quinzena, um plano de saúde, uma cesta básica pros seus filhos, por causa de 300,00 real? Eu mesmo não. Eu não trabalho porque dei entrada no INSS, por causa dessa lesão na minha vista, por isso que eu não trabalho.” (Entrevistada 3)

Aqui mais uma vez é fortalecido a ideia de que o PBF é considerado por essas famílias apenas como uma ajuda, embora necessária e única renda par algumas. Percebe-se o desejo de que possam ser inserida no mercado de trabalho formal, para assim poder usufruir de alguns direitos que hoje são inalcançáveis.

De acordo com os dados coletados, identificou-se outras situações que contribuem para que as famílias recebam o auxílio e não estejam inseridas no mercado de trabalho, mais uma vez, tais situações reforçam a ideia de um cuidado maior ao afirmar a relação do programa e o “ efeito preguiça”. Vejamos abaixo:

“ Se eu mesmo arranjasse um emprego, eu passaria o meu BF para alguém que tivesse precisando mais do que eu. Eu gosto de trabalhar, até ontem eu tava falando para menina arrumar para mim numa casa de família. Mas geralmente aparece mais para dormir, eu não posso sair e deixar ela só.” (Entrevistada 2)

“ Até hoje mesmo eu quero trabalhar, já trabalhei já, mas a firma que eu trabalhava fechou. Eu quero trabalhar, mas não consigo, tá difícil. Eu trabalhava com banheiro químico, porque era pra refinaria. Lavando banheiro químico. Eu só não trabalho porque não encontro oportunidade, nenhuma porta aberta” (Entrevistada 4).

“ Não, eu não trabalho. Meu marido faz bico, vai se virando. As vezes pesca. Quando não tem, vai se virando, só sou eu e ele dentro de casa mesmo. Aí o que aparece dá, não dá quando tem muita gente, e assim mesmo ainda dá, porque Deus dá um jeitinho de acontecer. Não achei oportunidade de trabalhar aqui, só trabalhei com carteira assinada há muito tempo e passei só dois meses. Ai recebo R\$ 85,00 do BF.” (Entrevistada 6)

“ O meu BF já cancelou uma vez, passei 5 meses sem receber, aí vim no CRAS, ela ajeitou meus documentos e com dois meses começou a sair de novo. Aí nesse tempo eu fazia faxina pra me virar. Eu nunca deixei de trabalhar porque recebo o BF, como disse a você, faço meus bordados, meus crochês, já pra ajudar. O dinheiro do meu BF já dá pra comprar minhas coisas.” (Entrevistada 8)

“ Emprego tá difícil. Meus filhos estão desempregados, eu cuidadora estou desemprega, tenho o curso e estou desempregada, estou há três anos. É ruim, a gente acostumada a trabalhar. Eu trabalhei muito tempo, de limpeza, de bábá, de doméstica, já trabalhei na prefeitura, agora a prefeitura dá um benefício de R\$ 250,00 de um projeto chamado onda limpa, que é pra gente estudar. Eu tentei trabalhar, mas é difícil, até pra pessoa comprar uma coisa e ficar vendendo, não tem renda pra isso. Lutei que só pra empresa Locar, de limpeza, uma terceirizada, mas não consegui nada, Um salário pra limpar esgoto, varrer rua, limpar mato e não consegui. Eu ando demais menina com meu filho atrás de emprego, currículo aqui, currículo ali.” (Entrevistada 9)

A partir de cada depoimento é possível identificar que ambas as entrevistadas encontram-se hoje em condições precárias de trabalho, tendo em vista que aqui mais uma vez é destacado a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho formal, até mesmo uma inadequação, considerando que estas famílias não encontram oportunidade de trabalho uma vez que a maioria não possui sequer o ensino básico, ficando mais uma vez sujeitas a informalidade para poder complementar sua renda familiar.

Como se sabe, o recebimento do Bolsa Família é condicionado ao cumprimento por parte dos beneficiários de algumas contrapartidas, como na saúde e educação, e por exemplo, uma das críticas em condicionar esse benefício a educação, vai de acordo com o que argumentam Silva, Yasbek e Giovanni (2011), de que a obrigatoriedade à escola não é suficiente para alterar o quadro educacional das futuras gerações e, conseqüentemente, alterar

a pobreza. Para eles, essa exigência implica na expansão, na democratização e na melhoria dos sistemas educacionais estaduais e municipais. Nesta mesma linha, no que diz respeito a necessidade de uma rede de políticas públicas, uma vez que sozinho o Bolsa Família não é capaz de alterar o quadro atual da educação e saúde, insere-se também a discussão sobre trabalho a estes três discursos acima, ou seja, para que as famílias consigam se inserir no mercado de trabalho e rechaçar tal ideia de que o BF gera uma dependência social, é necessário que estas mesmas famílias encontrem oportunidade para sua inserção. Por sua vez, quando não encontram, percebe-se a importância deste benefício para que estas famílias consigam muitas vezes sair de uma situação de miséria.

Silva (2007) defende que as condicionalidades definidas pelos Programas de Transferência de Renda, no caso do PBF, condicionalidades voltadas a Saúde, Educação e Assistência Social, instituídas por municípios, estados e pelo governo federal e reafirmadas pelo programa pareçam pretender garantir acesso a direitos sociais básicos no sentido de potencializar impactos positivos sobre a autonomização das famílias atendidas.

Mesmo assim, apresentam problemas e desafios a serem considerados. Para a autor, primeiro, ferem o princípio da não condicionalidade peculiar ao direito de todo cidadão a ter acesso ao trabalho e a programas sociais que lhe garantam uma vida com dignidade; segundo, os serviços sociais básicos oferecidos pela grande maioria dos municípios brasileiros, mesmo no campo da educação, da saúde e do trabalho são insuficientes, quantitativa e qualitativamente, para atender às necessidades das famílias beneficiárias dos Programas de Transferência de Renda. Nesse sentido, as condicionalidades deveriam ser impostas ao Estado, nos seus três níveis e não às famílias, visto que implicam e demandam a expansão e a democratização de serviços sociais básicos de boa qualidade, que uma vez disponíveis seriam utilizados por todos, sem necessidade de imposição e obrigatoriedade. Tal qual poderia ser

desenvolvido ações educativas, de orientação, encaminhamento e acompanhamento das famílias para a adequada utilização dos serviços disponíveis.

O que se tem observado é que a questão das condicionalidades provoca enormes controvérsias no debate sobre programas de transferências de renda. Em alguns casos elas acabam atuando como instrumentos para garantir alguns direitos básicos, especialmente nas áreas de saúde e educação. Neste caso, as condicionalidades são vistas como elementos positivos, uma vez que certos requerimentos, como é o caso das crianças frequentar regularmente as escolas, além de membros adultos das famílias beneficiárias terem de participar de atividades de qualificação, poderão aumentar a formação de capital humano. Mas em outros casos, a simples existência de condicionalidades acaba excluindo pessoas e localidades da assistência dos programas, tendo em vista as diferentes condições de acesso aos serviços ofertados (MATTEI, 2015).

Como discutido no tópico 4.3 Os beneficiários participantes da pesquisa e sua vivência em Ponte dos Carvalhos, a grande maioria destas líderes de famílias que contribuíram para nossa pesquisa, não tem sequer o ensino básico, ou seja, elas não possuem o critério mínimo para que sejam inseridas no mercado de trabalho formal. Ficando sujeitas a absorção do mercado de trabalho precário, seja ele informal e/ou terceirizado e com isso, excluídas de qualquer proteção trabalhista. Outro destaque refere-se ao lócus que essas famílias estão inseridas. O Cabo de Santo Agostinho teve seu desenvolvimento impulsionado pelo Complexo Industrial e Portuário de Suape, considerado um dos principais polos de investimento do país, “maior estaleiro do hemisfério Sul”, que conta com mais de 100 empresas em operação, ainda tem previsão de instalação de pelo menos 50 novas indústrias e responsável por cerca de 25 mil empregos diretos. Neste caso particular, têm-se argumento de que foi possível gerar inúmeros empregos com essa instalação, entretanto, estas duas entrevistadas,

“ O Porto gerou muito emprego, mas agora muita gente desempregada. Minha filha, tem metalúrgico e soldador varrendo rua, nessa terceirizada. Metalúrgico e soldador, pra você ver!” (Entrevistada 9)

“ Depois de Suape ficou difícil, antes era melhor. Quando tinha o estaleiro, mas agora é muita gente desempregado. Antes tinha uma fábrica de colchão em Prazeres, mas depois do Porto fechou, aí muita gente ficou desempregada. No Porto de Suape tem mais gente de fora, Bahia. Lá na rua onde moro tem umas 5 pessoas de lá, mas também estão desempregados.” (Entrevistada 8)

Ou seja, muitas pessoas do próprio lócus não conseguiram esta inserção, além de que não foi realizado nenhuma iniciativa para incluir estas famílias neste novo mercado de trabalho, mas percebeu-se uma migração de inúmeras pessoas de outras localidades, até mesmo outros estados, como pode ser observado na fala da oitava entrevistada. Portanto, mais uma vez os dados nos mostram que ao afirmar a relação do programa com o “ efeito preguiça” é preciso uma atenção e um aprofundamento maior nesta temática.

Logo, estas declarações parecem confirmar a importância do PBF como elemento de seguridade social para uma parcela da população cujo trabalho caracteriza-se pela ausência de proteção social. Por outro lado, percebe-se também que esse benefício não é capaz de romper com a pobreza, na medida em que se realiza de forma isolada, sem a presença de uma rede de políticas públicas.

Boschetti (2009), afirma que, na situação contemporânea, os benefícios assistenciais, sob a forma de programas de transferência de renda permanentes, passam a ter um papel de “substitutos” dos rendimentos dos empregos inexistentes. Essa situação atual não resolve, ao contrário, agudiza a histórica tensão entre trabalho e assistência social, pois é a ausência de trabalho/emprego que provoca a demanda pela expansão da assistência, sem que essa seja capaz de resolver a questão do “direito ao trabalho” e o direito a ter direitos, nos marcos do capitalismo. Assim, a assistência social não pode e não deve substituir o trabalho, mas pode ser um elemento intrínseco de um sistema maior de proteção social, complementar aos direitos do trabalho, podendo contribuir para transferir renda do capital para o trabalho.

Segundo o Censo Demográfico de 2010, os 10% mais ricos no Brasil concentram 48,9% da renda, enquanto os 20% mais pobres ficam com apenas 2,4%, no estado de Pernambuco os 10% mais ricos concentram mais de 50% da renda, restando apenas 2,1% para os 20% mais pobres. Mota (2012) acrescenta que o que chama atenção é o fato de que não estejam a se efetivar reformas substantivas que revertam o *desmonte neoliberal das políticas*, o que o cenário continental mostra é a expansão de políticas de exceção, de ingressos, em substituição ao direito ao trabalho.

Além disso, para Soares e Sátyro (2009) há posições que defendem que a pobreza é causada quer por problemas estruturais da própria economia e sociedade do país, quer por características das famílias que as políticas públicas não são capazes de mudar, pelo menos no curto prazo. Exemplo da primeira visão seria um padrão de inserção subordinada da economia do país na economia global, ou um padrão de desenvolvimento regional que condena certas áreas ao atraso. Exemplo da segunda seria sustentar que às famílias faltam capital social, capital humano ou redes sociais para uma boa inserção no mercado de trabalho. A consequência de qualquer destas visões é admitir que a busca por portas de saída é uma tarefa sem chances de sucesso em grande escala.

No entanto, para os autores, a posição do governo brasileiro é rejeitar a busca pelas portas de saída, mas ao mesmo tempo deixar a porta entreaberta para políticas sociais que busquem auxiliar as famílias beneficiárias a saírem da condição de pobreza. Isto se faz mediante os programas complementares, que focalizam, nas famílias beneficiárias do PBF, políticas de treinamento, de microcrédito ou de outros tipos. Alguns exemplos de programas complementares: Programa Mais Educação (PME), Programa Saúde na Escola, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Embora nenhum destes programas tenha sido desenvolvido explicitamente para os beneficiários do Bolsa Família,

todos usam o Cadastro Único para dar algum tipo de tratamento preferencial, seja aos beneficiários do PBF, seja aos inscritos no Cadastro em geral.

4.5 “É pouco é, mas você sabendo administrar, dá para passar!” – As implicações socioeconômicas do PBF

Neste tópico, reuniu-se todos os trechos das falas coletadas nas entrevistas que digam respeito as implicações socioeconômicas do Programa Bolsa Família, entendendo que tais implicações dizem respeito a mudanças ocasionadas nas famílias após o recebimento do benefício. Mudanças no sentido de que, antes o consumo delas fossem mais restritos ou por ventura, não houvesse consumo algum, pela limitação de renda ou até mesmo, pela falta dela, consumo esse de alimentação, remédios, vestimentas ou algo que a família julgasse ser necessário.

Há discussões sobre o benefício pago pelo Programa ser insuficiente para retirar as famílias da situação de pobreza. Apesar de reconhecer essa limitação, entendendo a pobreza uma questão complexa, não se pode desconsiderar o impacto que o programa venha causando nas vidas destas famílias que antes, como mesmo afirmaram, viviam com uma privação maior de recursos.

Com isso, compreendendo que para ter conhecimento da dimensão deste impacto, seja de forma positiva ou negativa, é necessário dar voz a quem realmente faz o uso de tal benefício, uma vez que estas pessoas são impactadas diretamente com a política pública. Os trechos a seguir foram extraídos das conversas realizadas na comunidade Vila Nova pertencente a UDH pesquisada.

Olhe, fia, eu não vou mentir. O pouco com Deus é muito, o muito sem Deus é nada. Se ele me desse R\$ 10,00 para mim *tava* de bom tamanho. É pouco é, mas você sabendo administrar dá passar. Porque tantas vezes a gente tá sem nada dentro de casa, ai pega o dinheiro do bolsa família e já compra uma carne, feijão, um arroz, já é alguma coisa. Agora se aumentasse um pouco mais seria melhor, né? Eu tenho

certeza que muita gente que não tem os 85,00 queria receber esse valor. Todo dia eu pedia a Deus para receber o Bolsa Família. (Entrevistada 2)

Algumas coisas mudou, porque tem gente só tem um ou dois filhos e recebe R\$ 200 e cacetada. Aqui são 5 pessoas e recebo R\$ 306,00. Esse procedimento tá errado? Tá errado, porque a prima do meu marido, recebe quase um salário. Antes eu me mantinha com a ajuda da minha sogra ou quando eu arrumava uma “ôia” [...] Mas vê, 4 crianças com dois adultos, o bolsa família se muito pular é pra R\$ 400,00. Porque só dos três quando o pai trabalha, eu gasto quase 500,00, só com eles três, com conta de miojo, biscoito, fralda descartável. (Entrevistada 3)

Ah, que poderia aumentar mais um pouquinho, né? Porque vamos supor, recebo R\$ 85,00, o gás de cozinha é R\$ 60,00, *nós paga* água, paga luz, entendeu? (Entrevistada 5)

Recebo R\$ 202,00. O valor ajuda, mas acho pouco. Porque meu neto toma muito leite, gasta muita fralda. Minha menina não trabalha, só estuda. E o pai do menino não dá quase nada. Aí tudo é a gente que tem que comprar pro menino lá em casa, vai deixar faltar as coisas, é? Compro mais pra ele do que pra mim. (Entrevistada 7)

Percebe-se com os discursos acima, que ambas entrevistadas são conscientes de que o valor pago é importante, necessário, mas insuficiente para tirá-las do ciclo da pobreza e extrema pobreza, em alguns casos. E este fator tem se enquadrado no campo das limitações do Programa, segundo Silva (2007), onde ela destaca que é um valor monetário muito baixo transferido às famílias, permitindo tão somente manter as famílias beneficiárias num nível de mera reprodução biológica, sendo insuficiente para produzir impacto efetivo na redução da pobreza. Isto porque, na medida em que o benefício da transferência monetária é em média R\$ 85,00 mensais por família, estas estão destinadas a permanecer num nível de extrema pobreza, com poucas possibilidades de autonomização pelos limites de oportunidades concretas de inserção em políticas estruturantes, como o trabalho, e devido a situações decorrentes dos próprios traços da população atendida: pobreza severa e estrutural, baixo nível de qualificação profissional e de escolaridade dos adultos das famílias, além de limitado acesso a informações.

Entretanto, compreendendo que de um lado a renda paga pelo programa seja insuficiente para alterar o quadro de pobreza no país, não pode desconsiderar o impacto deste

programa social para com a vida das família beneficiárias. Os depoimentos abaixo nos dizer porquê:

“ Depois do Bolsa Família ficou melhorzinho, alguma coisa. Mudou mais a despesa dentro de casa, sábado mesmo eu *tava* sem nada dentro de casa, já foi uma ajuda, Comprei carne, aqueles biscoitos de R\$ 0,50, fubá pros meninos, já foi uma ajuda. A menina *tava* sem sandália, já comprei um pra ela. Pelo pouco que recebo eu sou agradecida. As vezes os meninos iam para escola não levavam lanche, chegava em casa não tinha nada para comer, ia comer na casa da minha mãe. Hoje eles levam o lanche deles, chegam em casa: mainha, tem comer? Tem; Mainha estou com minha cabeça doendo. Uma dipirona não é nada na vida, é R\$ 2,00, R\$ 3,00, eu compro. Não mudou muita coisa, mas ajudou sim.” (Entrevistada 1)

“ Assim, minha família sempre me deu assistência, sabe. Quando eu *tava* trabalhando não, mas quando saí, elas me ajudavam. Até hoje me ajudam. Se eu precisar de uma carne, eu ligo e elas me dão. E depois do Bolsa Família, eu pego para comprar as coisas da minha filha. Mudou bastante, até mesmo porque fica o dinheiro pro lanche dela, quando eu vou levar pro tratamento e tenho que passar o dia no hospital.” (Entrevistada 2)

“ Eu recebo o benefício há 2 anos. Antes quando eu não tinha o BF, era o que tinha. Uma cesta básica que eu pegava no CRAS, agora graças a Deus melhorou, até porque a cesta básica aumentou. (Entrevistada 3)

“ Eu acho que o Bolsa Família foi bom para ajudar as pessoas que precisam, porque muitas vezes a pessoa tá parada, sem trabalhar, não tem nada para receber. Não tem nada. E o BF veio em boa hora. Quando meus filhos adoecem, eu levo pro posto, pro hospital, as vezes precisa comprar o remédio, se tem o dinheiro do BF a gente já tem como comprar. E Graças a Deus eu ganhei a minha casa, porque tem gente que ainda paga aluguel, eu não. Então com esse dinheiro eu pago uma energia, compro um gás, pagar uma água, ou comprar algo que os meninos precisam, um sapato, uma roupa. Quem disser que não ajuda, tá mentindo. E se eu perdesse? Ah, minha filha, ia ficar difícil, porque para conseguir algum trabalho *tá* muito ruim, já coloquei currículos em vários lugares, falo com falo com outro e nada. O pai dos meus filhos não mora comigo, ele ajuda, mas não ajuda bem.” (Entrevistada 4)

“ Mudou um bocado de coisa, né? Porque antes eu vivia só da ajuda da família mesmo. Hoje eu recebo esses R\$ 85,00, é pouco sim, mas eu agradeço. Porque eu compro gás, mas eu não gasto o gás durante um mês, tenho meu foguinho de lenha, o menino bota lenha porque eu não posso pegar, aí eu passo um dois, três meses com um botijão de gás, aí nesse tempo esses R\$ 85,00 já fica para eu comprar as besteiras para dentro de casa, e agora com essa feira que vou receber todo mês, já vai ajudar e muito.” (Entrevistada 5)

“ Antes meu marido trabalhava, só ele, mas a empresa que ele trabalhava fechou, aí ele ficou desempregado. Aí era assim, um dia tinha as coisas, outro dia não tinha. Ele era fichado, tinha décimo, ai faz mais de três anos que ele está desempregado, agora só faz bico. Até agora não encontrou nada. Aí esse dinheiro do BF me ajuda muito. Porque os filhos são pequenos, aí tem essa renda. É uma ajuda grande. Mas eu gosto, porque com esse dinheiro eu compro comida para os meninos quando

falta, compro um remédio que está precisando, uma roupa, um colchão.”
(Entrevistada 7)

Em todos estes relatos é possível perceber que a preocupação das entrevistadas com o planejamento do gasto está voltada à garantia da alimentação dos filhos, roupas, material escolar e remédios cujo valor é em alguns casos, complementado por outras fontes de renda, no entanto, no momento da entrevista, a maioria vivia apenas do PBF. Além de ser possível também perceber que, para estas famílias, o benefício tem tido um papel importante na forma como hoje elas consomem. Como visto nos próprios depoimentos, embora seja um valor considerado baixo, antes do benefício o acesso era ainda mais difícil, a privação ainda maior. Para aquelas pessoas que não assistidas pelo programa, esse valor pode ser paupérrimo, uma “ esmola”, no entanto, para estas famílias, consumir um “ biscoito de R\$ 0,50” a mais, comprar uma “ dipirona que custa por volta de R\$ 2,00”, tem grande importância para estas pessoas. Percebendo que nenhuma família se encontra em trabalho formal, que das beneficiárias entrevistadas casadas, os seus maridos encontravam-se no momento da entrevista desempregados, ter a renda regular do programa faz com que de certa forma essa privação seja aliviada um pouco.

Conforme Silva (2006), no caso brasileiro, a ideia central dos Programas de Transferência de Renda é proceder a uma articulação entre transferência monetária e políticas educacionais, de saúde e de trabalho direcionadas a crianças, jovens e adultos de famílias pobres. Dois pressupostos são orientadores desses programas: um de que a transferência monetária para famílias pobres possibilita a essas famílias tirarem seus filhos da rua e de trabalhos precoces e penosos, enviando-os à escola, o que permitirá interromper o ciclo vicioso de reprodução da pobreza; o outro é de que a articulação de uma transferência monetária com políticas e programas estruturantes, no campo da educação, da saúde e do trabalho, direcionados a famílias pobres, poderá representar uma política de enfrentamento à pobreza e às desigualdades sociais e econômicas no país.

Rocha (2008), analisando em estudos anteriores os impactos das transferências públicas na redução da pobreza, observou que as mesmas têm efeitos diferenciados entre as áreas metropolitanas urbanas e as áreas rurais. Nestas últimas áreas observou-se que as famílias pobres são totalmente capazes de ultrapassar a linha de pobreza após receber o benefício. Já nas áreas metropolitanas as transferências provocam efeitos bem menores no sentido de resolver o problema da insuficiência da renda. Diante disso, a autora conclui que, embora as transferências tenham efeitos irrefutáveis sobre a redução da pobreza, cabe salientar que essas transferências monetárias atuam apenas como um elemento de um sistema mais amplo de medidas necessárias ao combate da pobreza.

Diante disso, estando o Cabo de Santo Agostinho situado em uma região que sofre com a pobreza, o desemprego, analfabetismo, então para essas mulheres, a maioria jovens, o PBF foi na maioria das vezes a primeira experiência de uma renda monetária regular, o que pode fazer uma diferença enorme na vida destas pessoas. Percebe-se também nos relatos um aprendizado delas pra lidar com dinheiro, “ eu posso ou não comprar isso esse mês”, até mesmo a possibilidade de elas alterarem o cardápio, o que antes isto era impensável.

“ Antes eu comprava um biscoito, agora compro mais dois, aumenta uma coisinha. Para levar para escola, porque eles querem lanche todos os dias. R\$ 163,00 não é muita coisa, mas é uma ajuda. Não dá para o mês todo. ” (Entrevistada 1)

“ Aí o que saiu de renda do BF é bem-vindo. É pouco pra quem não sabe economizar. Assim, eu não gosto de desperdiçar comida, eu só faço o que vejo que dá pra gente comer [...] compro minhas coisas, esse mês mesmo, meu gás faltou. Comprei logo meu gás, meu sogro tinha dado umas coisas pros meninos, aí complementei e estou com minha cabeça fria. Fico despreocupada, não fico comprando coisa que não tenho condições de pagar.” (Entrevistada 8)

“ Aí esses R\$ 85,00 do BF já ajuda, porque a minha luz da mais ou menos R\$ 18,00 por mês, aí tem o gás por R\$ 60,00, então já ajuda, né? Eu tenho pressão alta, aí eu tomo dois medicamentos, mas eu não me dou com nenhum que eu ganho, meu remédio é comprado. Aí eu gasto R\$ 22,00 de remédio por mês, o gás e a luz, aí querendo ou não o BF já me dar um reforço.” (Entrevistada 9)

Como discutido anteriormente, sabe-se que o valor do PBF é pequeno para o enfrentamento da pobreza. Para que esta política seja uma alternativa a esse quadro é preciso

muito mais. Percebe-se em todos os relatos que para estas mulheres o benefício é uma “ajuda”, “alívio”, hoje podem fazer algumas coisas que antes não faziam, podem consumir mais o que antes não consumiam, mas para alterar o quadro da pobreza é preciso ter outras políticas específicas para elas. Até porque são pouquíssimas escolarizadas, como visto na seção 4.1. Outro aspecto percebido nestes relatos que limitam o PBF a alterar o quadro da pobreza nesta localidade, é que, embora tenha suprido a necessidade de muitas famílias de certo modo, há a necessidade de ocorrer grandes investimentos públicos em escolas, creches posto de saúde, capacitações para estas chefes de famílias, não só para geração de renda, mas em estudos mesmos, pois foi visto que estudar é o desejo de algumas destas mulheres.

A experiência de ter uma renda monetária regular, entendendo o que significa a pobreza extrema, que não envolve apenas a privação, mas, que de acordo com Lavinias (2003), ser pobre é ter, portanto, sua humanidade ameaçada, seja pela não satisfação de necessidades básicas, seja pela incapacidade de mobilizar esforços e meios em prol da satisfação de tais necessidades, por mais mínimo que seja este benefício é um avanço, porque essas pessoas deixam de estar como era antes. De não saber se amanhã vai comer ou não vai comer, por exemplo. A regularidade da renda humaniza as pessoas, de poder programar minimamente a sua vida. Esse cálculo, elas tem. A renda e o dinheiro produzem para essas razões um aumento na liberdade pessoal e liberdade de escolha, por mais que para quem está de fora isso seja banal, para estas famílias, é muito importante.

Embora os impactos dos Programas de Transferência de Renda tenham sido bastante modestos para superar a fome a pobreza no Brasil, Silva (2007) ainda destaca que no campo das potencialidades, esses programas possam melhorar, mesmo que temporariamente, a renda das famílias assistidas, visto que essas famílias se encontram num nível econômico de mera subsistência. Além disso o significado real que esses programas representam para as famílias beneficiárias deve ser considerado, por permitir a elevação ou mesmo o único acesso a uma

renda monetária por parte de um número elevado de famílias que se encontra à margem da sociedade.

5. Considerações Finais

O estudo proposto teve como objetivo analisar qual o alcance das funções políticas e socioeconômicas do Programa Bolsa Família no município do Cabo de Santo Agostinho, mais precisamente na Unidade de Desenvolvimento Humano conhecida como Ponte dos Carvalhos. Para atingir este objetivo, foram propostos quatro objetivos específicos, mapear e descrever os beneficiários do Programa Bolsa Família no município do Cabo de Santo Agostinho/PE; investigar o alcance das Funções Socioeconômicas proposto pelo PBF junto aos seus beneficiários; analisar o alcance das Funções Políticas propostas pelo PBF junto aos seus beneficiários; compreender se houve transformações no trabalho dos beneficiários do Programa Bolsa Família, a partir do seu recebimento. Estas conclusões foram estruturas de modo a discutir os achados da pesquisa para cada objetivo específico e por fim chegar ao objetivo geral.

O primeiro objetivo, mapear e descrever os beneficiários do Programa Bolsa Família no município do Cabo de Santo Agostinho/PE, foi identificado através das visitas ao CRAS em Ponte dos Carvalhos e a comunidade Vila Nova. Como se sabe, o PBF tem como foco os grupos sociais mais vulneráveis, os quais são conhecidos a partir de levantamentos de dados socioeconômicos organizados por instituições públicas e privadas de pesquisas, tendo um exemplo brasileiro o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A partir das entrevistas com os beneficiários além de traçar o perfil das entrevistadas, buscou-se entender a vivência de cada uma no *locus* estudado. Quanto ao perfil traçado, no contexto específico, todos os beneficiários em que conversamos eram do sexo feminino, a grande maioria, mães solteiras e/ou divorciadas além de possuírem baixa escolaridade. Já em relação ao *locus* da pesquisa, durante as conversas com estas mulheres foi possível identificar opiniões diversas a respeito. A análise deste objetivo aqui empreendida, permite algumas considerações a respeito deste objetivo.

Primeiro, sabe-se que um dos grandes questionamentos quanto a efetividade do Bolsa Família diz respeito a porta de saída (tema que também se relaciona com o terceiro objetivo específico deste trabalho) que o mesmo proporciona às famílias beneficiárias e, como visto no decorrer das discussões acima, esta porta de saída pode ou não ocorrer, de certa forma, a partir do perfil destas entrevistadas. Uma vez que a grande maioria das beneficiárias não possui sequer o ensino educacional básico, compreende a dificuldade para que estas mulheres sejam inseridas no mercado de trabalho, posteriormente, venham a desligar-se do programa.

Em segundo lugar, ainda em relação ao primeiro objetivo específico, compreende-se que a localidade em que estas famílias pertencem é também um fator influenciável no modo de vida de cada uma, bem como as oportunidades e barreiras encontradas por elas. Identificou-se por parte de algumas a sensação de insatisfação e insegurança quanto a sua vivência em Ponte dos Carvalhos. Com as beneficiárias moradoras da comunidade Vila Nova foi possível perceber em ambos os discursos que já não bastam as barreiras encontradas pela pobreza, estas beneficiárias ainda convivem com a sensação de exclusão, sentimento ainda maior por esta comunidade ter surgido da invasão de algumas famílias e por isso, em algumas áreas elas não são acobertadas, como na segurança, falta de policiamento e na saúde. Além disso, para algumas beneficiárias a sensação de insegurança é ocasionada pela falta de oportunidade de trabalho no município. Para elas, apesar do investimento elevado para a construção do Complexo Portuário de Suape, com o discurso de ser possível gerar milhares de emprego, boa parte da população residente no município do Cabo de Santo Agostinho está desempregada e/ou perderam vagas nestas empresas para muitas outras pessoas que migraram de sua região, cidade, para o estado de Pernambuco. O que depende que houve de um lado crescimento econômico, uma vez que por um período algumas famílias tiveram acesso a estes postos de trabalhos ou que ao gerar emprego para milhares de pessoas, independentemente de ser ou não do município, do estado, foi possível movimentar mais a economia local, porém,

não se pode afirmar que houve desenvolvimento social, tendo em vista que é possível encontrar na localidade várias famílias desempregadas, em situação de trabalhos precários, ou como no caso específico, dependente de um programa social, como o Programa Bolsa Família.

Como destacou Sposati (2012), enfrentar pobreza é matéria de política econômica e social através de modelos redistributivos. A política de proteção social produz resultados que seguramente colaboram na redução da miséria/pobreza como tem mostrado as análises de resultados do Programa Bolsa Família. Mas esse resultado tem um limite, que decorre do próprio limite desse programa. Ultrapassar esse limite exige a efetiva articulação do conjunto das políticas sociais e a adoção do modelo econômico distributivo e de consumo de massa.

Tais limites defendidos por Sposati (2012) podem ser observados na análise dos dados que buscaram responder ao segundo e terceiro objetivo. Em relação ao segundo objetivo específico da pesquisa, investigar o alcance das Funções Socioeconômicas proposto pelo PBF junto aos seus beneficiários, cujo foco era discutir de que forma o benefício pago pelo PBF impactava economicamente a vida destas famílias beneficiárias, uma vez que o valor pago em forma de benefício é considerado em alguns estudos como insuficiente para retirar as famílias da situação de pobreza. Em particular, para as beneficiárias da UDH Ponte dos Carvalhos, o valor do benefício poderia ser maior, algumas consideram como um valor baixo, já que em alguns casos a única renda familiar é proveniente do PBF, no entanto, todas consideram a importância da função socioeconômica exercida por este benefício, tendo em vista que hoje elas podem consumir pela primeira vez ou em maior quantidade o que antes, sem o benefício não era possível. Além disso, a grande maioria destas mulheres, com exceção para apenas uma, que mora sozinha e não tem filho, o benefício é utilizado para a alimentação, saúde e a aquisição de algum produto para seus filhos. Então compreende que o

PBF não é uma solução cabal para a pobreza, mas respondeu a muitos problemas advindos dela.

Identificou-se também nas análises empreendidas ainda em relação a função socioeconômica exercida pelo PBF, que para estas mulheres, possuir uma renda monetária regular, por mais mínima que seja, lhes garantem uma segurança maior. Pois, antes a grande maioria delas contavam com a ajuda de terceiros, com esta renda que recebem mensalmente, hoje elas podem planejar sua vida, o que pode ou não ser consumido por suas famílias. Entretanto, além de considerar estas funções socioeconômicas como importante para o alívio imediato da pobreza que afeta estas famílias, foi possível perceber nestes relatos a limitação do PBF para a alterar o quadro da pobreza nesta localidade, que, embora tenha suprido a necessidade de muitas famílias de certo modo, há a necessidade de ocorrer grandes investimentos públicos em escolas, creches posto de saúde, capacitações para estas chefes de famílias, não só para geração de renda, mas em estudos mesmos, pois foi visto que estudar é o desejo de algumas destas mulheres.

Inegavelmente, estas políticas permitem o aumento do consumo das famílias pobres, porém não interferem na origem das desigualdades. Mesmo havido redução da pobreza a realidade não aponta possibilidades de êxito nesse processo (MOTA, 2012).

A busca em responder o terceiro objetivo específico deste trabalho, que foi de analisar o alcance das Funções Políticas propostas pelo PBF junto aos seus beneficiários, partiu do pressuposto discutido por alguns autores, como por exemplo Sitcovsky (2010), que a pobreza cresce em decorrência da lógica capitalista e da precarização do trabalho e que fatores são mediações para o desenvolvimento de programas sociais de renda mínima como o Bolsa Família. Compreende-se que a relação de programas de transferência de renda é inerente a discussão de precarização do trabalho e que de certa forma, no caso do Brasil, o Programa Bolsa Família pode exercer algumas funções políticas.

Estando a grande maioria das entrevistadas inserida no contexto de precarização de trabalho, uma vez que todas estão fora do mercado de trabalho formal, observa-se que as únicas possibilidades de geração de renda que conseguem ter acesso nesse contexto, são por meio de realização de faxinas esporádicas e da confecção, concluímos para este objetivo que de fato o PBF exerce função política no sentido de permitir que estas famílias em alguns caso possam abdicar de trabalhos precários, degradantes já que elas podem considerar no momento o benefício do PBF como uma renda regular. Isto não quer dizer que estas mesmas famílias estejam acomodadas ou não queiram trabalhar. Como foi visto durante as análises, todas expuseram seu desejo em conseguir trabalhar formalmente para assim não precisar depender de um benefício, que embora seja importante para ambas as famílias, e insuficiente para atender todas as suas necessidades básicas.

A partir das análises conclui-se também que o PBF é um amenizador de muitas das situações de insegurança, seja irregularidade no trabalho, impossibilidade de trabalhar por questões de saúde. No entanto, percebe-se que o PBF sozinho não é capaz de romper as barreiras criadas pela pobreza na localidade. A baixa escolaridade, a dificuldade que a maioria das mães encontram para deixar seus filhos em casa e poder sair para trabalhar, a falta de oportunidade de trabalho na localidade são fatores que influenciam diretamente a ausência destas mulheres no mercado de trabalho formal, o que não se pode considerar que o PBF é o principal causador por elas estarem, hoje, a margem do mercado de trabalho brasileiro. Mas, no contexto específico, pode-se considerar o que o programa é um importante auxílio para estas famílias.

Outro aspecto referente ao alcance das funções políticas exercidas pelo PBF relaciona-se com a realidade atual do lócus de pesquisa, a UDH Ponte dos Carvalhos. Como discutido anteriormente, apesar do grande investimento para a construção do Complexo Portuário de Suape, cujo objetivo foi gerar emprego e renda na região, o que se vê hoje pela localidade é

um grande número de pessoas desempregadas, que por um tempo foram absorvidas por esse mercado de trabalho, mas que hoje encontram-se a margem. Tanto perderam espaço para pessoas que migraram de outras regiões, quanto foram diretamente afetados pelo novo processo produtivo discutido durante todo o trabalho, ou seja, afetados pela flexibilização do trabalho. Onde houve um enxugamento de pessoas nas indústrias. Diante disso, desta falta de oportunidade de inserir-se no mercado de trabalho formal, fica evidente a importância do benefício pago pelo PBF a diversas famílias desta localidade, em especial, às famílias participantes da pesquisa.

Por fim, quanto ao quarto e último objetivo específico deste trabalho, compreender se houve transformações no trabalho dos beneficiários do Programa Bolsa Família, a partir do seu recebimento, pode-se considerar que, além daquilo que já discutimos, quanto a falta de oportunidade de trabalho para muitos da comunidade, apesar do investimento no Portuário de Suape, concluiu-se também que não houve transformações direta no trabalho destas entrevistadas após o recebimento do PBF, foi possível perceber nos relatos que elas não deixaram de exercer algum trabalho pelo fato de estarem recebendo o benefício do Programa, exceto uma entrevistada, como pode ser visto em seu dramático relato, durante boa parte de sua vida ela trabalhou em um engenho, onde era exigido ao máximo a sua força de trabalho e como consequência disso, teve sua saúde prejudicada, o que faz com que esta beneficiária prefira estar recebendo o benefício pago pelo programa.

Portanto, ao final desta dissertação pode-se concluir que, apesar de reconhecer a limitação do PBF para alterar o quadro da pobreza no país, em especial, na UDH Ponte dos Carvalhos, entendendo que é necessário um investimento em uma rede de políticas de saúde, educação e principalmente trabalho para estas famílias, tendo em vista que o Programa pode melhorar a pobreza mas não pode, sozinho, resolver a desigualdade, ainda assim, o PBF exerce funções socioeconômicas e políticas, tanto no sentido de permitir que estas famílias

tenham acesso a uma renda regular e que possa fazer uso da forma que cada uma achar necessário, quanto no sentido de contribuir para que estas famílias, por ora, abdicuem de trabalhos precários que ponha em risco a sua condição humana. Além disso, pode-se reconhecer que este Programa Social é importante para o Estado, porque supre funções que o Estado não atende, ou seja, cumpre funções devido à ausência de um Estado Social. Por fim, defendemos que o real significado que o PBF tem para cada família deve ser considerado, uma vez que esta mesma família é a maior impactada.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni.. Trabalho e Neodesenvolvimentismo: choque de capitalismo e nova ideologia do trabalho no Brasil. Bauru, Canal 6, 2014.
- _____. Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- _____. Dimensões da Estruturação Produtiva: ensaios da sociologia do trabalho. 2ª edição. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.
- _____. Crise da Globaliz e lógica destrutiva do capital – notas sobre sócio-metabolismo da barbárie. *Katálisis*: Florianópolis, v. 7, n.1, jan/jun 2004
- _____. Dimensões da globalização, Londrina: Editora Práxis, 2001.
- ANTUNES, R. Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.
- _____. Adeus ao trabalho: ensaios sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2015.
- ATLAS BRASIL. Atlas do Desenvolvimento Humano, Ponte dos Carvalhos (Chiado do Rato / Manoel Vigia) Cabo de Santo Agostinho, PE - RM - Recife. Disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_udh/22491>. Acesso em 03/abril de 2017.
- BAUER, M. W; AARTS, B. A. Construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, M. W; GASKELL, G. (org). Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som. Petrópolis/RJ, Vozes, 2002.
- BOITO JUNIOR, A; BERRINGER, T. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 21, n. 47, p. 31-38, set. 2013
- BEHRING, Elaine R. As novas configurações do Estado e da Sociedade Civil no contexto da crise do capital. In: CFESS/ABEPSS; CEAD/UNB (Org.). Especialização em Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Módulo I. O significado sócio-histórico das transformações da sociedade contemporânea. Brasília, DF, CEAD, 2009.
- BEHRING, Elaine R. Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. Ed. – São Paulo: Cortez, 2008.
- BEHRING, E. R. Fundamentos de Política Social. In: MOTA, A. E., et al. (orgs.). Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, ABEPSS, Ministério da Saúde, OPAS, OMS; 2006.

- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. Política social: fundamentos e história. 3a. ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Biblioteca Básica de Serviço Social; v.2)
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. In: PRADO, Luiz Carlos (org.). Desenvolvimento econômico e Crise. Rio de Janeiro: Contraponto, p. 27-66, 2012.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. São Paulo em Perspectiva, v. 20, n. 3, 2006.
- BOSCHETTI, I. Seguridade Social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em: Acesso em: 23 de dezembro de 2017.
- _____. Assistência Social e Trabalho no Capitalismo. Editora Cortez, São Paulo. 2016.
- CARCANHOLO, R. A. A atual crise do Capitalismo. Crítica Marxista, n.29, p.49-55, 2009.
- CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 112, 2009.
- COHN, Amélia. O PBF e seu potencial como política de Estado. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; MODESTO, Lúcia (org.). Bolsa família 2003-2010: avanços e desafios. Brasília: Ipea, 2010.
- CRESWELL, John W. Projeto de Pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e mistos. – 3. ed. – Porto Alegre: Artmed, 2010
- “Uma nova institucionalidade das políticas sociais?: reflexões a propósito da experiência latino-americana recente de reformas e programas sociais”. São Paulo em Perspectiva, v. 11, n. 4, p. 3-15, out./dez. 1997.
- DRAIBE, S.M. Brasil, a proteção social após 20 anos de experimentação reformista. *Políticas Públicas: proteção e emancipação*, 2003. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/ppublicas/pp10.htm>>
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Paradigmatic controversies, contradictions, and emerging confluences. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Eds) *The Sage Handbook of qualitative research*. 3.ed. Thousand Oaks: SagePublications, 2005.
- EUZÉBIOS, A. Sobre ideologias e Programas de Transferência de Renda no Brasil. *Psicologia & Sociedade*, 28(2), 257-266, 2016.
- FEIJÓ, Ana Paula Speck; PIRES, André. A Frequência Escolar e a Educação a partir do ponto de vista das Beneficiárias do Programa Bolsa Família. *Revista Eletrônica de Educação*, v. 9, n. 1, p. 136-152, 2015.

- FLICK, Uwe. Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013.
- FURTADO, C. Brasil: opções futuras. Revista da CEPAL, Chile, n. 70, abril, 2000.
- GIL, A. C. Métodos e Técnicas de pesquisa social. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008
- GODOI, C.K; MATTOS, P. L. C. L. Entrevista qualitativa: instrumento de pesquisa e evento dialógico. In: GODOI, C.K; BANDEIRA-DE-MELLO, R; SILVA, A. B. (Orgs) *Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais*. São Paulo: Saraiva, 2006.
- GODOY, A. S. A pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995.
- GODOY, A. S. Refletindo sobre critérios de qualidade da pesquisa qualitativa. *Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*, v. 3, n. 2, mai/ago, 2005
- GODOY, A. S. Estudo de caso qualitativo. In: GODOI, C.K; BANDEIRA-DE-MELLO, R; SILVA, A. B. (Orgs) *Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais*. São Paulo: Saraiva, 2006.
- GUNTHER, H. Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta É a Questão?. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v 22, n 02, p. 201-210, 2006.
- HARVEY, David. Condição Pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- JANNUZZI, Paulo de Martino; PINTO, Alexandro Rodrigues. Bolsa família e seus impactos nas condições de vida da população brasileira: uma síntese dos principais achados da pesquisa de avaliação de impacto do bolsa família II. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: Ipea, 2013.
- MARX, Karl. O Capital: Crítica Da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. Boitempo Editorial, 2013.
- MATTEI, L. Desenvolvimento Brasileiro no início do Século XXI: crescimento econômico, distribuição de renda e destruição ambiental. 2012. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/downloads/lauro_mattei.pdf
- MATTEI, L. Políticas Sociais de Combate à Pobreza no Brasil. 2015. Disponível em: <http://www.brasa.org/wordpress/wp-content/uploads/2015/07/Lauro-Mattei.pdf>
- MENEZES, W. F. DEDECCA, C. S. A Informalidade No Mercado De Trabalho Brasileiro: Rendimentos e principais características. *Nexos Econômicos - CME-UFBA*. v. 6, n. 2, dez. 2012

- MOTA, A. E. *Seguridade Social brasileira: desenvolvimento histórico e tendências recentes*. MOTA, A. E et al. (Org.). *Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: Cortez, 2007.
- MOTA, A. E.; AMARAL, A.; PERUZZO, J. O novo desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina. In: MOTA, A. E. (Org.) *Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade*. São Paulo: Cortez Editora, 2012, p. 153-178.
- MOTA, A. E. Crise, desenvolvimentismo e tendências das políticas sociais no Brasil e na América Latina. In: *Configurações*, 10, 2012.
- , P. PICCININI, V.C. Reestruturação Produtiva e Flexibilização do Trabalho. *O&S - v.13 - n.36*, 2006
- PAIVA JR., F. G.; LEÃO, A. L. M. S.; MELLO, S. C. B. Validade e confiabilidade na pesquisa qualitativa. *Revista de Ciências da Administração*, v.13, n.31, p.190-209, 2011.
- POCHMANN, M. *Debates contemporâneos, economia social e do trabalho: a superterceirização do trabalho*. São Paulo: LTr, 2008.
- NETTO, J. P. Crise do Capital e Consequências Societárias. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012
- RASELLA, D. *Impacto do Programa Bolsa Família e seu efeito conjunto com a Estratégia Saúde da Família sobre a mortalidade no Brasil*. Salvador. Tese. Universidade Federal da Bahia, 2013.
- REGO, W. L.; PINZANI, A. *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*. São Paulo: Unesp, 2013.
- ROCHA, S. Transferências de renda federais: focalização e impactos sobre pobre e desigualdade. In: *Revista de Economia Contemporânea*, v.12, n.1, p.67-96, Janeiro-Abril de 2008
- RUSSO, G. M; LEITÃO, S.P. Terceirização: uma análise desconstrutivista. *O&S - v.13 - n.36*, 2006
- SACCOL, A. Z. Um retorno ao básico: compreendendo os paradigmas de pesquisa e sua aplicação na pesquisa em Administração. *Revista de Administração da UFSM*, v. 2, n. 2, p. 259-269, 2009.
- SAMPAIO JUNIOR, Plínio de Arruda. *Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa*. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 112, 2012.

- Souto Maior, A. Trajetória da transferência de renda: considerações sobre o Programa Bolsa Família e panorama atual na América Latina. 2008. Disponível em: < <http://www.ipc-undp.org/publications/mds/3M.pdf>> Acessado em 01/05/2017
- SILVA, M. O. S e. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. *Ciênc. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, 2007.
- SILVA, M. O. S; YAZBEK, M.G; GIOVANNI, Gi. A Política Social Brasileira no século XXI: A prevalência dos programas de transferência de renda. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011
- SITCOVSKY, M. Bolsa Família e reprodução da força de trabalho no Brasil: implicações socioeconômicas e políticas. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco, 2010.
- SITCOVSKY, M. Reconciliação entre assistência social e trabalho: o impacto do Bolsa Família. In: MOTA, A. E. (Org.) *Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade*. São Paulo: Cortez Editora, 2012, p. 225-247.
- TAVARES, M.A; SITCOVSKY, M. O caráter provisório dos mecanismos de Reprodução da Força de Trabalho. In: MOTA, A. E. (Org.) *Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade*. São Paulo: Cortez Editora, 2012, p. 196-224.
- TEIXEIRA, C. G. Efeitos da transferência de renda na oferta de trabalho. *Boletim Mercado de Trabalho- Conjuntura e Análise*, n. 46, Rio de Janeiro, Ipea, 2011 (Nota Técnica). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>
- TESTA, M.G; FRONZA, P; PETRINI, M; PRATES, J.C. Análise da contribuição do Programa Bolsa Família para o enfrentamento da pobreza e a autonomia dos sujeitos beneficiários. *Rev. Adm. Pública* — Rio de Janeiro 47(6): 1519-541, nov./dez. 2013
- VERGARA, S. C.; CALDAS, M. P. Paradigma interpretacionista: a busca da superação do objetivismo funcionalista nos anos 1980 e 1990. In: CALDAS, M. P.; BERTERO, C. O. (coord). *Teoria das Organizações*. São Paulo: Atlas, 2007.
- VIEIRA, M. M. F. Por uma boa pesquisa (qualitativa) em administração. In: VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; ZOUAIN, Deborah Moraes (orgs). *Pesquisa qualitativa em administração*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- YAZBEK, M.C. Estado e Políticas Sociais. *Praia Vermelha (UFRJ)*, v, 18, p. 72-94, 2008
- YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Brookman, 2001.

APÊNDICE A- ROTEIRO DE PESQUISA

Objetivo Geral		Objetivos Específicos			
Analisar o alcance das funções (políticas e socioeconômicas) exercidas pelo Programa Bolsa Família no município do Cabo de Santo Agostinho/PE, no tocante ao trabalho dos seus beneficiários		Mapear e descrever os beneficiários do Programa Bolsa Família no município do Cabo de Santo Agostinho/PE	Investigar o alcance das Funções Socioeconômicas proposto pelo PBF junto ao trabalho dos seus beneficiários	Analisar o alcance das Funções Políticas propostas pelo PBF junto aos trabalhadores dos beneficiários.	Compreender as implicações do PBF e o trabalho dos beneficiários no município do Cabo de Santo Agostinho/PE
Indagações Principais	Indagações Secundárias	Objetivo 1	Objetivo 2	Objetivo 3	Objetivo 4
1. Me fale sobre sua vida, qual sua idade, até que série você estudou.					
2. Me conte sua história aqui na comunidade?	Nesse tempo que a senhora mora aqui, que mudança a senhora viu acontecer nesse período? E o senhor gosta de morar aqui? Sente falta de que?				
3. O(a) senhor(a) poderia me falar como é o seu trabalho (como faz para ganhar a vida aqui)?	A senhora tem tido oportunidade de trabalho aqui no Cabo?				
	1. Gostaria de trabalhar de outra forma? Se sim, o que lhe impede?				
	2. Poderia me falar um pouco como a sua família se mantinha antes do PBF e o que mudou após o benefício?				
4. O que a senhora acha do Programa Bolsa Família?	Há quanto tempo a senhora recebe auxílio do PBF?				
	A senhora acha que conseguiria viver bem aqui sem o Bolsa Família?				
	3. O que o senhor(a) acha sobre o valor que sua família recebe do PBF?				
5. O PBF mudou alguma coisa na sua vida?	4. As suas condições de trabalho lhe permitem ter um melhor acesso a saúde e educação para com sua família?				
	5. Em relação a saúde e educação da sua família, para o(a) senhor(a) houve alguma mudança após PBF?				
	6. Antes do PBF como eram suas condições de trabalho? Mudou				

com a chegada do programa? Em que sentido?				
7. Trabalha ou já chegou a trabalhar formalmente (carteira assinada)?				
8. O(a) senhor(a) deixou de exercer algum tipo de trabalho após o benefício do PBF?				